

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO
DOUTORADO**

DALIANE RAHMEIER

**AGRICULTURA FAMILIAR NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ:
cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos
familiares**

**Toledo
2016**

DALIANE RAHMEIER

**AGRICULTURA FAMILIAR NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ:
cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos
familiares**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Ernelo Schallenberger

Toledo

2016

DALIANE RAHMEIER

**AGRICULTURA FAMILIAR NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ:
cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos
familiares**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE , *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger (Orientador)
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Dr^a. Elizângela Mara Carvalheiro
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Walter Frantz
UNIJUI- Universidade Regional do NorOeste do Estado do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valdir Gregory
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Ricardo Rippel
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, dezembro de 2016.

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, pela grandeza do seu amor.

E à meu filho, meu grande amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Deus pelas oportunidades que me proporcionou em toda minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador Erneldo Schallenberger, que sempre tão amigavelmente, forneceu-me orientações e sugestões valiosas. Serei eternamente grata!

Agradeço aos meus pais, Romi e Waldir, pelo apoio permanente e inestimável.

Ao meu filho Yohann, por toda a força e compreensão nos momentos mais difíceis.

Agradeço à Fundação Araucária pela bolsa de doutorado concedida, renovando a espera pela conclusão deste trabalho. Desejo contribuir com reflexões úteis e pertinentes sobre aspectos de nossa realidade rural

À todos os entrevistados, produtores que abriram suas casas para conversarmos.

Aos colegas da turma do doutorado pela convivência, pelo apoio e amizade.

Aos docentes do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio que com seu conhecimento e sabedoria permitiram a todos ampliarmos nosso conhecimento.

À Clarice T. Stahl e Roseli I. Lotte, assistentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE, por providenciarem apoio estratégico e palavras de incentivo quando foi necessário.

Agradeço a todos que confiaram em mim e que de alguma forma contribuíram para a conclusão dessa etapa.

Muito obrigada!

RAHMEIER, D. **Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná:** cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos familiares. 2016. 155f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE – Toledo-PR.

RESUMO

O objetivo central desta tese foi analisar as características da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná, evidenciando os municípios que apresentam baixos indicadores de IDH e taxa de pobreza. Para isso, foi avaliada a trajetória histórica, econômica e institucional da agricultura familiar, contextualizando a importância do cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade desses estabelecimentos. Nesse sentido, buscou-se caracterizar as bases clássicas e contemporâneas da agricultura familiar, o contexto histórico e a ocupação do espaço da Mesorregião Oeste Paranaense, a configuração do setor agrícola familiar e o papel do cooperativismo da mesorregião, bem como analisar os municípios que apresentaram os menores indicadores de IDH e taxa de pobreza, verificando o processo de seleção do sistema de integração junto à agricultura familiar. A mesorregião Oeste do Paraná tem em seu contexto socioeconômico uma representatividade considerável do setor agropecuário e mais especificamente da agricultura familiar, que está presente em toda a mesorregião. Metodologicamente, foram utilizados dados secundários e primários, que potencializou a verificação da realidade vivenciada pelos agricultores familiares nas regiões que apresentam indicadores de pobreza e apontou a realidade dos estabelecimentos agrícolas que formam o universo da área estudada. Os estudos mostraram que o cooperativismo e suas formas de integração na mesorregião Oeste do Paraná, tem forte relação com o desenvolvimento regional e as relações entre a agricultura familiar. Os resultados mostraram que nesse espaço de desenvolvimento das propriedades rurais, existe um nicho de pobreza localizado nos estabelecimentos familiares da mesorregião Oeste, contrastando com riqueza potencializada pelo desenvolvimento do Oeste do Paraná. Essas propriedades estão localizadas em Diamante d'Oeste, Diamante do Sul e Ramilândia, que em comparação com as médias apresentadas pela mesorregião Oeste, a renda dos estabelecimentos familiares localizadas nos municípios identificados é relativamente menor e, nesse sentido, ocorre a preocupação da sobrevivência desses estabelecimentos familiares visto a apresentação de menor desempenho em relação a média apresentada pela mesorregião. Ficou evidente que esse formato exclui parte dos agricultores familiares do processo produtivo, visto o custo de instalação exigido pelas integradoras e que são de responsabilidade do produtor.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mesorregião Oeste Paranaense. Sistema de Integração. Cooperativismo.

RAHMEIER, D. Family agriculture in the western region of Paraná: cooperativism as a form of integration for the sustainability of family establishments. 2016. 155f. Thesis (PhD in Regional Development in Agrobusiness – State University cooperativism as a form of integration for the sustainability of family establishments of Western Paraná, Toledo/Brazil, 2016.

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to analyze the characteristics of family agriculture in the western mesoregion of Paraná, evidencing the municipalities that present low IDH indicators and poverty rate. For this, the historical, economic and institutional trajectory of family agriculture was evaluated, contextualizing the importance of cooperativism as a form of integration for the sustainability of these establishments. In this sense, the aim was to characterize the classic and contemporary bases of family agriculture, the historical context and the occupation of the area of the Western Paranaense Meso-region, the configuration of the family agricultural sector and the role of the cooperativism of the mesoregion, as well as to analyze the municipalities that presented The lowest indicators of IDH and poverty rate, verifying the process of selecting the integration system with family agriculture. The western mesoregion of Paraná has in its socioeconomic context a considerable representation of the agricultural sector and more specifically of family agriculture, which is present throughout the mesoregion. Methodologically, secondary and primary data were used, which potentiated the verification of the reality experienced by family farmers in the regions that present poverty indicators and pointed out the reality of the agricultural establishments that make up the universe of the studied area. Studies have shown that cooperativism and its forms of integration in the western mesoregion of Paraná have a strong relationship with regional development and the relationships between family agriculture. The results showed that in this area of development of rural properties, there is a niche of poverty located in the family settlements of the western mesoregion, contrasting with the richness of the development of the West of Paraná. These properties are located in Diamante d'Oeste , Diamante do Sul and Ramilândia, which compared to the averages presented by the western mesoregion, the income of family establishments located in the identified municipalities is relatively smaller and, in this sense, the concern of the survival of these Family establishments because of the lower performance in relation to the average presented by the mesoregion. It was clear that this format excludes part of the family farmers from the production process, given the installation cost required by the integrators and that are the responsibility of the producer.

Keywords: Family Agriculture. West-West Paraná. System Integration. Cooperativism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abordagem clássica e contemporânea relacionada à pequena propriedade	24
Figura 2 - Comparação das visões clássicas abordadas	25
Figura 3 - Capitalismo na Agricultura na visão de Kautsky	28
Figura 4 - Capitalismo na Agricultura na visão de Lenin	32
Figura 5 - Capitalismo na Agricultura na visão de Chayanov	34
Figura 6 - Capitalismo na agricultura na visão de autores contemporâneos	36
Figura 7 - Mesorregião Oeste do Paraná.	55
Figura 8 - Evolução do grau de urbanização no Paraná e mesorregião Oeste do Paraná no período 1970 – 2010	57
Figura 9 - Evolução da população rural e urbana no Paraná e mesorregião Oeste do Paraná – Período 1970 – 2010	60
Figura 10 - Distribuição percentual de emprego por setores de atividade econômica da mesorregião Oeste do Estado do Paraná no período de 2002 – 2014	63
Figura 11 - Quociente locacional da mesorregião Oeste do Estado do Paraná no período 2002-2014	70
Figura 12 - Coeficiente de localização dos setores da mesorregião do Estado do Paraná no Período 2002-2014	71
Figura 13 - Escolaridade dos gestores do Estabelecimento Familiar	123
Figura 14 - Principal atividade gerada no estabelecimento familiar	123
Figura 15 - Caracterização dos estabelecimentos familiares.	124
Figura 16 - Associados a cooperativas	125
Figura 17 - Principais atividades de produção nos estabelecimentos familiares.	126
Figura 18 - Atividades secundárias de produção nos estabelecimentos familiares	127
Figura 19 - Canais de comercialização da produção dos estabelecimentos familiares	128
Figura 20 - Utilização de crédito rural para a produção nos estabelecimentos familiares	129
Figura 21 - Políticas públicas utilizadas nos estabelecimentos familiares	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Municípios componentes da mesorregião Oeste Paranaense.	56
Tabela 2 -	Total da população residente no Paraná e mesorregião Oeste do Paraná no período 1970 à 2010	59
Tabela 3 -	População em idade economicamente ativa, ocupados, taxa de desemprego na Mesorregião Oeste e Paraná – 2010	62
Tabela 4 -	Quantidade de Trabalhadores Empregados nos Setores de Atividade Econômica da mesorregião Oeste do Estado do Paraná no Período de 2002 – 2014	68
Tabela 5 -	Quociente Locacional das Mesorregiões do Estado do Paraná em 2014	69
Tabela 6 -	Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2006	79
Tabela 7 -	Estabelecimentos e área da agricultura familiar, na Região Sul do país – 2006	80
Tabela 8 -	Estabelecimentos e área da agricultura familiar no Estado do Paraná – 2006	81
Tabela 9 -	Estabelecimentos e área da agricultura familiar, nas Mesorregiões do Estado do Paraná – 2006	82
Tabela 10 -	Caracterização da Participação das principais variáveis da agricultura familiar - Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	83
Tabela 11 -	Distribuição de terras da agricultura familiar (%) - Mesorregião Oeste do Paraná – 2006	84
Tabela 12 -	Participação percentual dos estabelecimentos familiares e o valor de produção da agricultura familiar - Estado do Paraná – 2006	85
Tabela 13 -	Número e área dos estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Estado do Paraná - 2006.	88
Tabela 14 -	Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias na agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Estado do Paraná - 2006	89
Tabela 15 -	Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias na agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Estado do Paraná - 2006	90
Tabela 16 -	Distribuição da terra dos agricultores familiares (%) na Mesorregião Oeste do Paraná – 2006	90
Tabela 17 -	Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras na agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	91
Tabela 18 -	Forma de obtenção das terras na agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	92
Tabela 19 -	Tempo em que o estabelecimento da agricultura familiar está sob a direção do produtor na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	93
Tabela 20 -	Participação percentual dos estabelecimentos agropecuários e valor de produção nos tipos de produção na mesorregião Oeste do Paraná – 2006	94
Tabela 21 -	Participação percentual da produção de origem vegetal nas atividades agropecuárias da agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná – 2006	95

Tabela 22	Participação percentual do valor de produção de produtos da lavoura temporária da agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná – 2006	95
-		
Tabela 23	Distribuição do valor da produção de origem animal, nas atividades agropecuárias praticadas pela agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná – 2006	96
-		
Tabela 24	Percentual dos estabelecimentos familiares que utilizam componentes relativos a modernização da agricultura na Mesorregião Oeste - 2006	98
-		
Tabela 25	Produtividade (R\$) por hectare entre familiares e não familiares na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	99
-		
Tabela 26	Produtividade por total de pessoas ocupadas entre familiares e não familiares na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	99
-		
Tabela 27	Percentual de financiamento total recebido entre familiares e não familiares na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	100
-		
Tabela 28	Percentual de receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares e não familiares na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	101
-		
Tabela 29	Cooperativas agropecuárias e estabelecimentos familiares associados em cooperativas na Mesorregião do Estado do Paraná – 2006	109
-		
Tabela 30	Estabelecimentos familiares e não familiares associados à cooperativas na Mesorregião Oeste do Paraná – 2006	110
-		
Tabela 31	Estabelecimentos familiares associados à cooperativas, entidades de classes, associações, sindicatos, na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	111
-		
Tabela 32	Estabelecimentos familiares associados à cooperativa, segundo sua integração com o mercado na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	113
-		
Tabela 33	Especialização dos estabelecimentos familiares associados à cooperativa na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	114
-		
Tabela 34	Estabelecimentos familiares associados à cooperativas ou outras associações na Mesorregião Oeste do Paraná - 2006	115
-		
Tabela 35	Avaliação dos Indicadores Sociais na Mesorregião Oeste do Paraná – 2010	119
-		
Tabela 36	Média de Renda Agrícola e Não Agrícola Mensal nos Estabelecimentos Familiares	131
-		
Tabela 37	Comparação Renda Média Agrícola e Não Agrícola Mensal nos Estabelecimentos Familiares	131
-		

LISTA DE SIGLAS

FAO – *FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION*

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

INCRA – INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

OCEPAR - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO *UTE*

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

VBP – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS DA QUESTÃO AGRÁRIA	22
2.1	Pressupostos teóricos clássicos	24
2.1.1	Karl Kautsky	26
2.1.2	Vladmir Ilich Lenin	30
2.1.3	Alexander Chayanov	33
2.2	Pressupostos Teóricos Contemporâneos	35
3	CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ	44
3.1	Contextualização histórica da Mesorregião Oeste do Paraná	47
3.2	O processo de Regionalização da mesorregião Oeste do Paraná	52
3.3	Caracterização do Espaço da mesorregião Oeste Paranaense	64
4	CONFIGURAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA FAMILIAR DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ	73
4.1	A Agricultura de base familiar	74
4.2	Caracterização da Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná	76
4.3	O Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná	87
4.4	Tecnologia e Produtividade na Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná	97
5	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO COOPERATIVO AGROINDUSTRIAL E POBREZA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA MESORREGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	102
5.1	Evolução do Cooperativismo	105
5.2	Cooperativismo e Desenvolvimento na Mesorregião Oeste do Paraná	107
5.3	Pobreza e os processos de integração na agricultura familiar	116
5.3.1	Caracterização da pobreza na agricultura familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná	117
5.4	Cooperativismo e seu processo de seleção	132
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	143
	Apêndice	151

1 INTRODUÇÃO

Muito tem se discutido na atualidade sobre o papel e a importância da agricultura familiar¹ e do pequeno produtor rural² no cenário da agricultura brasileira. Apesar das infinitas possibilidades de exploração da propriedade e da divergência de alguns conceitos, agricultura familiar, pequeno produtor, pequena propriedade e estabelecimentos familiares serão utilizados aqui como sinônimos, tendo em vista que a grande parcela das pequenas propriedades são gerenciadas pelas próprias famílias.

Considera-se, portanto, como familiar o estabelecimento cuja atuação é conjunta da família na gestão e a renda é predominantemente oriunda de atividades agropecuárias. No que tange ao espaço, supras dimensões de área são delimitadas pela Lei 11326/06, em seu Art. 30.

A agricultura familiar é um segmento produtivo que vêm adquirindo grande importância social, política e acadêmica, passando a ser tema frequente nos discursos dos movimentos sociais rurais, discursos e projetos políticos e em segmentos do pensamento acadêmico que se ocupam do ambiente rural.

Uma característica que marca esse segmento é a desigualdade social, visto que não há uma distribuição de terras rurais equitativas no país. A maior quantidade de área está concentrada nas mãos de poucas famílias ou organizações, contrastando com um percentual de áreas bem menores que aloca a maior parte dos estabelecimentos rurais, caracterizados aqui como pequena propriedade.

¹ “Agricultura familiar: é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. (...) O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas” (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

² “Pequeno produtor rural: é aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; b) que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; c) que 80% da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; d) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo” (MAARA/CONTAG, 1994, p. 9-10).

Como esses estabelecimentos, em sua grande maioria, são administrados pelas próprias famílias, que precisam sobreviver da produção dessa propriedade, acabam por competir com os latifúndios, ainda que de maneira desigual.

A partir de 1990, no que tange à agricultura familiar, foram organizadas a criação de instituições de apoio que buscam fomentar políticas públicas específicas de incentivo a esta atividade, tendo como exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1995; a Secretaria de Agricultura Familiar, em 2003, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que a partir de 2016, passou a ser chamada de Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e por fim, a promulgação da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, chamada de Lei da Agricultura Familiar, , que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Essas organizações e a Lei, iniciaram um processo de reconhecimento e identidade política do segmento da agricultura familiar no cenário econômico brasileiro. Outro ponto a ser reconsiderado, foi a inserção da “Agricultura Familiar” na base de dados do Censo Agropecuário de 2006, o qual também contribuiu para a importância desse segmento no contexto agrícola do país (IBGE, 2009).

Dentro da importância do cenário agrícola, ressalta-se que a agricultura familiar é um dos segmentos que pode ser fundamental para a produção de alimentos para a sociedade. Estima-se que cerca de 70% da alimentação do brasileiro provenha da agricultura familiar. Como parte desse processo, a aprovação da Lei nº 11.947/2009 passou a garantir que "no mínimo 30,0% do valor destinado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação" deva ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar (BRASIL, 2009, p.1).

O segmento, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é responsável pela empregabilidade de 74,4% das ocupações no setor agrícola nacional e por um terço da receita vinculada a essa produção, ocupando a fração de 24,3% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2009).

Um dado apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*, 2014), indica que as pequenas propriedades representam 85,5% dos estabelecimentos do campo, apesar de ocuparem apenas 30,5% das terras agriculturáveis. Destaca também que, entre os principais produtos da agricultura familiar estão: leite, milho, feijão, café, mandioca e até mesmo a soja.

Como existe um grande número de pequenas propriedades, caracterizadas como agricultura familiar, esta se torna uma das bases de produção alimentar do país, fazendo com que represente uma das formas mais predominante de agricultura e, conseqüentemente, seja um potencial e importante agente produtor de alimentos (FAO, 2014).

A agricultura familiar demonstra sua importância quando são apresentados os dados de produção. Esse montante demonstra que o setor é responsável pela produção de 80% dos alimentos no mundo e, segundo a FAO (2014), a prevalência e a produção significam que a agricultura familiar é um setor importante para a produção agrícola, incluído de alimentos.

Porém, mesmo que os dados demonstrem rendimentos e volume de produção de destaque nas áreas gerenciadas por agricultores familiares, muitas dessas pequenas propriedades são incapazes de produzir o suficiente para garantir meios de subsistência para as famílias, gerando um setor dependente de mecanismos e alternativas para que possam manter-se ativos no sistema de produção. No entanto, uma alternativa eficiente é o cooperativismo³, que é aqui avaliada como uma forma de integração que proporciona sustentabilidade para os estabelecimentos familiares.

Assim, a agricultura familiar é colocada frente a grandes desafios, entre os quais pode-se destacar a diversificação dos meios de subsistência e a busca por alternativas de comercialização da produção que lhes permita gerar renda e buscar a eficiência financeira, inclusive colaborando na produção de alimentos para prover a sociedade.

Portanto, ressalta-se que a sobrevivência da propriedade pela sua capacidade, implica muitas vezes na dependência de estar vinculada a uma cooperativa para que, através da articulação dos produtores, possa ter uma forma mais eficiente de comercialização do que é produzido, possibilitando à pequena propriedade geração de renda e tornando-a apta no contexto econômico.

Carvalho (2010, p. 18) aponta que:

Em nome da “modernização” da agricultura houve uma classificação dos agricultores em aptos e inaptos em virtude dos benefícios gerados pelas mudanças criadas. Os inaptos são aqueles agricultores que são tradicionais que insistem em preservar os valores culturais, históricos, a forma de fazer antiga e as suas crenças. Já os que tentaram se enquadrar precisaram transformar sua atividade produtiva em

³ “Cooperativismo: é um sistema econômico social, autogerido em bases democráticas, operacionalizando através de ajuda mútua, que se destina à satisfação das necessidades econômicas e à promoção moral dos membros a ele integrados” (PINHEIRO, 2008, p. 7).

um negócio, em que as famílias passaram a ser empresárias, obrigando-se a adotar um processo administrativo, instrumentos contábeis, incorporando o processo técnico-científico e visando basicamente a lógica do lucro.

Essa dependência, que afeta a atividade, se origina do ambiente competitivo de mercado, no qual a modernização tecnológica tem grande influência sobre o volume de produção, ocasionando a falta de competitividade para os agricultores familiares diante das grandes unidades produtoras.

Diante desse cenário, iniciou-se um processo de readaptação dos sistemas produtivos para organizar e diversificar a produção na propriedade, através do qual foram inseridas alternativas de escoar e diversificar a produção para viabilizar e manter o pequeno produtor na sua propriedade.

Destaca-se, portanto, a necessidade de se trabalhar a revitalização e fixação da agricultura familiar no campo, bem como a de viabilizar a organização da pequena propriedade, sem minimizar a importância de se aprimorar os processos de gestão da agricultura familiar como agricultura empresarial e agroindustrial. Deste modo, muitos desafios ainda são impostos à agricultura familiar e o seu processo de reestruturação encontra-se em constante desenvolvimento.

As transformações que ocorrem no meio rural e que trazem reflexos para a agricultura familiar brasileira, bem como os seus desequilíbrios e ainda as mudanças econômicas, institucionais e produtivas das últimas décadas expõem uma rica realidade empírica para uma análise econômica produtiva do setor.

À medida que a produção agropecuária avança em grau de importância para o desenvolvimento econômico do país, o setor busca se estruturar a partir da implementação de alternativas de organização social direcionadas a agricultura familiar, procurando integrar-se e sustentar-se nessa realidade, devido a sua importância na produção de alimentos.

Ressalta-se que as formas de organização da agricultura familiar direcionadas a desenvolver o setor têm um papel central na configuração dos mercados. Seu movimento na trajetória econômica demonstra como podem ser organizadas e direcionadas para adaptação ao mercado.

Assim, direcionando a reflexão teórica para o caso empírico, a tese a ser construída baseia-se em uma mudança estrutural da produção das pequenas propriedades da mesorregião Oeste do Estado do Paraná, que é marcada por um processo de colonização a partir de

pequenas propriedades, que por sua vez, passaram por períodos de mudanças, desequilíbrios, que afetaram a configuração de sua organização atual. Grande parcela dessas propriedades tem sua estrutura de produção voltada para a comercialização, sendo o cooperativismo um fator importante para a comercialização da produção desses estabelecimentos.

A agricultura familiar é a base da formação social e econômica da região Oeste do Paraná. Desde a instituição das colônias no século XX, este segmento sócio-produtivo vem desempenhando o papel de protagonista nas transformações desse espaço.

Ao longo dos últimos anos constatou-se que essa região sofreu mudanças estruturais na produção agrícola, principalmente com a introdução de novas técnicas e modificações intensas nas relações de produção. A agricultura familiar apresenta, portanto, alguns desafios em relação a sua permanência e contribuição para com o desenvolvimento regional, visto que a mesorregião Oeste tem na cadeia produtiva agroindustrial grande destaque como no cenário nacional.

A integração dos pequenos produtores familiares no processo produtivo da mesorregião favorece a inclusão social e econômica dos pequenos agricultores como atuantes no mercado nacional e internacional, onde o cooperativismo é a referência.

Para tal, faz-se necessária, além dos recursos econômicos e sociais, uma visão empreendedora e eficiente nas formas de gestão das propriedades, para torná-las viáveis.

Mesmo sendo a mesorregião Oeste reconhecida como um espaço dinâmico para os estabelecimentos familiares, existe um nicho de pobreza na região. Essa realidade despertou o interesse da pesquisa em verificar porque numa região tão rica, com cooperativas reconhecidas, ainda existam propriedades que não conseguem tirar o sustento com a própria produção. Esses estabelecimentos mostram uma desigualdade no meio rural, uma realidade que se faz indagar como se relacionam com o mercado, como sobrevivem e quais suas características.

Com base nessa contextualização, pode-se afirmar que o processo de integração e adaptação das propriedades familiares fazem surgir uma série de questionamentos, desafiando a área acadêmica a investigar questões relativas às características de sobrevivência dos agricultores familiares diante das regras ditadas pelo mercado.

Observando que a mesorregião Oeste do Estado do Paraná é destaque no agronegócio nacional e tem os estabelecimentos de agricultura familiar como sua base no processo de colonização, cabe questionar se esse dinamismo se estende à toda mesorregião Oeste paranaense.

Entretanto, algumas questões econômicas, estruturais, históricas e institucionais vinculadas à pequena propriedade são distintas e carecem de melhor análise e compreensão. Neste contexto, questiona-se: o dinamismo apresentado pela agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná se estende a toda mesorregião? Caso exista disparidade, como esses estabelecimentos familiares se relacionam com o mercado e com o sistema cooperativo que é referência para a agricultura da mesorregião?

O objetivo geral desse trabalho é analisar as características da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná, evidenciando os municípios que apresentam baixos indicadores de IDH e taxa de pobreza, avaliando a trajetória histórica, econômica e institucional da agricultura familiar, contextualizando a importância do cooperativismo como forma de integração para a eficiência desses estabelecimentos.

Pretende-se, portanto, contribuir ao entendimento do papel do cooperativismo agropecuário para as relações comerciais direcionadas aos estabelecimentos familiares da região estudada. Para atingir o objetivo proposto, o trabalho seguirá os seguintes passos:

- a) Caracterizar as bases teóricas clássicas e contemporâneas da agricultura familiar.
- b) Descrever a ocupação do espaço e o processo histórico da mesorregião Oeste do Paraná.
- c) Analisar a trajetória histórica, econômica e institucional do setor da agricultura familiar da região de estudo.
- d) Caracterizar a integração via cooperativismo na mesorregião, destacando sua relação com a agricultura familiar, através dos municípios que apresentam os menores indicadores de IDH e taxa de pobreza.

Assim, a hipótese deste trabalho é de que a agricultura familiar tem como estratégia de fortalecimento a vinculação com o sistema cooperativo que lhe dá mecanismos de inserção comercial no mercado, ou seja, a mesma depende de uma organização estruturada e integrada que lhe garanta condições de competitividade e sustentabilidade.

A agricultura familiar, enquanto contraponto ao modelo de produção agrícola convencional ganhou legitimidade social, econômica e política no Brasil a partir da década de 1990. É um setor importante no contexto agrícola e na estruturação do espaço agrário no Brasil, ainda que ao longo dos anos este segmento da sociedade não tenha tido uma atenção especial ou valorização no que tange às políticas públicas nem pela atuação do Estado

Nacional, quando comparado a outros segmentos, como, por exemplo, a agricultura patronal (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

A partir de análises da FAO, em meados dos anos 1990, o governo tentou promover o acesso democrático aos recursos produtivos, buscando reduzir as desigualdades e melhorar o bem-estar dos agricultores familiares através da implementação de mecanismos de fomento à produtividade, de combate à fome e na geração de emprego e renda.

Os autores Damasceno, Khan e Lima (2011) apontam que a agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento social, pois através de seus milhões de pequenos produtores é um setor em crescimento e de inteira relevância para o país.

Vale ressaltar que a agricultura familiar é o setor do contexto rural mais carente de ações do governo, destacando a importância das políticas públicas para o setor. A reconfiguração do espaço agrário brasileiro está reduzindo os espaços para o agricultor familiar. Manter essas pessoas na área rural via políticas públicas também é necessária para evitar o aumento dos problemas sociais das cidades.

A discussão sobre o futuro e a força do agricultor familiar no cenário econômico é um debate de longa data. Autores clássicos como Kautsky, Lenin, Chayanov e Mendras iniciaram os debates diante das dificuldades que seriam enfrentadas pelos agricultores familiares diante do dinamismo do capitalismo no campo, onde poderiam ser excluídos do processo de produção ou até mesmo se reproduzir e se inserir eficientemente no mercado.

Os debates clássicos, contemporâneos e nacionais permitem analisar o potencial e as oportunidades do setor da agricultura familiar bem como avaliar suas características e perspectivas de cenário como um setor que pode ser eficiente e produtivo, sendo agente ativo na agricultura do país.

A literatura disponível para compreender os processos de mudança e evolução da agricultura familiar é abrangente e traz consigo, particularmente, discussões técnicas sobre sistemas de produção e organização dos produtores.

Assim, surgiram formas de organização do setor (associações, cooperativas, agroindústrias). Entretanto, os estudos descrevem estratégias locais, sem dar atenção à configuração do setor como um todo, considerando-se de que é um setor dependente de articulações para moldar a comercialização de sua produção.

Sob estes aspectos, evidencia-se a importância de estudos que visem avaliar a evolução da produção dos pequenos produtores, como também para identificar o perfil e a orientação econômica da produção após a evolução da agricultura brasileira, para a valorização da produção do agricultor familiar.

Portanto, diante do exposto, a discussão da tese busca fornecer subsídios para o entendimento do grau de dependência de mecanismos de mercado para que os agricultores familiares consigam ser eficientes frente a ambientes de desequilíbrio e incerteza, ou seja, trata-se de um setor que precisa da sustentabilidade das formas de integração que permeiam o setor rural, aqui no caso, o cooperativismo.

Durante o processo de pesquisa, foi necessário fazer várias opções, incluindo ou excluindo temas, dando maior ou menor ênfase a eventos, fatos, atores, ideias, projetos, etc. Com o intuito de responder aos questionamentos e verificar as formas de organização da agricultura familiar na mesorregião Oeste Paranaense, estabeleceu-se a proposta de tese.

A tese é apresentada em quatro capítulos. No primeiro, apresentam-se as bases teóricas clássicas, contemporâneas e nacionais da agricultura familiar, destacando os pontos principais da evolução desse setor ao longo do tempo. Esse capítulo teve como principal objetivo destacar como é o debate no meio acadêmico diante das perspectivas de futuro da agricultura familiar, sendo a estrutura teórica para compreender o setor.

No segundo capítulo é descrita a ocupação do espaço na mesorregião Oeste do Paraná via caracterização histórica. Dividido em “contextualização do desenvolvimento histórico do setor” e “caracterização do espaço do cenário analisado”, esse capítulo ganha destaque, pois evidencia a força e dinamismo da mesorregião como referência nacional. Para avaliar a evolução da ocupação do espaço econômico, foram utilizados os dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir do ano 2000, na busca de verificar o comportamento da economia da mesorregião Oeste do Paraná e evidenciar sua importância no cenário produtivo do Estado.

No terceiro capítulo é realizada a caracterização da agricultura familiar do Estado do Paraná, especificamente da mesorregião Oeste, compreendendo as microrregiões Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Para esse cenário foram utilizados dados secundários divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

Por fim, no quarto capítulo promove-se uma discussão referente a participação das cooperativas agroindustriais na mesorregião analisada, visto que são elementos fortes na potencialização do desenvolvimento da mesorregião, sendo elas as responsáveis por grande parte dos contratos de integração existentes no Oeste paranaense. Também é feita a verificação dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná que apresentam os menores indicadores de IDH e taxa de pobreza para verificar *in loco* como é a integração desses agricultores familiares com o mercado.

Após avaliar as bases teóricas sobre a agricultura familiar, a construção do espaço da mesorregião Oeste do Paraná e a caracterização da agricultura familiar na mesorregião buscou-se identificar como se caracteriza a agricultura familiar que está associada ao cooperativismo e qual é o perfil dos produtores que estão localizados nos municípios com indicadores de IDH mais baixos aplicando-se um questionário⁴.

O trabalho utilizou as técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas, as quais foram empregadas ao longo do desenvolvimento dos objetivos propostos.

A pesquisa qualitativa é considerada quando há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados é básica no processo qualitativo (SILVA; MENEZES, 2000, p. 20).

Portanto, a parte qualitativa do trabalho serve para ampliar o conhecimento exploratório do setor da agricultura familiar na mesorregião Oeste.

A análise quantitativa utilizada no desenvolvimento da tese, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, na caracterização do espaço e na coleta de dados. Oliveira (1994, p. 15) aponta que: “a utilização do método quantitativo significa quantificar na forma de coleta de informações o emprego de recursos e técnicas estatísticas tais como: porcentagem, média, mediana, desvio padrão, que são as formulações mais simples”.

A utilização das metodologias qualitativas trouxe sustentação às técnicas quantitativas na análise de dados secundários, inclusive no contexto histórico e na caracterização do espaço da mesorregião Oeste a partir da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão do desenvolvimento da mesorregião no cenário nacional, acentuando a indignação de existir um nicho de pobreza contextualizado com o processo de dinamismo e desenvolvimento econômico e social da mesorregião.

O procedimento metodológico foi referenciado nos dados do Censo Agropecuário de 2006, divulgados em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa de campo teve como objetivo a busca por dados primários, onde segundo Rodrigues (2007), são os acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, sob um procedimento baseado na observação do objeto estudado.

4 Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 100), “o questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador”.

Uma característica relevante nesse capítulo foi à realização da pesquisa de campo para a coleta de dados primários. Esse fator potencializou a verificação da realidade vivenciada pelos agricultores familiares nas regiões que apresentam indicadores de pobreza.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Quando analisada a questão agrária vivenciada nas últimas décadas, percebe-se que muitas teorias estão superadas em relação ao formato apresentado nas formas de organização e concentração do setor. A discussão de existência da agricultura familiar não se apresenta mais como relevante. O fato de sua existência remete à importância de saber como ela se organiza para se manter dinâmica na atual conjuntura do setor agrícola. Um dos seus principais desafios é permanecer atuante como agente econômico, buscando ser sustentável e relevante para esse setor.

É pertinente fazer essa análise, visto que a agricultura familiar tem grande relevância na produção agrícola do país, não apenas como um setor de subsistência, mas também como um importante agente produtor rural, potencializando o desenvolvimento das regiões agrícolas. Ela é responsável por parte da produção e da alimentação da sociedade brasileira, fomentando vários setores e agentes econômicos, consolidando-se como parte dinâmica da economia.

Essa análise servirá de sustentação para o entendimento da formação, sobrevivência e dinamismo do setor, bem como sua reação e os ajustes ocorridos devido às transformações que ocorreram no meio agrícola e exigiram dos pequenos produtores adequação para se sustentar no meio rural.

Portanto, esse capítulo foi dividido em duas partes: a primeira trata dos aspectos relacionados aos teóricos clássicos que apontaram as principais tendências e caminhos para o agricultor familiar, ou seja, o comportamento desse setor diante das tendências do dinamismo de mercado; a segunda parte trabalha com os principais teóricos da atualidade, os quais questionam e apontam o papel desse setor no cenário atual.

Entre os teóricos clássicos as discussões sobre a pequena propriedade ou agricultura familiar têm grande peso, principalmente quando estas variantes são relacionadas com a organização da estrutura social da agricultura, como também quanto ao seu papel no dinamismo e desenvolvimento do processo capitalista da época. Segundo Abramovay (1992), os debates em países europeus relacionavam-se muito com a organização dos mercados, iniciados pelos próprios agricultores e apoiados pelo Estado, potencializando a modernização agrícola.

A discussão referente as transformações na agricultura serão baseadas nas teorias de Kautsky (1986) originadas em 1899, de Lenin (1985), de 1899, e na obra de Chayanov (1974) de 1925. Esses autores são considerados clássicos visto que introduziram os questionamentos sobre as possibilidades de mudanças após a introdução do modo de produção capitalista no campo e suas consequências para o campesinato europeu, reflexos que foram suporte para o entendimento do comportamento do pequeno produtor e agricultor familiar na atualidade.

Nesse sentido, uma das propostas desse capítulo é verificar como os estudiosos da área analisam o potencial da agricultura familiar e da pequena propriedade para sobreviver no cenário atual. De acordo com Wanderley (1998), a produção familiar precisa ser transformada, potencializada, a partir da evolução da unidade de produção familiar dentro do sistema capitalista de produção.

É fato que a agricultura sofreu muitos processos de mudanças a partir da inserção do capitalismo no campo; uma delas é a integração com o cooperativismo, tornando-se parte do setor secundário, verificando o papel e as tendências relacionadas à agricultura familiar, aqui também entendida como pequena propriedade.

Portanto, a esse capítulo cabe destacar as principais reflexões originadas das teorias que dão estrutura para entender o comportamento das pequenas propriedades e dos agricultores familiares ao longo do tempo, buscando aprofundar as análises acerca das mudanças ocorridas, bem como o papel da agricultura familiar no cenário econômico.

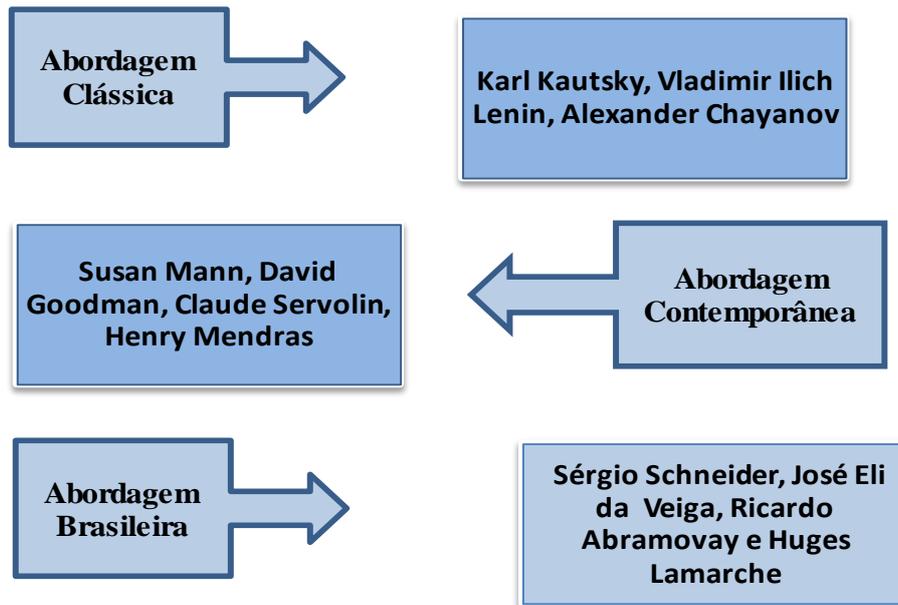
Essas análises se justificam, visto que a agricultura familiar permanece com grande potencial de produção e participação no cenário agrícola. A sua importância carece de reconhecimento para que possa produzir e evoluir, ou seja, alcançar importância no cenário produtivo do país.

Destarte, ao se analisar as reflexões dos diferentes cenários e debates sobre a agricultura familiar, destaca-se que a mesma tem como estrutura uma construção política com características idealizadoras na visão de alguns autores, porém com uma identidade única, a qual não pode ser entendida apenas como um fruto de pesquisa acadêmica ou como produto de políticas públicas, mas como um setor transformador e participativo no cenário agrícola do país.

Em suma, dentre as teorias que podem ser consideradas clássicas, serão destacados três grandes autores que debatem a questão agrícola: Vladimir Ilich Lenin, Alexander Chayanov e Karl Kautsky, justamente porque evidenciam as possibilidades existentes para o pequeno produtor diante dos cenários apresentados pelo mercado. Dentre os debates contemporâneos, serão considerados os autores Susan Mann, David Goodman, Claude

Servolin, Harriet Friedmann, Henry Mendras, entre outros que evidenciaram e publicaram pesquisas relacionadas a agricultura no contexto atual. Já na abordagem brasileira, serão destacados os autores Sérgio Schneider, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Huges Lamarche (Figura 1).

Figura 1 - Abordagem clássica e contemporânea relacionada à pequena propriedade



Fonte: Elaboração da autora, 2016.

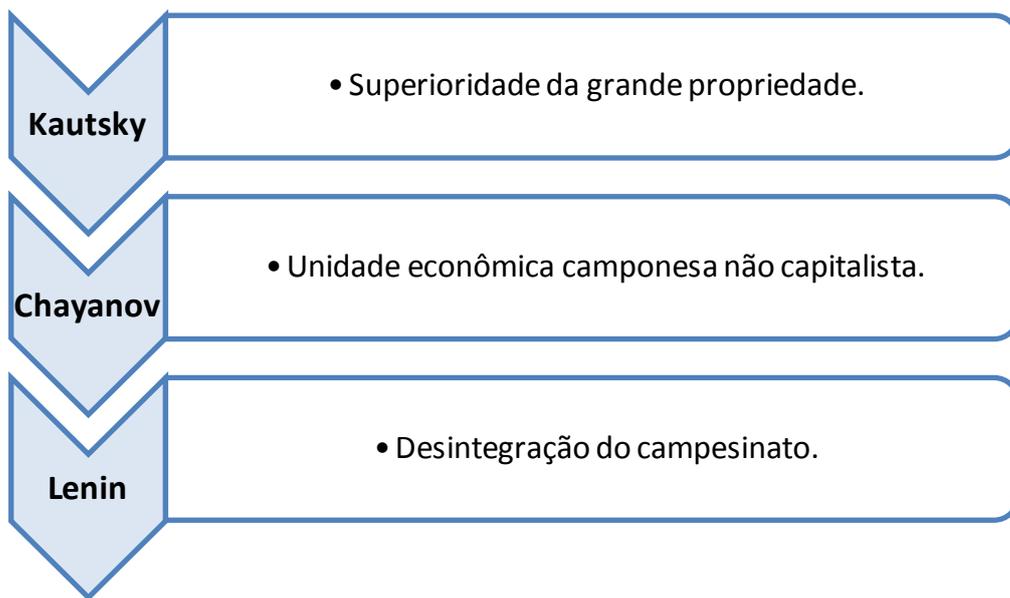
Cabe salientar que o termo agricultura familiar não substitui o termo pequena produção por outro equivalente, mas busca demonstrar uma condução teórica e de sentido sobre a representação deste segmento da agricultura.

2.1 Pressupostos teóricos clássicos

Com a pretensão de analisar os pressupostos teóricos básicos que retrataram a agricultura familiar, optaram-se como base teórica os autores Kautsky, Lenin e Chayanov, visto que são clássicos da sociologia rural, os quais retratam a constituição do camponês enquanto um tipo de produção familiar específica, identificada na passagem do século XIX

para o século XX na Alemanha, Rússia e EUA (Figura 2). Assim, esses três autores são considerados os sociólogos que deram origem aos estudos acerca da introdução do capitalismo na agricultura e das transformações que o sistema acarretou aos pequenos e grandes camponeses no início do século XX.

Figura 2 - Comparação das visões clássicas abordadas



Fonte: Elaboração da autora a partir de Kautsky (1986), Chayanov (1974), Lenin (1985).

Assim os clássicos Lenin e Kautsky asseguram que os pequenos produtores familiares são conduzidos ao empobrecimento e ao assalariamento, gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e pela falência da pequena produção diante da grande exploração agrícola. Já Chayanov não considerava o desaparecimento dos camponeses devido a inserção do capitalismo no campo. Defendia a tese de que ocorreria um aumento de estabelecimentos familiares, visto que a produção camponesa dependia diretamente do trabalho familiar para sobreviver.

Destaca-se também, que a desintegração do camponês ocorreu devido à expansão das atividades mecânicas e industriais na agricultura inseridas com o desenvolvimento capitalista.

Portanto, a análise dessas teorias é fundamental para a compreensão do processo de modernização do campo, incluindo a concentração fundiária, a integração agricultura-indústria, a exclusão e o êxodo rural, a territorialização do capital no campo, bem como para

ter maior entendimento sobre a questão agrária e sua organização no espaço geográfico. Em suma, trata-se da reflexão para o entendimento do comportamento da agricultura familiar e das pequenas propriedades na atualidade, buscando a compreensão da dinâmica das transformações no espaço agrário.

2.1.1 Karl Kautsky

O autor Karl Kautsky tem como foco de sua obra a exploração familiar no contexto da dependência agroindustrial, em que aborda a relação de dependência da agricultura para com a indústria, pela qual o agricultor estaria exercendo a função de trabalhador industrial, um operário do sistema. Na sua obra “A Questão Agrária”, demonstrou a sua visão referente ao desenvolvimento da agricultura diante do contexto capitalista.

Em suma, “o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios técnicos” (KAUTSKY, 1986, p.152).

Para o autor, esses meios técnicos trariam à agricultura um processo de industrialização acarretando a divisão do trabalho e a produção em escala, o que favoreceria diretamente o grande produtor, vista a possibilidade de atender as exigências da indústria. Já o pequeno é o proletário transformado em trabalhador da indústria, sem deixar a sua terra, porém, à mercê das exigências industriais, inclusive competindo com as grandes propriedades.

O agricultor, na visão do autor, exerce o papel de proletário e operário industrial, porém não se considera excluído do sistema uma vez que: “o camponês tem apego a sua terra” (KAUTSKY, 1986, p. 148).

Nesse sentido, Kautsky (1986) afirma que esse modo de produção moderna traz ao camponês alterações nas formas de trabalho, visto que estes estão sob dominação da grande indústria. Para o autor, “a grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências” (KAUTSKY, 1986, p. 323).

“O camponês, de dono de sua própria produção agrícola, converte-se, ele próprio, em um apêndice da produção industrial; tendo de submeter-se às demandas desta última, ele se transforma, em parte, em um operário” (KAUTSKY, 1986, p. 286).

Assim, para Kautsky, mesmo que a grande propriedade consiga uma eficiência superior para se manter no ambiente capitalista, esta não eliminaria os pequenos produtores;

teria por sua vez, esse contingente trabalhando ou prestando serviços para ela na condição de pequenos arrendatários. Isso porque como a disponibilidade de pequenos agricultores era maior, quando colocados ao lado dos grandes produtores, multiplicava a quantidade de mão de obra à disposição da exploração industrial, fortalecendo a grande empresa.

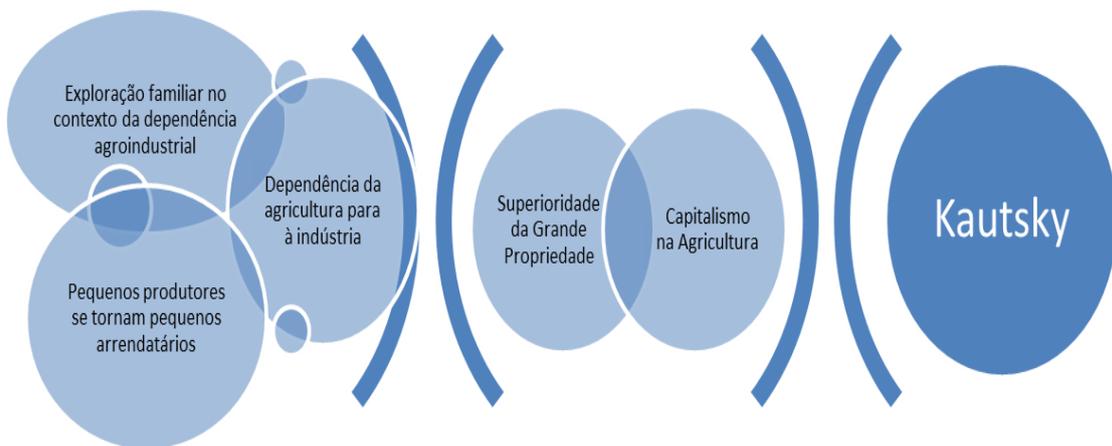
Portanto, pode-se ressaltar que a ideia central que Kautsky (1986) defende é a de que a grande propriedade tem grau técnico mais elevado quando comparado com a pequena propriedade rural, pois, devido às suas características e potencialidades, tem melhor condição de se adaptar à inserção do capitalismo no campo e, por consequência, industrializar seu processo de produção. Com essa visão, a tendência da pequena propriedade seria a redução ou até mesmo o seu desaparecimento.

Já quando Kautsky trata do processo de empobrecimento dos agricultores, aponta que a necessidade de recursos financeiros faz com que os camponeses ao invés de comercializarem o excedente de seus produtos, comercializam o excedente de seu tempo, ofertando sua mão de obra através da busca de um trabalho secundário. É nesse processo que se verifica uma aproximação maior da indústria com a agricultura, evidenciando-se, assim, uma relação subordinada da atividade agrícola ao capital industrial.

Kautsky descreve e analisa, em sua obra, as possíveis consequências ocasionadas pela inserção do capitalismo no campo, apontando as inseguranças que seriam enfrentadas pelos camponeses ao se depararem com o avanço do sistema capitalista diante das dificuldades em competir no mercado com o grande proprietário.

Essas mudanças acarretaram um novo ritmo na vida ao agricultor. Kautsky (1986, p. 26) afirma que: “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”. Ou seja, há uma obrigatoriedade crescente do agricultor em obter capital para realizar suas atividades agrícolas (Figura 3).

Figura 3 - Capitalismo na Agricultura na visão de Kautsky



Fonte: Elaboração da autora a partir de Kautsky, 1986.

Kautsky (1986, p.124) afirma que: “a grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, a cria”.

Dessa forma, acontece uma integração agricultura-indústria, na qual ocorre uma relação do camponês com o sistema capitalista, deixando de ser um produtor de subsistência e se adaptando a uma vida de assalariado na cidade ou de um agricultor voltado à produção do mercado. Isso ocorre, independentemente do que o camponês produz ou do que dispõe, pois o mesmo passa a ter que seguir exigências de produção, inclusive pela parte tecnológica que o capitalismo insere no campo. Devido às mudanças ocorridas no cenário agrícola com a inserção do capitalismo, Kautsky entende que o camponês deixa de ser o proprietário da sua exploração agrícola; esta se torna um adendo da exploração industrial uma vez que passa a regulá-la (KAUTSKY, 1986).

Assim, quando analisadas as possíveis consequências do capitalismo no campo ou os sinais de sua evolução, têm-se as novas estruturas de integração da agricultura com a indústria, caracterizando a dependência intersetorial; a redução do número de pequenos produtores; o surgimento de produtos industrializados para aprimorar a produção agrícola; e o aumento do êxodo rural, em que os agricultores vão para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

O avanço da indústria ocasiona um processo de mudança no espaço rural, concomitantemente ocorre um empobrecimento do produtor camponês. Esse empobrecimento faz com que esses agricultores sintam a necessidade de complementar sua renda, assim têm a opção de comercializar o seu trabalho. Esse fato transforma o trabalhador rural em assalariado industrial (KAUTSKY, 1986).

Um fator importante da abordagem de Kautsky é o processo cooperativo, visto que o autor tem o cooperativismo como uma solução para que os camponeses enfrentem os problemas trazidos pela inserção da industrialização no campo.

Para o autor, o pequeno produtor pode utilizar o sistema cooperativo para buscar uma reação mais forte dos camponeses no ambiente capitalista dominado pela indústria. Ressalta, porém, que uma das dificuldades em implantar o sistema cooperativo junto aos camponeses é a dificuldade que existe na união desses, ou seja, na dificuldade que esses têm em trabalharem unidos por um mesmo ideal. Isso porque, historicamente, os camponeses possuem a característica de gerenciar e organizar suas propriedades de forma individualista; os camponeses aprenderam a serem os únicos administradores de suas terras, o que dificulta a organização desses num mesmo ideal, buscando o melhor para o coletivo (KAUTSKY, 1986).

Mesmo assim, segundo Kautsky, a cooperação, buscando o melhor para o coletivo, pode ser viável e apropriada para os pequenos produtores, visto a busca de diferenciais e estratégias que resultam em ações positivas e sustentáveis para o setor.

Nesse contexto, para o cooperativismo atender os camponeses, esses devem se organizar em sociedade. Já os grandes produtores, segundo Kautsky, têm maior facilidade de se organizar visto que possuem os mesmos objetivos e interesses.

Assim, a formação de cooperativas tem maior possibilidade de êxito junto aos grandes produtores, pois são a minoria e dispõem de fortes relações no ambiente capitalista (KAUTSKY, 1986).

Portanto, Kautsky (1986, p. 109) afirma que:

[...] não há meio em que as condições prévias para a organização de cooperativas se encontrem mais fracamente desenvolvidas do que entre os camponeses. Suas condições de vida e de trabalho os isolam completamente, reduzindo-lhes ao mínimo o seu horizonte político e roubando-lhes o tempo livre que a autogestão cooperativa exige.

O cooperativismo atende de forma eficiente os grupos que melhor se organizam em sociedade, sendo estes os grandes proprietários de terras, visto que possuem interesses e objetivos comuns, o que facilita a organização coletiva direcionada aos seus propósitos.

Vale ressaltar que o autor evidencia a importância das cooperativas, uma vez que inclusive os grandes proprietários percebem as vantagens de associarem-se para a comercialização de sua produção e, até mesmo, para a busca de recursos financeiros junto aos bancos.

Assim, conclui-se que os pequenos produtores estão apegados à sua propriedade, assim individualizam a forma de gestão dos meios de produção dificultando a inserção de forma organizada e coletiva no ambiente capitalista. Assim, dificulta o processo de adaptação e inserção em um regime de cooperação (KAUTSKY, 1986).

2.1.2 Vladimir Ilich Lenin

Vladimir Ilich Lenin analisa a formação do mercado capitalista sob a ótica da desintegração do campesinato e suas consequências para o ambiente rural.

Em sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1985), Lenin observou que o processo capitalista fazia com que ocorresse um atraso nos estabelecimentos agrícolas e, como consequência, para o homem se manter no campo teria que se transformar de agricultor em empresário do meio rural, visto que as alterações das formas de produção em conjunto com a necessidade de capital exigiam essas mudanças nas propriedades.

Lenin (1985, p. 35) aponta que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”.

Assim a situação do agricultor frente ao processo capitalista demonstra um camponês dependente do mercado, tanto para a venda dos seus produtos quanto para o consumo de produtos para suprir suas necessidades. Essa transformação da propriedade é descrita pelo autor como a desintegração do campesinato, a qual gera um mercado interno para o sistema capitalista.

O processo de desintegração apontado por Lenin é consequência de uma série de fatores, tais como: o arrendamento, a comercialização de terras, o aperfeiçoamento dos implementos agrícolas, as atividades sazonais, a agricultura voltada para o mercado e o trabalho assalariado. Fatores esses que sustentam a teoria de Lenin quando relacionada à

questão do empobrecimento do camponês, ou seja, um processo que demonstrou a mudança ocorrida no campo em relação às transformações das classes sociais rurais.

Lenin (1985) afirma que o campesinato em sua forma tradicional não se torna diferenciado, ele deixa de existir sendo substituído por uma nova classe social de população rural, os quais são estruturados com base em uma sociedade dominada pela produção capitalista.

O avanço do capitalismo ocasionava, portanto, a instabilidade, ou até mesmo a subsistência dos pequenos produtores, designados por Lenin como camponeses. A falta de disponibilidade de capital pelos camponeses fez com que ocorresse uma transformação na rotina e na forma de organização do trabalho camponês, bem como nos processos, nos objetivos e nos destinos da produção agrícola. Esses pontos demonstram que, como consequência, as grandes propriedades teriam melhores condições para enfrentar e se sustentar no sistema capitalista (LENIN, 1985).

Pode-se afirmar, em resumo, que para Lenin a desintegração do campesinato é derivada do avanço do capitalismo no campo, com suas exigências para que o camponês se insira no mercado. Essas exigências ocasionaram a diferenciação social no campo, o crescimento e a valorização das grandes propriedades.

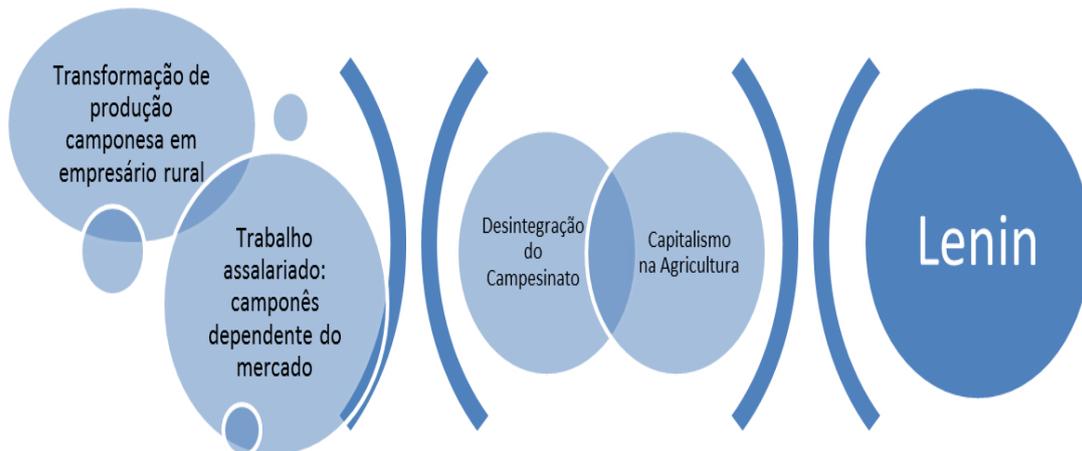
Conforme ocorria a desintegração dos camponeses devido ao avanço do modo de produção capitalista, o desaparecimento do camponês se tornou inevitável, fazendo com que esses agricultores optassem em trabalhar nas grandes propriedades ou nas fábricas dos centros urbanos. Essa situação, conceituada pelo autor como desintegração do campesinato, fez constituir uma burguesia camponesa e um proletariado camponês, consolidando uma luta de classes.

Cabe enfatizar que a luta de classes não estava limitada ao confronto burguesia e proletariado, mas envolvia o convencimento de outros segmentos sociais. Portanto, Lenin (1985), no que se refere ao capitalismo, destaca que o processo de especialização que separava diferentes tipos de transformação dos produtos, conduzia à criação de um número crescente de ramos industriais, manifestado também na agricultura, o que gerou o aparecimento de regiões agrícolas especializadas e do sistema de economia mercantil, provocando trocas, tanto entre produtos agrícolas quanto industriais.

Na visão do autor, o avanço do sistema capitalista na área rural promove a transformação de parte do campesinato numa burguesia rural, bem como do camponês pobre em proletariado rural; ficando o produtor médio entre esses polos (Figura 4). Esse fator

provou um antagonismo nas classes sociais rurais, ou seja, a divergência de interesses da burguesia rural e dos operários agrícolas (LENIN, 1985)

Figura 4 - Capitalismo na Agricultura na visão de Lenin



Fonte: Elaboração da autora a partir de Lenin, 1985.

Lenin (1985) enfatiza que a pequena propriedade desempenhava insignificante papel na estrutura agrária, diferentemente do latifúndio, o qual preservava em alguns aspectos, as relações feudais, fortalecendo o processo de desintegração, visto que não era somente a extensão de terras que diferenciavam esses camponeses, mas também os tributos, as condições de subsídios, o caráter de posse de terra, etc. Em suma, a propriedade feudal, mesmo que a passos lentos, vinha se transformando em propriedade capitalista.

Para Lenin (1985, p. 16), “a transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc.) – ou seja, pressupõe o seu empobrecimento”.

Lenin aponta que a inserção do capitalismo na agricultura está acompanhada desintegração do campesinato: “uma minoria rica cria empresas industriais, desenvolve-as, melhora a agricultura, emprega operários agrícolas, para assim se converter em pequenos comerciantes” (LENIN, 1985, p. 242).

Por fim, na visão de Lenin, haveria dois caminhos no que se refere a produção voltada para o mercado: ou não conseguiria competir com os capitalistas e acabaria falindo e

perdendo as terras, tornando os camponeses proletários; ou, obtendo sucesso, passaria a assalariar mão de obra, inserindo-a no sistema capitalista. Indiferentemente da situação, deixariam de ser camponeses.

2.1.3 Alexander Chayanov

Alexander Chayanov se destaca na discussão do contexto de resistência do agricultor familiar camponês diante da dependência do capital, principalmente com o estudo de “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”, publicada em 1925, obra que destaca a questão camponesa a partir do núcleo familiar e das relações de trabalho e consumo existente na unidade familiar. Porém, cabe ressaltar que a visão abordada por Chayanov tem como referência as economias de produção familiar russas, do início do século XX.

Na visão do autor, a circulação da produção agrícola do camponês está fixada na sua relação de dependência ao capital e na desapropriação do camponês (CHAYANOV, 1974).

A base do estudo do autor está estruturada no entendimento de que o agricultor trabalha, com prioridade, para preencher as necessidades básicas da sua família e, depois, ele se volta para a acumulação de capital, o que segundo Chayanov, tornava a unidade econômica camponesa como não capitalista, visto o não interesse de acumulação de capital.

O que movia a produção da propriedade era a necessidade da unidade familiar, que é relacionada ao número de trabalhadores e consumidores da família junto à necessidade de consumo, fatores esses que explicariam a expansão dos cultivos (CHAYANOV, 1974).

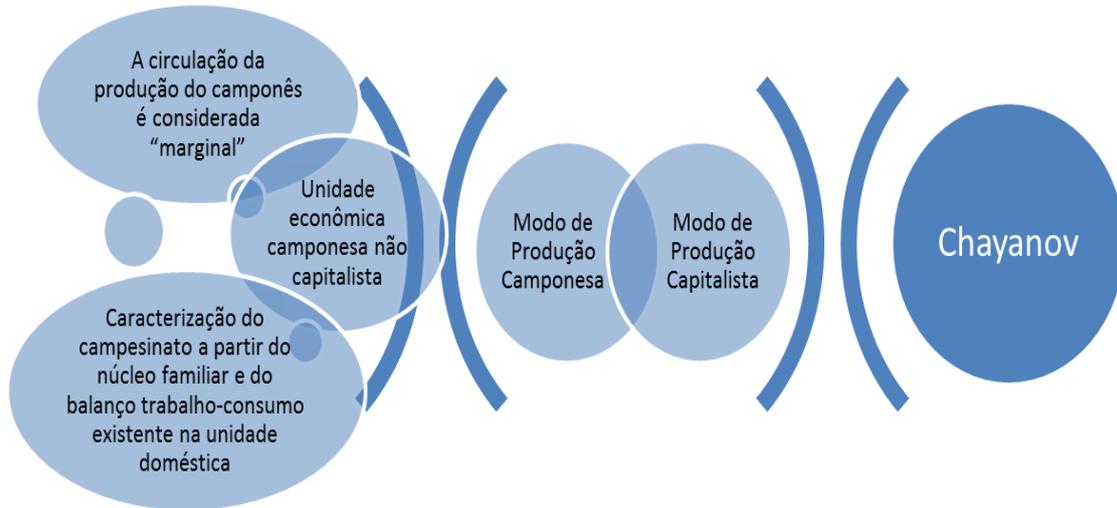
Portanto, a força de trabalho da família se destaca como elemento de grande relevância no reconhecimento da unidade camponesa. Assim a família define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, uma vez que o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção.

Em suma, Chayanov reconhece que na unidade camponesa a força do trabalho familiar é que move a propriedade, ou seja, a família produz seus meios de subsistência. Entretanto, devido a diversos fatores, os membros da família buscam, muitas vezes, como alternativa de renda, o emprego de sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas.

Vale ressaltar que, para Chayanov, a atividade econômica camponesa não tem semelhança com a atividade econômica de um empresário rural, pois o camponês não tem como prioridade a acumulação de capital, mas a da reprodução de seu modo de vida,

independentemente das relações capitalistas. Toda produção está voltada às necessidades de consumo familiar (Figura 5).

Figura 5 - Capitalismo na Agricultura na visão de Chayanov



Fonte: Elaboração da autora a partir de Chayanov,1974.

Outro ponto importante a destacar é que Chayanov (1974) vê nas cooperativas coletivas uma forma de introdução da exploração camponesa no ambiente capitalista, incluindo a relação com a indústria de modo mais eficiente. O autor enfatiza que o meio para continuar no modo de produção camponesa é os agricultores se organizarem coletivamente para maximizar seus interesses e ganhar força nesse ambiente.

O autor defende, portanto, que o camponês, se organizado em formas de cooperativas, proporcionaria a inserção desses como agente econômico estratégico em uma nova sociedade, suprindo a necessidade de legitimá-la socialmente, tornando, assim, a produção camponesa uma produção de importância para as economias onde está inserida.

Chayanov (1974) aponta que a formação de cooperativas é capaz de estimular a modernização da produção familiar para ter sustentabilidade no ambiente capitalista de produção. Acredita que, primeiramente, faz-se necessário entender este plano organizativo de produção do campesinato para, posteriormente, se pensar numa intervenção que ele julga necessária contra aquilo que considera uma ameaça: a dominação do capitalismo no campo e a subordinação do agricultor ao mercado. Nesse sentido, o autor recomenda que as alterações

sejam gradativas, levando-se em conta o funcionamento característico do campesinato (CHAYANOV, 1974).

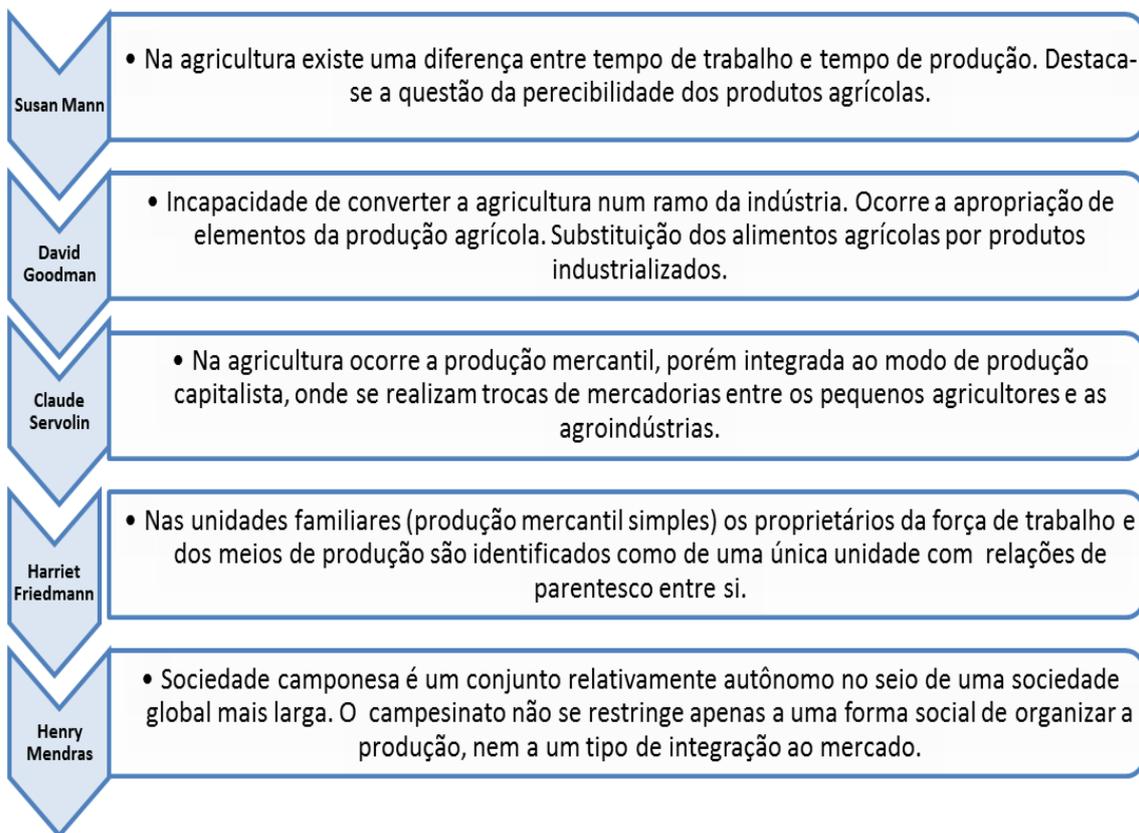
As visões, vistas até aqui demonstram as primeiras discussões levantadas por pensadores sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e suas implicações junto aos camponeses. Observa-se que os autores clássicos apontam a indústria como um setor que tem grande importância no ambiente do capitalismo e diante disso o agricultor inicia, assim, um processo de produção ligado às regras ditadas pelo setor industrial, o que leva a refletir sobre a visão dos autores contemporâneos, como observam e retratam a questão do capitalismo no campo no contexto atual.

2.2 Pressupostos Teóricos Contemporâneos

As referências aos estudos relacionados à agricultura familiar no período contemporâneo estão principalmente centradas nas pesquisas de Susan Mann e James M. Dickinson, David Goodman *et al.*, Claude Servolin, Harriet Friedmann e Henry Mendras. Eles são considerados referências na área de estudo. No cenário brasileiro tem-se como referência os estudiosos: Sérgio Schneider, José Ely da Veiga, Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche.

Esses autores abordam a questão o comportamento do agricultor familiar no ambiente dominado pelo sistema capitalista, destacando os obstáculos que o desenvolvimento do capitalismo traz para o campo e as características que são específicas da agricultura familiar no processo de produção. Essas características são alicerces fundamentais para se entender o atual contexto de permanência e sustentabilidade da pequena propriedade e da agricultura familiar na área rural (Figura 6).

Figura 6 - Capitalismo na agricultura na visão de autores contemporâneos



Fonte: Elaboração da autora

Susan Mann e Dickinson (1987), ao comparar a indústria com a agricultura, demonstram que na agricultura a relação entre tempo de trabalho e tempo de produção são diferentes, incluindo a questão da perecibilidade dos produtos agrícolas. Essas questões relativas à agricultura fazem com que as atividades agrícolas se tornem um empreendimento com um alto grau de risco para o ambiente capitalista, por isso o capitalismo investiria mais nas atividades industriais que possibilitam potencializar a maximização do lucro.

Para Mann e Dickinson (1987, p. 2), “a natureza peculiar do processo produtivo em certas esferas da agricultura é incompatível com as exigências da produção capitalista”. Ou seja, tem-se a sazonalidade do tempo da produção dos diferentes produtos, a agricultura familiar está integrada ao ambiente capitalista, porém muitas vezes não é capitalista.

Utiliza essa forma como meio de comercialização, pois está sujeito à uma série de recursos climáticos e biológicos para alcançar uma produção adequada. Porém, a agricultura familiar para se inserir no ambiente capitalista, manter suas relações com a indústria, se tornar produtiva e viável deve ter condições de se capitalizar.

Os autores afirmam que o “tempo de produção consiste em duas partes: um período em que o trabalho é realmente aplicado na produção e um segundo, durante o qual a mercadoria inacabada é abandonada às influências de processos naturais, sem se submeter simultaneamente ao processo de trabalho” (MANN; DICKINSON, 1987, p. 15).

Assim a relação entre tempo de produção e tempo de trabalho será a produtividade avaliada, incluindo a expansão do capital. Pois quanto menor o tempo necessário para a produção de um produto, maior a viabilidade para a expansão do capital, que tem como objetivo reduzir o tempo necessário para a produção, incluindo o excesso de tempo de produção sobre o tempo de trabalho. Assim o processo capitalista avança sobre a agricultura.

Caso a intervenção do capitalismo não consiga reduzir o tempo de produção e o tempo de trabalho, há uma tendência de não ser setor atrativo ao capital (MANN; DICKINSON, 1987).

David Goodmann *et al* (1990) debatem o progresso técnico na agricultura. Para os autores, o progresso técnico é uma condição de sobrevivência para os produtores rurais. A utilização de tecnologia e técnicas de produção é o canal de seleção e exclusão das unidades de produção. Quem faz essa seleção no cenário atual é a indústria.

Porém, os autores destacam que:

O desenvolvimento capitalista, portanto, não encontrou sua expressão histórica nem na "fazenda-fábrica" nem na fazenda familiar subordinada. Ao invés disso, foi definido pelo crescimento da força de trabalho agroindustrial, com a dinâmica das estruturas sociais rurais sendo determinada pelo grau e forma da industrialização da natureza. Em contraste, a tradição marxista tem colocado a questão agrária como uma de relações sociais em competição, isto é, a "persistência" do campesinato, ou como uma de se interpretar corretamente as relações sociais existentes (camponês = proletário) (GOODMAN et al., 1990, p. 134).

Assim, o grande produtor tem vantagem quando relacionado à agricultura camponesa, pois as maiores têm como se reestruturar e se tecnificar para se relacionar de forma eficiente com a indústria. Mesmo assim, essa dinâmica nas relações com a indústria criou novas oportunidades para a agricultura familiar. O processo de industrialização da agricultura, segundo Goodman et al. (1990, p. 1):

(...) foi determinado pelas limitações estruturais do processo de produção agrícola, representadas pela natureza enquanto conversão biológica de energia, enquanto

tempo biológico no crescimento das plantas e na gestação animal, e enquanto espaço nas atividades rurais baseadas na terra. Incapazes de remover estas limitações diretamente através da criação de um processo de produção unificado, os capitalistas industriais reagiram adaptando-se às especificidades da natureza na produção agrícola.

Para os autores, o capital industrial vem transformando as atividades agrícolas em fatores de produção industrial e, após, reincorporar esses fatores à agricultura na forma de insumos ou meios de produção. Porém essa transformação ocorre em partes, visto que existem limites que devem ser respeitados pois são impostos pelos efeitos naturais, impedindo, assim, a total organização da indústria sobre o processo de produção rural. Nesse sentido, a indústria teve que se adaptar aos limites impostos pela natureza, tendo a indústria se adaptado à agricultura e não o inverso.

Para Claude Servolin (1989), a agricultura está interligada à produção capitalista, visto que são realizadas trocas entre os pequenos agricultores e a indústria. O que ocorre, na visão do autor, é que essa agricultura se torna subordinada ao capital, pois a indústria tem uma série de vantagens em relação à agricultura, incluindo a questão dos preços que adquire a produção agrícola.

Com essa relação, o agricultor se torna um profissional que presta serviços à indústria, tornando a agricultura familiar um modelo moderno que busca o progresso técnico, sem perder a característica de produção familiar (SERVOLIN, 1989).

O autor aponta que uma das vantagens da unidade familiar está relacionada com o fato de que o agricultor familiar e sua família exercem a força de trabalho sem o estabelecimento de um salário fixo e nem do tempo destinado ao trabalho, o que já não acontece na organização de um sistema capitalista. Assim, o preço do produto produzido se torna significativamente inferior àquele praticado por uma empresa capitalista.

Harriet Friedmann (1980) trabalha no contexto de que o agricultor camponês é parte de uma sociedade maior, interconectada. As mudanças da agricultura familiar se realizam à partir das suas relações com o mercado, visto que a agricultura familiar se organiza de forma a integrar-se ao mercado. Porém não deixa de ser proprietário de sua mão de obra e dos seus meios de produção, e, também, permanece o interesse em atender as necessidades da família.

Para Friedmann (1980), os agricultores familiares têm condição de se adaptar de acordo com as normas que são ditadas pelas indústrias às quais se relacionam. Isso dá à agricultura uma característica de flexibilidade, adaptação ou reação.

Portanto, o agricultor familiar pode ser um capitalista, pois é dono do seu trabalho e dos meios de produção. Assim, ele determina seu salário e explora a si mesmo.

Henry Mendras também trabalha o contexto do comportamento do agricultor familiar em relação à terra. O autor definiu o camponês “como aquele que trabalha a terra para se nutrir” (MENDRAS, 1978, p. 44).

Para o autor existe um modo de vida do camponês, onde o que produz é para a sua subsistência. Com a integração ao capital, esse modo de produção se desestrutura e transforma esse camponês em um agricultor ligado às exigências do capitalismo, ou seja, ele se torna um agricultor que segue o cenário da agricultura capitalista.

Mendras (1978, p. 14-15) aponta o tipo ideal de sociedade camponesa que é definido por cinco características:

- i. Autonomia relativa das coletividades camponesas;
- ii. Importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica;
- iii. Autarquia relativa que não distingue consumo e produção e mantém relações com a economia envolvente;
- iv. Relações de interconhecimento dentro das coletividades; e,
- v. Função decisiva de mediadores entre sociedade camponesa e sociedade envolvente.

Para Mendras (1978), o campesinato tem com base dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais interligadas; a família é o centro desse camponês. Se alterada ou influenciada qualquer uma das dimensão, todas as demais são afetadas.

No ambiente acadêmico brasileiro vale destacar Sérgio Schneider, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche. Esses autores trabalham a ideia de que a agricultura familiar é um modelo de produção e organização social consolidado na maioria dos países desenvolvidos.

Para iniciar o tema referente à agricultura familiar que é contextualizado no Brasil, vale observar que essa temática, conforme apontado por Sérgio Schneider, esteve, até a primeira metade da década de 1990, unificada com as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural.

Schneider (1999) enfatiza que a agricultura familiar brasileira só ganha relevância nos estudos acadêmicos a partir de meados dos anos 1990, uma vez que até então as preocupações se centravam na produção camponesa ou na pequena produção. Porém, as pesquisas iniciaram a preocupação em designar o lugar da produção familiar nas discussões

sobre classes sociais frente à grande diferenciação encontrada nas suas formas reais e pelo fato de constituírem uma categoria social existente e ativa na economia.

Segundo Schneider (1999), depois que as atenções se voltaram aos grupos sociais que se formavam e faziam parte do cenário brasileiro, esses estudos acentuaram a importância da agricultura familiar em relação à grande diferenciação encontrada nas suas formas reais de existência.

A importância dessa percepção está relacionada ao início do desenvolvimento rural aliado às relações rural-urbano que se ampliaram após a década de 1990. Nesse sentido, Schneider (2004, p. 95-96) aponta que:

(...) o desenvolvimento rural se intensificou a partir das mudanças na relação rural-urbano, com destaque a alguns pontos relativos à dinamização da agricultura:

- O crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas.
- A necessidade de se definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre as atividades agrícolas e não-agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas.
- A busca por um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, no intuito de atribuir um novo papel aos centros urbanos e uma combinação variada de atividades multiocupacionais.
- A efetivação de um desenvolvimento rural que considere a necessidade de novas ações de políticas públicas, bem como definir o papel das instituições, os quais não podem ser exclusivamente direcionados à agricultura.
- Planejamento das questões ambientais envolvidas, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

Segundo o autor, pode-se verificar que, após a abertura dos mercados, ocorreu uma intensificação no sistema de trocas comerciais, aumentando o grau de competitividade nas cadeias agroalimentares. Junto a esse processo ocorreu uma intensa evolução tecnológica, alterando os processos de produção e ocasionando uma mudança no cenário produtivo da agricultura familiar.

Vale ressaltar que diante da importância do papel da agricultura para o desenvolvimento, Schneider (1999) adverte que ao se definir e tomar o conhecimento da

problemática da agricultura familiar na atualidade, deve-se levar em consideração todas as formas que essa categoria social apresenta.

José Eli da Veiga (1991) trabalhou elementos que auxiliaram a compreensão das características do desenvolvimento da agricultura nos países de economia capitalista avançados. O rápido crescimento da produção e da produtividade do setor industrial no pós-guerra está aliado à oferta abundante de alimentos a preços competitivos pelos países industrializados. Com o preço reduzido se reduziria o peso do consumo alimentar no orçamento da família.

Com isso, o custo dos alimentos colaborou para a valorização da força de trabalho e, também, para a alteração dos padrões de consumo dos assalariados, expandindo a capacidade de aquisição de bens duráveis e semiduráveis provenientes da indústria.

A oferta de alimentos a preços reduzidos ocasionou um achatamento nos valores dos produtos agrícolas. As taxas médias de rentabilidade dos produtores também declinaram, acarretando em uma deterioração da relação de troca entre agricultura e indústria, tornando o setor menos atrativo aos investimentos do capital.

Nesse sentido, Veiga *et al.* (2001) destacam a importância da permanência e da sustentabilidade do agricultor familiar como agente ativo na agricultura brasileira, pois os autores entendem que quanto maior a capacidade de diversificação do agricultor numa economia local, melhor será o futuro para a região rural em que o agricultor está inserido, pois tende a ser uma região dinâmica.

De acordo com Ricardo Abramovay (1992, p. 213), “o agricultor produz sem obter o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores”. Desse modo, segundo o autor, no capitalismo avançado não cabe à agricultura transformar-se, antes de tudo, em setor de alta lucratividade, mas, sobretudo, auxiliar no processo geral de moldagem e elaboração de um novo modelo de consumo e, em decorrência, de acumulação.

Nesse sentido, o agricultor preservaria o controle de suas atividades, mesmo diante das inúmeras dificuldades que viesse a se defrontar, encontraria inúmeras dificuldades fora da área rural.

Para o autor, as perdas sofridas pelo produtor seriam compensadas, de alguma maneira, pela valorização do preço da terra, neste caso, no que concerne ao pequeno agricultor inserido no sistema capitalista.

Uma contribuição importante de Abramovay (1992) é a análise que faz do surgimento do agricultor familiar moderno diante da figura do camponês. O autor relata a importância do produtor familiar na sociedade moderna que é representado através de um

modelo de produção integrado de maneira eficiente com o mercado. Esse produtor tem a capacidade de se incorporar ao dinamismo de mercado, inclusive se adaptando aos avanços técnicos e às políticas direcionadas à agricultura. Ou seja, o que era até então um modo de vida, transformou-se numa profissão.

Portanto, o produtor familiar, referido como camponês pelos pensadores clássicos, era um produtor que tinha como tendência sua decomposição no processo de expansão capitalista, mas que se adaptou e se transformou em um importante setor produtivo dentro do cenário agrícola.

Em consonância ao contexto analisado, vale ressaltar que Huges Lamarche (1998) aponta que a agricultura familiar brasileira possui questões que são relevantes ao entendimento do contexto em que está inserida. Uma dessas questões é o comportamento do agricultor familiar no país, sobretudo no que se refere às questões da história agrária e ao processo de colonização brasileira, responsável pelas transformações regionais que aconteceram na agricultura do país.

Nesse sentido, os agricultores se organizam e fazem suas alianças em função das memórias que possuem de sua história e dos anseios diante do que esperam para o futuro. As possibilidades de se conseguir um modelo ideal dependerão de suas ações e do que buscam em conjunto com o papel do Estado para a agricultura (LAMARCHE, 1993).

Portanto, conforme aponta Lamarche (1993), a exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, considerando todos os fatores que a estruturam, visto que entender o seu funcionamento ocasiona a demonstração de como o agricultor pode determinar suas escolhas fundamentais para permanência no sistema produtivo. As condições de permanência dos produtores familiares na sociedade moderna dependerão não apenas das possibilidades oferecidas pela sociedade global, mas, também, da comunicação que estes produtores estabelecem com esta sociedade.

O autor considera a agricultura familiar a unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão ligados diretamente à família. Lamarche estuda as condições de caráter estrutural; a produção familiar está organizada em torno de um grau de integração no mercado, tanto no quesito técnico-econômico quanto na questão sociocultural.

Em suma, Lamarche (1993) aponta que o produtor familiar moderno está entre o modelo original, representado pelo camponês, e o modelo ideal, que é o empresarial. Segundo este, a transformação da produção familiar tradicional em empresa agrícola familiar pode comprometer sua autonomia visto que as regras e modelos são ditadas pelo mercado capitalista. Neste sentido, esse novo cenário reduz sua capacidade de inserção e adaptação

junto ao mercado, ocasionando uma elevação nos riscos na sua capacidade de permanência ativa no sistema.

Na visão dos autores contemporâneos aqui analisados, destaca-se que a produção agrícola familiar não é apenas uma forma transitória, isolada ou destinada à exclusão, mas sim, um modo de produção que pode atuar fortemente no desenvolvimento de uma região. É importante frisar, no entanto, que o ambiente atual no qual se desenvolve a agricultura familiar influencia a reprodução social do pequeno produtor.

Sendo assim, a agricultura familiar tende para a crescente integração dos agricultores junto ao mercado, visto que a produção familiar agrícola tem se mantido e reproduzido ao longo da história. Esse fato pode ser observado a partir das bases teóricas que trabalham a agricultura familiar com relação a diferenciação social às especificidades da produção familiar, das variáveis de tamanho da propriedade, da força de trabalho e do grau da tecnificação empregado nos sistemas produtivos.

O embasamento teórico desse capítulo teve como estrutura uma breve revisão dos autores clássicos e contemporâneos, incluindo os debates com alguns pensadores brasileiros. A escolha desses autores se deu muito em função de buscar um entendimento das possibilidades que o agricultor tem para sobreviver num ambiente onde o modo de produção é o capitalista.

Avaliar o que foi discutido pelos autores referenciados possibilitou observar que a agricultura familiar se perpetuou ao longo do tempo, não desaparecendo, mas se ajustando às regras do mercado, inclusive se integrando aos processos industriais.

3 CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

A agricultura familiar no contexto brasileiro esteve atrelada à responsabilidade de produzir para suprir a alimentação da sociedade. Mesmo com essa característica, não ficou de fora das mudanças ocorridas na agricultura; mudanças que exigiram a tecnificação, inserção nos mercados e integração com a indústria, isso para se manter ativa no contexto rural.

Para que a agricultura familiar brasileira não perdesse sua importância no setor, o Estado brasileiro interveio com projetos e criação de órgãos, na busca de novas áreas rurais para ampliar o espaço produtivo. De acordo com Gregory (2002, p.18):

Tais ações iam desde os projetos das novas colônias até a presença dos órgãos públicos na assistência técnica, na instrução, no controle sanitário, sendo acompanhadas e respaldadas de discursos para o circuito da política e de discursos para o circuito da sociedade, sendo que os referidos discursos eram diferentes, embora seus limites pudessem confundir-se e desaparecer por vezes.

Na busca por novas áreas de produção, uma das regiões com potencial era o Sul do Brasil, que tinha como base a colonização europeia, que trouxera consigo a produção de policulturas tendo com força produtiva a mão de obra familiar.

O processo de ocupação da região Oeste paranaense, concomitante com o estímulo à ocupação de novas áreas, teve os colonos do Rio Grande do Sul como principais protagonistas, visto que alguns aspectos começavam a dificultar a reprodução dos estabelecimentos familiares no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os aspectos levantados, constavam a queda da fertilidade do solo, devido a sua intensa exploração, e a divisão dos lotes coloniais por herança, o que resultava em uma consequente redução do tamanho das propriedades rurais (ZAAR, 2001).

Com o número elevado de colonos e a escassez de terras produtivas no Rio Grande do Sul, muitos desses agricultores buscavam novas alternativas de aquisição de terras, sendo que o Paraná se tornou atrativo pelo valor de comercialização de lotes, ou seja, áreas maiores e preços menores que os praticados nas regiões já colonizadas.

Nas áreas coloniais riograndenses, desde o final do século XIX, vinha acentuando-se a insuficiência de terras face ao aumento da população de agricultores descendentes

dos imigrantes italianos e alemães. Assim, desde as primeiras décadas do século XX, formaram-se companhias de colonização, no Rio Grande do Sul, que adquiriram terras de matas ainda não ocupadas, primeiro no Noroeste do próprio Rio Grande do Sul, ao longo do Rio Uruguai, depois no Oeste Catarinense e, em continuidade, no Sudoeste do Paraná (COLODEL, 1988, p. 63).

Concomitante à colonização do Sudoeste paranaense, ocorreu a colonização das terras localizadas também no Oeste paranaense. De acordo com os registros de Gregory (2002, p. 40), “sua ocupação efetiva começou a acontecer a partir da participação de empresas colonizadoras após 1930”.

Porém, cabe destacar que, o “fluxo migratório mais importante para o Oeste do Paraná teve origem no Estado do Rio Grande do Sul a partir do final dos anos 40, e, sobretudo, desde 1956, esse movimento migratório se intensificou surpreendentemente” (GREGORY, 2002, p. 56).

Este assunto será evidenciado neste capítulo, visto que a base de colonização da região Oeste do Paraná foi de agricultores que tinham como objetivo a aquisição de terras na quantidade que pudessem produzir com a mão de obra familiar. Este modelo fundiário evidencia a importância desse setor para o contexto regional, visto que ele dinamizou a economia agrícola da região, sem deixar de evidenciar sua importância para o desenvolvimento agroindustrial.

Um dos fatores que potencializou a comercialização de terras na região Oeste do Paraná foi a situação financeira das propriedades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como se encontravam em dificuldades financeiras, a negociação pelas empresas colonizadoras foi facilitada.

Com essa dinâmica econômica e a possibilidade de produzir e de gerar excedente econômico, e devido à localização da região, a partir da década de 1940, tornou-se atrativo às companhias colonizadoras adquirirem as terras e iniciarem o projeto de colonização no Oeste do Paraná.

Essas companhias colonizadoras adquiriam as grandes propriedades, exploravam e comercializavam a madeira existente, para depois comercializar a terra para os colonos. Esses agricultores tinham a intenção de produzir excedentes agrícolas e investir em novas atividades. Esse processo gerou um dinamismo que ficou conhecido como o movimento político econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da década de 1930, logo após a revolução.

A “Marcha para o Oeste”, de acordo com Wachowicz (1988, p.144) ficou caracterizada como um “movimento implementado a partir da década de 1930, com o intuito de fazer os brasileiros, até então muito presentes somente no litoral do país, “circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo”.

Esse movimento iniciou o processo de colonização das fronteiras do Brasil, destacando-se a região Oeste do Paraná, pelas características políticas e geográficas favoráveis para o estabelecimento de propriedades rurais familiares.

Com o sucesso do processo de colonização na região Oeste do Paraná, ocorreu também um processo de urbanização e estabeleceram-se relações comerciais urbano-rurais, em base ao aumento do consumo de produtos agrícolas e de manufaturados. Nesta dinâmica se viabilizou a agroindustrialização, gerando oportunidade de comercialização do excedente de produção dos estabelecimentos localizados na região.

Nesse sentido, “a terra deixou de ser um espaço social de produção da subsistência e de produção de relações familiares. Assumiu o caráter de um meio de produção de mercadorias” (SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1994, p. 24)

Gregory (2002) afirma que essa urbanização viabilizou a industrialização de alimentos, e a necessidade de consumo de alimentos nos centros urbanos trouxe a necessidade de aumento da produção, contribuindo com a expansão das fronteiras agrícolas.

A necessidade do aumento de produção e a possibilidade de ampliar a comercialização excedente provocaram uma transformação na agricultura familiar, o que exigiu investimentos para ampliar a produção ou melhorar a produtividade. Para atender essa demanda, era necessário o acesso ao crédito, o que para algumas propriedades foi fundamental. Para tanto tornou-se necessário o processo de legalização da propriedade para se conseguir estes recursos financeiros e investir de forma com que se pudesse produzir excedente e gerar renda para a família.

Muitas transformações que a produção familiar sofreu estavam ligadas à ampliação e ao acesso ao crédito. As diferenciações no interior da estrutura social foram se estabelecendo em função da situação jurídica em relação a terra. O crédito era concedido aos proprietários, ao passo que os produtores não proprietários tiveram maiores dificuldades para terem acesso ao crédito. O mecanismo de crédito foi o principal elemento seletivo da modernização, da diferenciação da produção familiar e da constituição de novos grupos sociais na mesorregião (GREGORY, 2002, p. 219).

Esse cenário diagnosticado na mesorregião Oeste Paranaense, pode ser refletido com visão do estudo de Schneider (2003, p. 41), que destaca o papel do agricultor familiar. Para o autor, a:

(...) agricultura familiar desempenha vários papéis, entre os quais, produzir e fornecer alimentos básicos de preço acessível e de boa qualidade para a sociedade e, ainda, reproduzir-se como uma forma social diferenciada no mundo capitalista. Essa função acarreta na importância do sucesso no processo de colonização da região.

Contudo, o processo histórico agrícola do país contribui para a preservação de uma estrutura fundiária concentradora, no qual os médios e grandes produtores rurais possuem maior acesso às políticas públicas e às novas tecnologias, fatores que favorecem muito os processos da produção agropecuária e os ganhos em produtividade.

A seguir será analisada a configuração do espaço da mesorregião Oeste do Paraná, dando especial atenção ao perfil econômico e institucional da produção agrícola e suas relações para manter a agricultura familiar no mercado. A partir desta perspectiva dinâmica, a análise histórica complementa a caracterização do setor, que por sua vez, fornece elementos fundamentais para compreender o funcionamento e o grau de competitividade da agricultura para a mesorregião.

3.1 Contextualização histórica da mesorregião Oeste do Paraná

O processo de colonização brasileira foi marcada pela exploração do comércio europeu. Isso, de acordo com Caio Prado Junior (1973), quando relacionado à exploração econômica, e não com a preocupação da fixação do povoamento. Para o autor, toda a produção e exploração era destinada à exportação, explicando porque as lavouras eram localizadas em pontos de fácil acesso aos portos, o que justifica a teoria de que o objetivo da colonização brasileira era escoar as riquezas exploradas no Brasil.

Como o objetivo era gerar e enviar as riquezas para o comércio internacional, o interior brasileiro representava uma desvantagem geográfica, que só começou a ser explorado com a pecuária e a mineração, e posteriormente com a exploração da grande propriedade, que teve como principal motivação a produção voltada à exportação. Ao mesmo tempo, a

agricultura de subsistência tinha como único objetivo manter a grande propriedade (CAIO PRADO JUNIOR, 1973).

Assim, para o autor, o processo da colonização brasileira esteve centrado num modelo de colonização agroexportador estruturado nas grandes propriedades rurais, o que deixa evidente a questão social da concentração de terras. Essas grandes propriedades passaram a ser a principal base de produção brasileira, pois servia para produzir os produtos que atendiam às exigências dos mercados internacionais.

Essa dualidade de setores evidenciados no contexto econômico rural brasileiro, o grande proprietário e o pequeno produtor, caracteriza a estrutura na formação do espaço rural, pois é o contexto evidenciado na dinâmica da produção do país.

A grande exploração, com a sua produção comercial, representa o empreendimento agromercantil de uma classe socialmente bem diferenciada e caracterizada no conjunto da população rural: os grandes proprietários e fazendeiros, que, aliás, não se enquadram e integram propriamente naquela população, a não ser pelo fato de seu negócio ter por objeto a produção agrária, e de eles disporem para isso, como classe, da maior e melhor parcela da propriedade fundiária (CAIO PRADO JUNIOR, 1979, p. 51).

Em contraste com o processo histórico de colonização brasileira, que era o da exploração das grandes propriedades, tem-se o início do processo de colonização das regiões de fronteira, como o Oeste paranaense, que teve como características as pequenas propriedades, cujo objetivo era manter a subsistência da família e a posse do território.

Ressalta-se que o processo de colonização difere do processo de exploração da região Oeste, visto que essa região já era explorada, conforme comprova Piaia (2004, p.13), “o território do atual Oeste paranaense foi um dos primeiros lugares a ser conhecido e explorado quando do descobrimento do Brasil, principalmente em função de razões geopolíticas decorrentes do Tratado de Tordesilhas”.

No período colonial, durante os séculos XVI e XVII, foi ocupada pelos espanhóis, com a implantação de fazendas e reduções com os índios que habitavam a região (SCHALLENBERGER, 2015). Tornou-se alvo dos bandeirantes paulistas que destruíram os povoados missioneiros e acabaram inviabilizando os colonos espanhóis.

Durante o século XVIII houve tentativas de ocupação do Oeste paranaense, que acabaram não se efetivando. A Grande Guerra contra o Paraguai colocou a região no cenário internacional, fazendo com que companhias argentinas, fomentadas com capital sobretudo

inglês, passassem a explorar intensivamente as riquezas desse espaço regional, principalmente pela extração da madeira e erva mate

No processo histórico de ocupação do Oeste do Paraná, verifica-se que a mesorregião passou a ser viabilizada no cenário econômico brasileiro a partir de 1940, quando foi iniciado o processo de colonização de suas terras. Vale ressaltar que:

O Oeste do Paraná permaneceu até recentemente à margem da economia e da sociedade brasileiras, uma vez que, como foi visto a ocupação do espaço, no Brasil, se restringiu, durante séculos, a uma pequena faixa do litoral, com raras e pequenas incursões para o interior. Desta forma, a área mais interiorana apenas recebia atenção quando a integração territorial sofria ameaças (GREGORY, 2002, p. 88).

Em suma, conforme Zaar (2001), a colonização do Oeste do Estado do Paraná, ocorreu com dois objetivos principais:

- 1) nacionalizar a área que durante o século XIX, e início do século XX esteve ocupada por empresas denominadas "obrages";
- 2) priorizar a expansão das "fronteiras econômicas", em especial as "fronteiras agrícolas", do Estado Brasileiro, centrando esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações.

A região Oeste do Paraná estava prevista no projeto de ocupação para povoar os territórios de fronteiras brasileiras, visto que essa projeção nacionalista nasceu, portanto, “da necessidade de defesa contra os perigos visualizados pelo Estado Novo, representados pelos vazios demográficos e pela existência marcante da presença estrangeira nesses espaços” (FREITAG, 2001, p. 39).

Nesse processo de colonização, essa região despertou o interesse das companhias colonizadoras, até porque, pelas características da região, servia aos interesses dos colonos do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar também, que representava uma região propulsora do desenvolvimento, que poderia fomentar a industrialização, conforme aponta Freitag:

Havia um conjunto de interesses entre companhias colonizadoras, política do Estado e objetivos dos migrantes. “O Estado encarava o desbravamento do campo como premissa necessária para o processo de industrialização, posto que este implicasse uma absorção mais intensa das matérias-primas produzidas pela agricultura (FREITAG, 2001, p. 83).

Outro ponto que merece ênfase é que a mesorregião Oeste representa a última fronteira a ser colonizada no Estado, pois sua localização distante e a falta de infraestrutura adequada para estabelecer comunicação da região com o restante do Estado do Paraná foram fatores que justificaram o isolamento e a falta de população por um grande período de tempo (IPARDES, 2004).

Com o processo de colonização já instalado e a região Oeste do Paraná produzindo, veio, após 1970, o processo de modernização da agricultura, que possibilitou a introdução da tecnologia para melhorar a produtividade dos estabelecimentos.

De acordo com Pfluck (2002, p. 41-42), “a modernização agrícola (introdução de maquinários e de insumos na agricultura) ocorrida mais especificamente na década de 1970 incentivou a monocultura destinada à exportação (trigo e soja) em detrimento da policultura de subsistência”.

Nesse sentido, os estabelecimentos agrícolas da região iniciaram o processo de inserção junto aos mercados, saindo do perfil de produzir apenas para a subsistência familiar, mas também para gerar excedente financeiro, de forma a se capitalizar.

A agricultura passou a representar não só a subsistência dos agricultores, mas também a entrada na produção mercantil, que lhes garantiu o pagamento de suas terras, um futuro para os filhos, além de inserir o Oeste do Paraná na produção de alimentos para o mercado interno e externo (PFLUCK, 2002, p. 41).

Com esse processo de modernização, fortificado na década de 1970, observou-se uma nova dinâmica no meio agrícola da mesorregião Oeste paranaense, que gerou um processo de crescimento e desenvolvimento ocasionando uma reestrutura na agricultura familiar.

Com a formação da pequena produção agrícola familiar, decorrente do processo de colonização da Região Oeste do Paraná, os pequenos agricultores se concentraram no desenvolvimento de uma agricultura e de uma agropecuária diversificadas, voltadas para a produção de subsistência, onde apenas os excedentes eram comercializados. É o que se poderia chamar de um modelo de diversificação produtiva da agricultura familiar, que chegou a ser bastante predominante na região (STOFFEL; COLOGNESE, 2005, p. 4).

A partir da década de 1970, ocorreu uma reestruturação na agricultura familiar da mesorregião com a criação de modelos produtivos que predominariam até a atualidade. Entre eles está a integração com a agroindústria, a diversificação de produção e a produção de commodities agrícolas. Segundo Stoffel e Colognese (2005), a agricultura familiar da mesorregião Oeste caracterizou-se a princípio como um método de subsistência, pois durante o período de 1970 e 1980, o Brasil sofria a transição da agricultura tradicional para a moderna.

Apesar de o Brasil ter como base produtiva a grande propriedade e com o advento da modernização agrícola o número de pequenas propriedades se reduzir, incluindo a mesorregião Oeste paranaense, a agricultura familiar permaneceu viva nesse espaço. Porém, a partir do processo de modernização ocorreu uma alteração no formato produtivo da agricultura familiar. Segundo Stoffel e Colognese (2005, p. 5), “o modelo de diversificação produtiva tradicional, voltado principalmente para a subsistência decaiu, e a pequena produção agrícola familiar passou a assumir novas formas de organização produtiva”.

Em suma, a primeira etapa de colonização, iniciada em 1940 até final de 1950, em que foram reduzidos ou esgotados os recursos naturais por meio do extrativismo, observa-se um movimento de transição na região. Esse processo acontece partindo inicialmente para a expansão da fronteira agrícola na década de 1960. A partir daí, houve um período de ajustes nos setores produtivos agrícolas, iniciando a modernização das atividades produtivas no campo. Assim, a partir dos anos de 1970, a mesorregião tem a inserção nos projetos nacionais voltados à exportação (RIPPEL, 1995).

Nesse sentido, foi a partir da década de 1970 que a produção agrícola familiar inicia a produção de produtos como soja e milho, ficando dependente da produção industrial e modificando seu formato de produção da subsistência para o voltado ao mercado.

Rippel (2005) afirma que foi a partir da década de 1970 que a agricultura da região evidenciou as transformações decorrentes do processo de modernização agrícola nacional. Essa transformação teve como base o incentivo do Estado, que através de políticas de crédito potencializava investimentos com juros reais abaixo da taxa de inflação. Acompanha este fato a produção de monocultura, cuja comercialização dos principais produtos (soja e trigo) era direcionada para o atendimento da demanda externa.

Essas transformações, ligadas à condição geofísica e a topográfica da região, possibilitaram a mecanização de vastas áreas, o que se refletiu sobre o processo de êxodo rural na região. Porém, a grande expansão populacional das décadas de 1950 a 1970 está relacionada à quantidade atraída de imigrantes para a aquisição de terras agricultáveis, que

devido às características econômicas e sociais desses migrantes fortaleceram a economia regional (RIPPEL, 2005).

A modernização da produção agrícola regional potencializou a produção voltada à exportação, alterando a capacidade de absorção e manutenção de mão de obra agrícola, resultando na falta de atrativo na vinda de imigrantes para a região. Esse fator, em conjunto com dificuldades que o setor agrícola do país se encontrava no final da década de 1970, provocaram, a partir de 1980, um declínio substancial nas condições ali existentes, resultando num movimento de êxodo rural no campo.

A dimensão extraordinária desta emigração rural acabou sendo explicada pelo momento histórico que a agricultura brasileira estava passando durante a década de 70, quando o padrão de modernização agrícola adotado teve seus impactos mais diretos sobre a estrutura agrícola do Paraná, onde predominava a pequena e média produção (MARTINE, 1994, p. 18).

Mesmo assim, a mesorregião do Oeste do Paraná ainda tem em seu contexto produtivo a existência da agricultura familiar, caracterizada pelas pequenas propriedades, que são responsáveis por grande parte da produção e pelo dinamismo regional, ou seja, a agricultura familiar tem participação efetiva no processo de desenvolvimento regional.

3.2 O Processo de Regionalização da Mesorregião Oeste do Paraná

A influência de uma região no contexto do desenvolvimento está ligada aos problemas estruturais e as influências políticas que possibilitam alavancar o dinamismo das atividades econômicas através de programas sociais, políticos e investimentos em infraestrutura.

Com essa base, pode-se dizer que uma região possui “implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial” (GOMES, 1995, p. 52).

Portanto, para se formar como região, esse espaço tem a necessidade de articulação entre todas as esferas de representações políticas, visto que tende a apresentar em sua origem

uma série de características que se diferem em sua formação social, destacando-se a diversidade social, cultural e espacial, originando áreas com características próprias.

Para Limonad (2004), região é, portanto, uma construção social que atende interesses políticos precisos, mesmo em se tratando de uma região funcional. Para a autora, um processo de regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, por uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional.

Um processo de regionalização, portanto, deve considerar que “podem emergir da análise e reflexão conforme destaquem ou não determinados elementos e fatores” (LIMONAD, 2004, p. 58). É, portanto, uma contextualização dinâmica, de constante transformação.

Nesse sentido a mesorregião Oeste do Paraná pode então ser considerada como uma região funcional, que segundo Gomes (1995, p. 64) é a “região em que a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas pelas das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado”.

Pesquisas voltadas à análise da dinâmica regional pressupõem uma definição inicial do conceito de região para que se possa ter uma noção de como trabalhar e vivenciar o objeto de estudo, em vista das inúmeras visões que se pode adotar para o conceito de região.

Segundo Lima e Simões (2010), a determinação do conceito de uma região econômica está centrada na visão de que uma região pode crescer ou decrescer como um todo, ao invés de ter suas variações centradas na renda como a soma aleatória de variações independentes nas atividades nela localizadas. No caso da presente pesquisa, foi utilizado o espaço caracterizado como mesorregião.

Clemente (2000, p. 18) define mesorregião como “uma área individualizada, em uma unidade da Federação, a qual apresenta formas de organização do espaço geográfico” e que podem ser definidas pelas seguintes dimensões:

- O processo social, como determinante;
- O quadro natural, como condicionante;
- E a rede de comunicações e de lugares, como elemento da articulação espacial.

Como existem disparidades entre regiões nas dinâmicas da economia regional, a capacidade de gerir e fortalecer os vínculos entre os setores também é diferenciada. Enquanto

algumas regiões seguem as tendências da economia nacional e fortalecem atividades motoras, outras tornam sua economia desenvolvida com base nas atividades diferenciadas, as quais não acompanham as tendências da economia nacional, porém são capazes de estimular o crescimento econômico.

No Estado do Paraná, o modelo baseado na produção de grãos, soja e trigo mais especificamente, acenava com a elevação da produtividade que estava vinculada à utilização de máquinas pesadas, implementos e insumos químicos. Se, por um lado, o Paraná tornou-se o maior produtor de soja e trigo e passou a ser um dos maiores exportadores, por outro, tem-se o agricultor familiar, cuja característica principal é produzir em pequenas áreas.

Para esse produtor, produzir grãos compete diretamente com a produtividade das grandes propriedades, sendo que, pode tornar a cultura inviável para a sustentabilidade do estabelecimento familiar. Assim, cabe a pergunta: Qual o papel do agricultor familiar no contexto produtivo da mesorregião do Oeste Paranaense?

Nesse contexto produtivo, vale destacar que a mesorregião Oeste do Paraná tem grande importância no contexto produtivo do Estado. Tem em sua composição com 50 municípios, dos quais se destacam as microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (IPARDES, 2003).

A Figura 7 evidencia a localização dos municípios que formam a mesorregião Oeste do Paraná, demonstrando como estão distribuídas regionalmente, bem como suas áreas de influência e como podem organizar-se formando um verdadeiro sistema espacial.

Figura 7 - Mesorregião Oeste do Paraná.



Fonte: Estado do Paraná, 2016.

Como existem disparidades nas dinâmicas da economia regional, a capacidade de ocupar os espaços e as externalidades ocorridas dentro dessas regiões também são diferenciadas. Enquanto algumas regiões conseguem acompanhar as tendências da economia nacional e fortalecer atividades motoras, outras tornam mais firmes sua economia baseada em atividades diferenciadas, as quais não acompanham as tendências da economia nacional, mas são capazes de estimular o crescimento econômico.

“O processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e simultânea em toda a parte, pois é um processo bastante irregular e que, dependendo das circunstâncias pode fortalecer áreas e regiões mais dinâmicas que apresentam maior potencial de crescimento” (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 5).

Essas dimensões possibilitam que a construção de um espaço determinado como mesorregião possua uma identidade regional, dividindo a mesorregião em microrregiões. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos municípios que compõem a mesorregião Oeste Paranaense distribuída nas três microrregiões.

Tabela 1 - Municípios componentes da mesorregião Oeste Paranaense.

Microrregião Geográfica Toledo	Microrregião Geográfica Cascavel	Microrregião Geográfica Foz do Iguaçu
Assis Chateaubriand	Anahy	Céu Azul
Diamante D'Oeste	Boa Vista da Aparecida	Foz do Iguaçu
Entre Rios do Oeste	Braganey	Itaipulândia
Formosa do Oeste	Cafelândia	Matelândia
Guaíra	Campo Bonito	Medianeira
Iracema do Oeste	Capitão Leônidas Marques	Missal
Jesuítas	Cascavel	Ramilândia
Marechal Cândido Rondon	Catanduvas	Santa Terezinha de Itaipu
Maripá	Corbélia	São Miguel do Iguaçu
Mercedes	Diamante do Sul	Serranópolis do Iguaçu
Nova Santa Rosa	Guaraniaçu	Vera Cruz do Oeste
Ouro Verde do Oeste	Ibema	
Palotina	Iguatu	
Pato Bragado	Lindoeste	
Quatro Pontes	Nova Aurora	
Santa Helena	Santa Lúcia	
São José das Palmeiras	Santa Tereza do Oeste	
São Pedro do Iguaçu	Três Barras do Paraná	
Terra Roxa		
Toledo		
Tupãssi		

Fonte: IPARDES (2016).

A divisão em municípios dentro de uma mesma região vem ligada ao dinamismo de cada município, que está localizado num mesmo contexto histórico de formação, porém com diferentes características que foram se formando ao longo do processo de desenvolvimento.

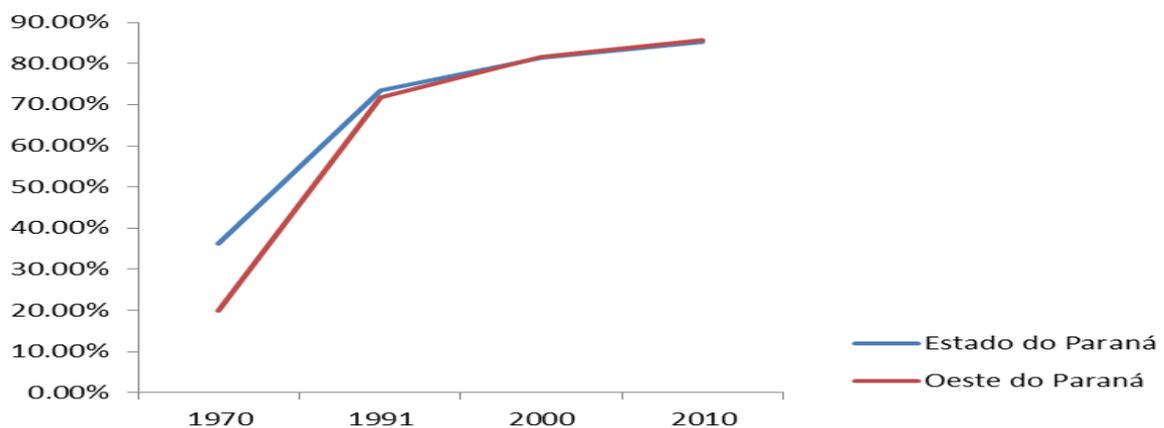
Entretanto, vale salientar que “qualquer que seja o critério⁵ adotado para avaliar uma região, (homogeneidade, polaridade), ele vai implicar em um corte arbitrário, uma vez que no sistema capitalista o espaço econômico é tendencialmente integrado e articulado” (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 6).

Para Haesbaert (2004), a região pode estar combinada com o território e seus desdobramentos, como a desterritorialização e a reterritorialização no sentido de identidade e de enraizamento. Para o autor, pode-se considerar que as dinâmicas denominadas desterritorialização estão ligadas e devem ser consideradas em qualquer processo de regionalização, em que na concepção de regiões, é indissociável da construção, destruição e reconstrução de territórios.

Uma característica observada na mesorregião Oeste foi o processo de urbanização pelo qual os municípios passaram, seguindo a tendência do Estado do Paraná, visto que uma das causas foi o processo de modernização agrícola que ficou evidenciado após os anos 1970.

O processo de transferência da caracterização rural para a urbana da mesorregião Oeste do Paraná ocorreu de forma abrupta, desenvolvendo uma trajetória ainda mais rápida do que a do próprio Estado do Paraná, após 1990 (Figura 8).

Figura 8 – Evolução do grau de urbanização no Paraná e mesorregião Oeste do Paraná no período 1970 – 2010.



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1991, 2000 e 2010.

⁵ “Dois conceitos são adotados na análise regional: homogeneidade e polaridade. O primeiro está baseado no princípio de identidade, que faz com que determinados territórios ou regiões sejam definidos por terem características homogêneas. O segundo expressa o princípio de heterogeneidade, polarização ou interação, que faz com que determinados núcleos (urbanos) sejam considerados polos diferenciados de população e de prestação de bens e serviços, em geral, na sua interação com outros núcleos urbanos” (MENDES, 2009, p. 68).

Esse processo, além de ter ocasionado uma grande transformação da distribuição geográfica da população, causou fortes impactos na estrutura urbana e nas situações de administração das cidades, os quais passaram a ter na gestão um súbito crescimento nas demandas.

Diante desse quadro de acelerado crescimento demográfico, a mesorregião Oeste do Paraná alcançou no início da década de 1970 uma concentração de 750 mil habitantes, ou seja, uma das áreas mais populosas do Estado.

Com a evolução do grau de urbanização da mesorregião, a regionalização se torna mais complexa e difícil de ser trabalhada, pois na região urbana é que se concentrou a maior parte da população, onde com certeza surgiram também novos territórios.

O processo de regionalização pode intensificar os vínculos entre território, economia e política, pois o termo refere-se à capacidade de produzi-los, com o apoio das paisagens, dos valores culturais compartilhados ou critérios políticos e científicos que legitimem fronteiras e limites (RIBEIRO, 2004).

O aumento da produção para comercialização, de acordo com Magalhães (2003), teve maior importância a partir do final década de 1950, período em que foi iniciada a estruturação de um sistema viário. Para o autor, as atividades agrícolas na região possuíam fatores favoráveis, como a fertilidade do solo e a capacidade técnica dos imigrantes colonizadores, o que possibilitou aumento na renda e uma expansão do comércio da região. Estes fatores estimularam um crescimento da população em áreas rurais e a formação de núcleos urbanos.

Um fator importante para a região apresentado pelo IPARDES (2003), após a década de 1970, foi a inversão da população rural e urbana; as populações nas áreas rurais diminuíram, ao passo que a população urbana aumentou em 12,5% no período. O IPARDES (2003) aponta que, entre as décadas de 1990 e 2000, o grau de urbanização continuou aumentando, sendo que em 2000 a mesorregião Oeste tinha 82% da sua população no meio urbano.

As taxas de crescimento e urbanização da mesorregião Oeste do Paraná evoluíram bastante entre 1960 e 2010, período em que a população total, de acordo com os respectivos censos demográficos, passou de 135.677 para 1.219.558 pessoas. Esse crescimento populacional teve alguns fatores próprios que estão ligados à construção da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, à reestruturação e pavimentação da BR-277 e, em particular, à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Destarte, não se pode ignorar o processo de modernização

agrícola e a concentração da estrutura fundiária, fatores que também deslocaram um significativo contingente populacional do campo para a cidade.

Diante dessa conjuntura, a profunda modernização que ocorreu na década de 1970 foi fundamental para a fundação de cooperativas na região, com ênfase para a formação dos complexos agroindustriais e a implantação de frigoríficos de abate e transformação. As demandas regionais e o complexo agroindustrial motivaram indústrias subsidiárias em diversos ramos de atividade.

Ou seja, o modelo de colonização do Oeste, pautado nas pequenas propriedades, atrelada à absorção de tecnologias e disponibilidade das matérias-primas, contribuiu para a formação da agroindústria na região por meio do cooperativismo (IPEA, 2000).

A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, a região Oeste do Paraná experimentou um processo intenso de urbanização. A intensa perda de população rural e o acelerado crescimento urbano da mesorregião (Tabela 2) permaneceram superavitários em relação aos níveis estaduais, alcançando quase 82% em 2000 (IPARDES, 2003).

Tabela 2 – Total da população residente no Paraná e mesorregião Oeste do Paraná no período 1970 à 2010.

População	Paraná					Oeste do Paraná				
	Total	Urbana	% Urbano	Rural	% Rural	Total	Urbana	% Urbano	Rural	% Rural
2010	10.444.526	8.912.692	85.33%	1.531.834	14.67%	1.219.558	1.044.064	85.61%	175.494	14.39%
2000	9.563.458	7.786.084	81.41%	1.777.374	18.59%	1.138.582	929.092	81.60%	209.490	18.40%
1991	8.448.713	6.197.953	73.36%	2.250.760	26.64%	1.015.929	728.126	71.67%	287.803	28.33%
1970	6.929.868	2.504.378	36.14%	4.425.490	63.86%	752.432	149.516	19.87%	602.916	80.13%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1991, 2000 e 2010.

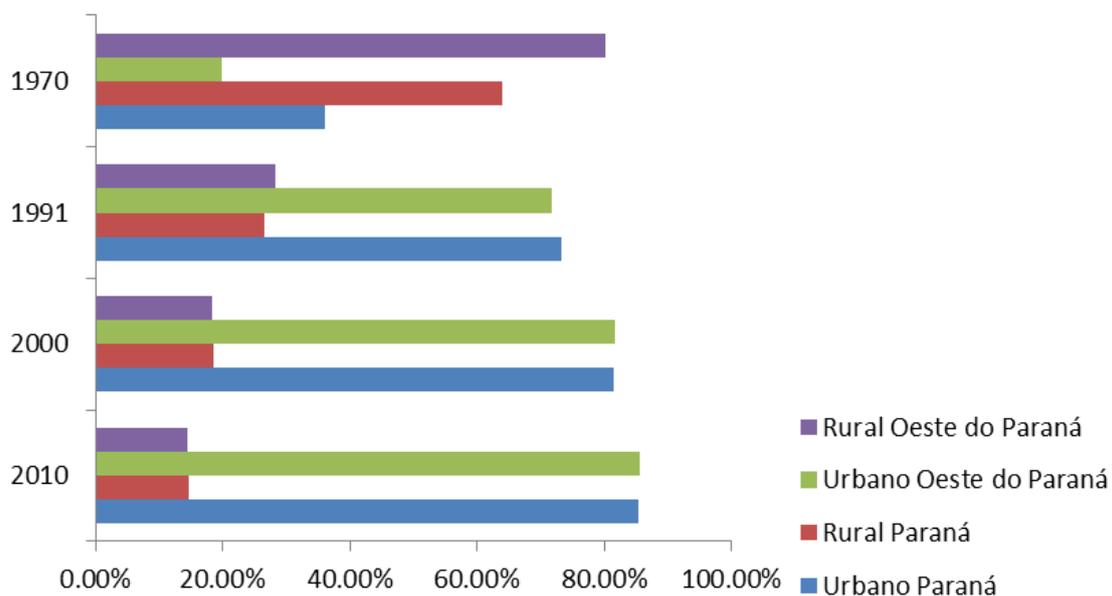
Até 1970, no Estado do Paraná, 63,86% da população pertencia ao meio rural, mas a partir de 2000 estes percentuais foram alterados abruptamente, visto que no ano de 2010 apenas 14,67% viviam no meio rural (Tabela 2). Na mesorregião Oeste, ocorreu o mesmo fator, ocorrendo um processo intenso de urbanização no período analisado.

Esse processo de urbanização, além de ter ocasionado uma grande transformação na distribuição geográfica da população, impactou fortemente as estruturas das cidades, formando uma nova característica de regionalização.

Assim, um processo de regionalização pode atender às necessidades impostas por uma política setorial, por uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. A regionalização pode refletir a realidade econômica das áreas, bem como os interesses a serem direcionados a elas.

A Figura 9 mostra o grau de urbanização sofrida na mesorregião Oeste do Paraná em comparação com o Estado do Paraná. Fica evidente que essa urbanização ocorreu de forma intensa no período 1970/2010, o que fez com que surgissem novas territorialidades e, assim, provocasse uma (re)leitura dessa região.

Figura 9 – Evolução da população rural e urbana no Paraná e mesorregião Oeste do Paraná – Período 1970 – 2010.



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1991, 2000 e 2010.

Esse fato evidencia que a região se complexificou e sofreu significativas transformações sociais e econômicas, criando identidade nos novos territórios, influenciando diretamente a transformação na área rural.

Essa formação de novos territórios traz modificações na forma de analisar a realidade regional, podendo tornar mais complexa, devido ao dinamismo ditado pelo mercado, como das formas que o cenário agrícola se adapta a esse mercado. Gehlen e Riella (2004 p. 20) apontam que:

O território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento à pretensão uniforme da ideia de globalização. Outras vezes a ideia de território oferece chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade.

Neste sentido, no processo do planejamento incluem-se as diferentes dimensões do território, destacando sua complexidade e incluindo sua base no contexto característico, que é a tradição da sociedade, o que possibilita alternativas inovadoras (GEHLEN; RIELLA, 2004). A partir daí, são dimensionados os territórios, incluindo a reterritorialização do espaço.

Para Becker (2004), a territorialidade é um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, na qual a ocupação é determinada também pela infraestrutura econômica.

Quando há a construção de um território, vale ressaltar que ocorre um processo de desterritorialização, devido às crises que podem ocorrer nas representações espaciais. Haesbaert (2004, p. 372):

Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou "aglomerados" crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial.

Ou seja, quando ocorre um movimento de transformação num determinado espaço, há um processo de desterritorialização e de reterritorialização.

A reterritorialização é formada em escalas à margem da escala da territorialização hegemônica, comportando geralmente delimitações mais bem definidas. Um ator ou grupo quando desterritorializa outro, usando para tanto certas estratégias, imprime comitantemente uma reterritorialização para si mesmo, enquanto que o outro perfaz, também, uma reterritorialização em outra escala de atuação, redefinindo parcelas de suas práticas sociais (HAESBAERT, 2004 p. 12).

Deixar o processo de regionalização transparente constitui um elemento de grande valor para a tarefa de planejamento, pois na mesorregião Oeste ficou constituído um território importante para o Estado do Paraná.

A redistribuição da população, fato que pode saturar ou esvaziar determinadas áreas ou regiões, precisa acompanhar de modo geral a dinâmica das atividades produtivas, visto que estas se desorganizam ou se reestruturam conforme a necessidade. Nesse sentido, Dias (2004) aponta que a região institui uma política de base territorial e que a regionalização constitui um instrumento de divisão do espaço.

Esse processo está representado num movimento de grande dinamismo, visto que a mesorregião Oeste concentrava, em 2010, um contingente de população ocupada de 642 mil pessoas, correspondendo a 12,1% do total do Estado do Paraná, diferenciando-se por apresentar uma elevada taxa de atividade, de 64,58%.

Porém, a Tabela 3 evidencia um nível de desemprego expressivo, correspondendo à taxa de 4,94% para a região Oeste e 5,01% para o Estado do Paraná. Esse dado expõe um sério problema social, uma vez que o processo de regionalização ocorrido na mesorregião Oeste do Paraná não conseguiu absorver todo o contingente de pessoas que foram atraídos para a área urbana.

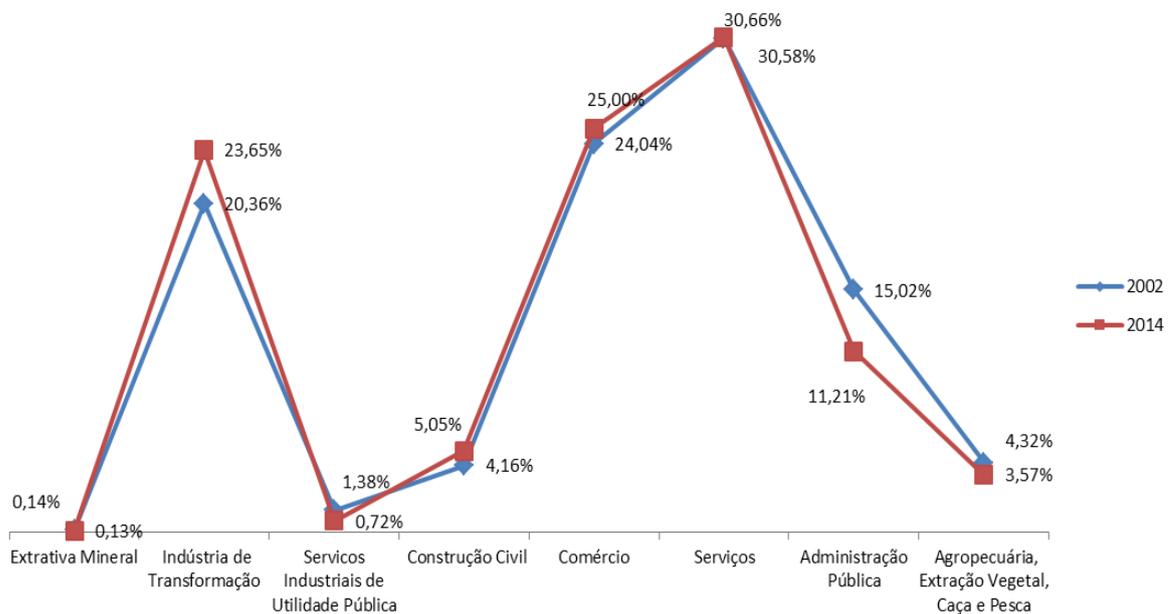
Tabela 3 – População em idade economicamente ativa, ocupados e taxa de desemprego na mesorregião Oeste e Paraná – 2010.

Mesorregião	População em idade ativa	População economicamente ativa	Ocupados	Não Ocupadas	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
Oeste	1.046.455	675.792	642.390	404.066	64,58%	4,94%
Paraná	8.962.586	5.587.963	5.307.823	3.654.763	62,35%	5,01%

Quanto à distribuição da população entre as atividades econômicas, a mesorregião Oeste é considerada uma das mais importantes áreas de produção agropecuária estadual. Observou-se que todos os setores analisados sofreram alterações positivas. O setor de indústria de transformação e o setor de comércio tiveram crescimento acima de cem por cento, empregando no ano de 2014 mais de 170 mil trabalhadores, seguido do setor de serviços com aproximadamente 107 mil trabalhadores empregados.

Na distribuição percentual, os setores de indústria de transformação do comércio, construção civil e serviços tiveram variações positivas, ou seja, setores que vem mantendo aumento no número de trabalhadores (Figura 10). Destaque-se que o que obteve maior variação positiva foi o setor da indústria da transformação, que, no ano de 2002, continha 20,36% dos empregos e em 2014 representou 23,65% do total, tendo uma variação positiva de 3,29%.

Figura 10 - Distribuição percentual de emprego por setores de atividade econômica da mesorregião Oeste do Estado do Paraná no período de 2002 – 2014.



Fonte: Elaboração própria com base na RAIS, 2016.

A Figura 10 também demonstra que o setor que mais emprega na mesorregião Oeste é o setor de serviços, seguido pelo setor de comércio e pelo da indústria de transformação, que somados representam 79,31% dos empregos. Quando analisado o setor da agropecuária,

extração vegetal, bem como da caça e pesca verifica-se que nesse período houve um decréscimo nos empregos formais. No quesito agricultura existe, ainda, uma situação de emprego não formal, muitas vezes caracterizado pela agricultura familiar, em que os componentes da família têm sua mão de obra absorvida na propriedade e que não sendo contabilizada como emprego formal.

Esses dados evidenciam o redesenho das formas de apropriação e produção do espaço, definindo o poder desses espaços territórios e construindo uma reterritorialização.

Diante do cenário vivenciado, a expansão industrial trouxe consigo uma valorização na dimensão regional, visto que diversos municípios puderam se beneficiar com as transformações ocorridas na forma de organização produtiva e iniciar a exploração das potencialidades regionais.

Para Araújo *et al.* (2004), no cenário do século XX, as potencialidades regionais foram revalorizadas. Com isso, as grandes, as médias e as pequenas firmas passaram a se beneficiar da agilidade de organizações produtivas e da facilidade locacional na exploração das potencialidades regionais, no intuito de expandirem.

Por fim, observa-se que houve uma reestruturação com novas relações, ou seja, uma recomposição em um processo dinâmico de reestruturação do território no período avaliado. Evidencia-se um processo dinâmico de reestruturação das regiões com a formação de novas regiões. Porém, segundo Becker (2004), persistem as relações entre novas e velhas regiões, havendo a necessidade de se implementar novas formas de analisar estas relações, visto que devem ser consideradas potencialidades dos territórios em termos de potencial humano, de cultura e de iniciativa política.

Portanto, a regionalização deve considerar a valorização das diferenças e formular políticas adequadas para tais. Dessa forma, faz-se necessária a criação de pressupostos para periódicas releituras do território.

3.3 Caracterização do espaço da mesorregião Oeste Paranaense

Para Perroux (1977, p. 146), “o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”.

As relações que acontecem nos espaços geográficos ocasionam a formação dos espaços econômicos, onde desencadeiam padrões relacionados à produção, ao consumo, à tributação, ao investimento, à exportação, à importação e à migração.

Após determinados os padrões que desencadeiam o desenvolvimento regional, incluindo a divisão territorial do trabalho no espaço, observa-se que a localização das atividades produtivas também se torna diferenciada.

Para o IPEA (2000), a produção do Oeste correspondia em maiores proporções à produção agrícola e à pecuária, com destaque na produção de grãos como soja, trigo e milho.

Validando esse contexto, o IPARDES (2008) afirma que antes da década de 1970 as produções do Oeste eram baseadas no setor primário e possuíam como principais atividades a extração da madeira, o abate de animais e a fabricação de óleos. Após a década de 1970, a inclusão de novas tecnologias na produção fortaleceu a agropecuária e a indústria na região, reforçando assim a formação da agroindústria pautada no setor primário. Somaram-se a isto fatos como o início da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu e o processo de modernização da agricultura, os quais motivaram a redistribuição populacional da região.

Assim, registraram-se os primeiros movimentos de expansão da população urbana e da evasão rural na região (IPEA, 2000), impulsionados pelos processos de industrialização e de mecanização agrícola, que promoveram a transformação do modo de ocupação da região ao longo da década de 1980. Apesar da redução da população rural e do crescimento das áreas urbanas durante os anos 1970, foi somente após a década de 1980 que ocorreu a inversão entre a população rural e urbana, ao ponto de a população urbana superar a rural (OLIVEIRA, 2001).

Sem deixar de lado a questão do histórico do processo de ocupação do Oeste do Estado do Paraná, que foi para incentivar a ocupação do espaço de fronteiras através da agricultura, verificou-se que após o processo de modernização agrícola potencializaram-se os demais setores da economia.

Importante também ressaltar que esses setores econômicos cresceram e se desenvolveram, visto o potencial econômico e de produção formado na mesorregião. Portanto, para demonstrar a importância desse espaço econômico no Estado, foram utilizados os dados a partir do ano 2000 até o ano de 2014, na busca de verificar o dinamismo e o comportamento da economia da mesorregião Oeste do Paraná. Foram utilizadas medidas de localização tanto para avaliar o comportamento da participação local na economia estadual, como para observar quais os ramos de atividades mais expressivos, sempre levando em consideração a importância da participação do setor agrícola.

Trabalhou-se com dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no intuito de analisar o crescimento demográfico e a evolução do total de estabelecimentos, bem como a participação do nível de emprego agropecuário da mesorregião durante o período.

Em suma, analisar o contexto de ocupação do espaço da mesorregião, destacando a importância dos setores que compõe a economia local demonstrará como o setor agrícola foi importante (ainda é referência) para a consolidação da mesorregião no contexto de produção estadual, de alocação dos recursos produtivos e da mão de obra para a geração de riquezas.

A avaliação sobre o número de empregados, distribuídos por ramos de atividade, foram obtidos no banco de dados do Relatório de Informações Sociais (RAIS), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados da RAIS refletem quase a totalidade do emprego formal no país. Os períodos de análise foram os anos de 2000 e 2014.

Para análise dos dados, foram utilizadas medidas de localização sistematizadas por Alves (2012), Delgado e Godinho (2002) e Ferrera de Lima (2004). Clemente e Higachi (2002) afirmam que a análise locacional tem sentido pois admite a diferenciação espacial.

O quociente locacional (QL) mostra a concentração relativa de um determinado ramo de atividade numa região em comparação à participação desse mesmo ramo no Estado (SUZIGAN *et al.*, 2004). Nesse sentido, quanto maior o QL, maior é a especialização da região no respectivo ramo de atividade.

O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em um setor específico com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o resultado do QL for maior do que 1, significa que a região, dentro do contexto nacional, tem maior grau de importância.

De acordo com Alves (2012), esse quociente mostra o comportamento locacional dos ramos de atividades, assim como aponta os setores mais especializados nas diferentes regiões, comparando-as a uma macrorregião de referência.

Logo, o QL fica definido da seguinte forma:

$$QL = \frac{PO_{ij}/PO_{it}}{PO_{ij}/PO_{tt}}$$

Sendo;

PO_{ij} = Pessoas ocupadas no setor i na região j ;

PO_{ij} = Total de pessoas na região j;

PO_{it} = Pessoas ocupadas do setor i na região de referência;

PO_{tt} = Total de pessoas ocupadas na região de referência.

Entende-se que o quociente locacional (QL) indica o grau de similaridade ou de desvio entre o padrão de localização do ramo de atividade e o padrão de localização do agregado de referência. Quanto mais elevado for o valor do coeficiente de localização (CL), maior será o padrão de localização específico bem como se apresentará mais concentrado (STADUTO *et al.*, 2008).

Segundo Alves (2012), o CL tem o objetivo de identificar o grau de dispersão relativa das atividades econômicas e selecionar aquelas que teriam a menor tendência à concentração espacial.

Nesse aspecto, é uma medida de proximidade do padrão de localização e, conseqüentemente, de avaliação do nível de concentração relativa (STADUTO *et al.*, 2008). O CL é medido pela equação:

$$CL = \frac{(|j^{ei} - \Sigma j^{ei}|)}{2}$$

Sendo;

j^{ei} = Distribuição do setor i entre as regiões.

Se o coeficiente de localização for próximo de zero (0), o ramo i está distribuído regionalmente da mesma forma que o conjunto de todos os ramos do Estado. A atividade não evidencia qualquer padrão de localização específico em relação ao modelo de referência, ou seja, não há concentração relativa desta atividade na região. Se o valor for próximo de um (1), o ramo i tem um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todos os ramos do Estado. Quanto maior o valor do CL, mais a localização da atividade se afasta do padrão de localização do conjunto. Nesse caso, mais a atividade se encontra localizada numa única região (DELGADO; GODINHO, 2002).

A partir da análise dos dados do quociente localional e do coeficiente de localização, será verificada como está o dinamismo produtivo da mesorregião e como se encontra o setor da agropecuária, extrativismo e caça e pesca, comparando com os demais setores da economia. Vale ressaltar que o objetivo é demonstrar que a agricultura é um dos vetores que traz a pujança à região estudada. Portanto, num primeiro momento, justifica-se a importância de se avaliar como está a questão do emprego da mão de obra em todos os setores da economia.

A Tabela 4 demonstra que o maior aumento de empregos em relação à quantidade de trabalhadores no período analisado foi o setor de construção civil. O bom desempenho deste setor, segundo o DIEESE (2011), acompanhou a tendência nacional, visto que no período analisado teve o melhor desempenho dos últimos 24 anos, segundo dados do PIB setorial.

TABELA 4 - Quantidade de trabalhadores empregados nos setores de atividade econômica da mesorregião Oeste do Estado do Paraná no período de 2002 – 2014.

IBGE Setor	2002	2014	Taxa de Crescimento 2002-2014
1 - Extrativa Mineral	255	451	76,86%
2 - Indústria de Transformação	35.890	82.881	130,93%
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.432	2.532	4,11%
4 - Construção Civil	7.327	17.698	141,54%
5 - Comércio	42.380	87.620	106,75%
6 - Serviços	53.899	107.439	99,33%
7 - Administração Pública	26.473	39.283	48,39%
8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	7.622	12.507	64,09%
Total	176.278	350.411	98,78%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS, 2016.

Observou-se que todos os setores analisados sofreram alterações positivas. O setor de indústria de transformação, construção civil e o setor de comércio tiveram crescimento acima de cem por cento, empregando no ano de 2014 mais de 170 mil trabalhadores; seguido do setor de serviços, com aproximadamente 107 mil trabalhadores empregados. Evidencia-se, também, o setor de agropecuária, que em 2014, alocou formalmente 12.507 empregos.

Mesmo com essas variações, a distribuição percentual de empregos por setores, na região estudada, sofreu um aumento de 98,78% no número total. Parte dessa evolução pode ser atribuída ao fato de que em 2002 havia condições precárias no controle da formalização do mercado de trabalho. Já a evolução ocorrida a partir desse momento até o período de 2014 possivelmente está atrelada ao processo de crescimento econômico que o país vivenciou, refletido por meio de fatores como o aumento da renda real, a redução de desemprego e de políticas de incentivo à formalização do trabalho, dentre outras.

Os resultados encontrados no quociente locacional estão em consonância com boa parte dos estudos empíricos realizados sobre o mesmo assunto. A Tabela 5 mostra os valores obtidos pelo QL no ano de 2014 para as mesorregiões do Estado do Paraná. Verifica-se, que o setor da agropecuária apresentou os maiores valores no período analisado, o que mostra que o Estado do Paraná continua com uma dependência significativa das atividades do setor primário, uma vez que apresentaram valores acima de 1 - a importância da região em relação ao setor estudado é determinada quando assume valores ≥ 1 . Nesse caso, o setor é considerado especializado. Como o quociente é medido a partir de informações do número de empregados (E), ele traz o indicador da concentração relativa de emprego em determinados setores nas regiões.

Tabela 5 - Quociente locacional das mesorregiões do Estado do Paraná em 2014.

Atividade	Noroeste Paranaense	Centro Ocidental Paranaense	Norte Central Paranaense	Norte Pioneiro Paranaense	Centro Oriental Paranaense	Oeste Paranaense	Sudoeste Paranaense	Centro-Sul Paranaense	Sudeste Paranaense	Metropolitana de Curitiba
1 - Extrativa Mineral	0,59	0,61	0,38	2,53	2,99	0,62	0,49	0,61	2,73	1,05
2 - Indústria de Transformação	1,73	1,03	1,21	1,07	1,06	1,07	1,38	0,88	1,33	0,74
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,22	0,09	0,18	0,30	0,26	0,86	0,45	0,24	0,21	1,85
4 - Construção Civil	0,52	0,64	0,92	0,35	1,46	1,04	0,99	0,97	0,77	1,11
5 - Comércio	0,93	1,29	1,09	1,01	1,09	1,16	1,18	1,22	1,19	0,86
6 - Serviços	0,53	0,59	1,01	0,72	0,82	0,96	0,67	0,64	0,55	1,21
7 - Administração Pública	0,94	1,18	0,65	1,20	0,76	0,75	0,86	1,21	1,13	1,23
8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	2,32	2,97	0,90	3,39	2,29	1,10	1,28	3,12	1,74	0,17

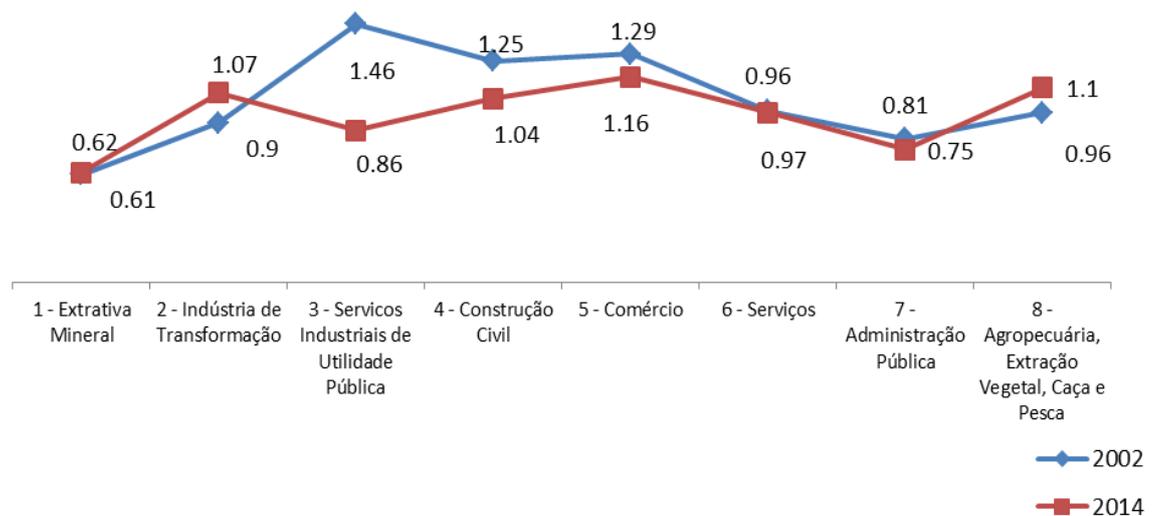
Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS, 2016.

No que tange a mesorregião Oeste do Paraná, nota-se, na Tabela 5, que a distribuição de mão de obra é praticamente equivalente nas mesorregiões, visto que não se percebe grandes variações setoriais. Portanto, verifica-se um equilíbrio nos indicadores, o que demonstra que tem representatividade, ou seja, coeficientes maiores que 1 nos setores de comércio, seguido pela agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, indústria da transformação e construção civil. Evidencia-se, desta forma, a importância de representatividade do setor da agropecuária.

Através desse cenário é possível afirmar que a região está se alinhando para uma regularidade na distribuição setorial de mão de obra na maioria dos seus setores, conforme demonstrado pela Figura 11, a qual apresenta o comportamento do emprego na mesorregião Oeste do Estado do Paraná no período de 2002 a 2014.

A Figura 12 apresenta os setores de comércio, serviços industriais de utilidade pública, construção civil e agropecuária com as maiores variações ocorridas ao longo do tempo. Cabe enfatizar, porém, que alguns setores ganharam representatividade, confirmando a regularidade na distribuição de empregos por setor.

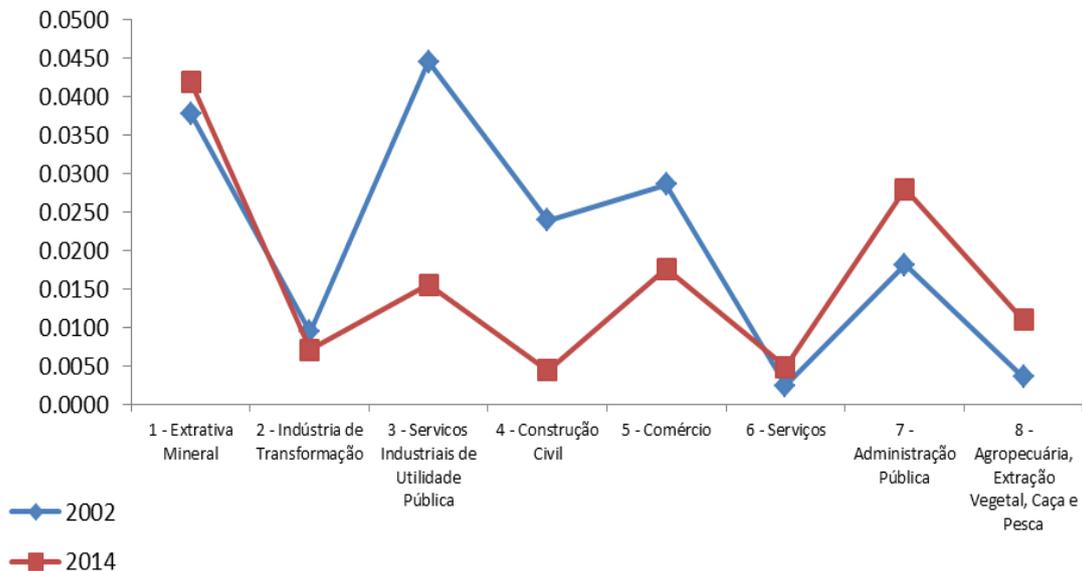
Figura 11 - Quociente locacional da mesorregião Oeste do Estado do Paraná no período 2002-2014.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS, 2016.

Na Figura 12 pode se observar, pelo coeficiente de localização, que, na comparação dos períodos de 2002 e 2014, ocorreram algumas mudanças em relação à distribuição dos ramos de atividade na região. Fica evidenciado que a distribuição de empregos na mesorregião ocorrida nos setores, observada a partir dos dados de 2014, reflete uma equidade no processo.

Figura 12 - Coeficiente de localização dos setores da mesorregião do Estado do Paraná no Período 2002-2014.



Fonte: Elaborado a partir de dados da RAIS, 2016.

Portanto, cabe enfatizar que todos os coeficientes de localização apresentaram índices menores do que 1, demonstrando distribuição dos ramos de atividades em toda a mesorregião.

Nesse sentido, vale reforçar que a produção agrícola no Oeste do Paraná apresentou efetividade e importância maior a partir das transformações ocorridas no espaço, derivadas do processo de modernização da agricultura. Segundo o IPARDES (2004, p. 69),

(...) as áreas com maior aptidão à agricultura correspondem a 75% da região Oeste, uma vez que são áreas com predomínio de solos férteis, ocupadas principalmente por culturas cíclicas, proporcionando a utilização de práticas agrícolas com alto

nível tecnológico, aplicação intensiva de insumos, como também o melhoramento das condições da lavoura e motomecanização, principalmente nos municípios de Guaíra, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel.

Comprova-se, portanto, que na mesorregião Oeste a agricultura, dentre as regiões do Estado, possui grande força competitiva no processo de produção, ocasionando o dinamismo dos demais setores econômicos.

Como a maioria dos estabelecimentos rurais estão caracterizados como agricultura familiar, vale ressaltar que é um setor com forte representatividade na mesorregião Oeste. O que tem que ser avaliado é como está a distribuição das riquezas na agricultura familiar.

O questionamento é se todos os estabelecimentos estão conseguindo agregar valor à sua produção, ou se nessa região, tão rica e promissora, com base forte na produção agroindustrial, ainda existem municípios onde agricultores estão à margem do capitalismo, e não conseguem alternativas de viabilidade econômica, financeira e social que podem potencializar a agricultura familiar da região.

Essa questão será analisada no próximo capítulo, quando será traçada a característica da agricultura familiar da mesorregião Oeste Paranaense. Pois, para avaliar os dados do próximo capítulo se tem a visualização do quanto a mesorregião Oeste do Paraná é forte e dinâmica.

4 CONFIGURAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA FAMILIAR DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

A configuração da agricultura familiar no desenvolvimento rural da mesorregião Oeste do Paraná é o tema desse capítulo. A agricultura familiar é, sem dúvida, uma categoria inserida e de representatividade no contexto agrícola da região; suas características são avaliadas em base a importância que os agricultores familiares têm no cenário agrícola e no agronegócio do Estado paranaense.

A mesorregião Oeste do Paraná tem em sua economia uma grande força de representatividade no setor do agronegócio; nessa região há também forte presença dos estabelecimentos familiares, onde a relação dos proprietários com a terra é a principal garantia de sobrevivência da família.

Veiga (2007) aponta que as regiões com maior participação de agricultura familiar são aquelas em que há aptidão a uma melhor distribuição de renda e as variáveis socioeconômicas evoluem de forma mais positiva, de forma a garantir o acesso a bens e serviços dos quais os agricultores familiares necessitem para permanência no meio rural.

Além de desenvolver aptidões do agricultor familiar, as alternativas expostas não são decorrentes apenas da disponibilidade de renda, mas incluem fatores subjetivos como o ‘gosto pelo trabalho na terra’, a possibilidade de ser seu próprio patrão, o apego à integração entre vida familiar e o trabalho, a possibilidade de participar de associações, cooperativas e empreendimentos coletivos, etc. (SCHNEIDER, 2009).

O agricultor familiar e sua família são, portanto, agentes que devem ser considerados no processo de produção do sistema econômico capitalista, cuja eficiência estará aliada ao acesso a recursos disponibilizados e demandados para as diferentes necessidades dos estabelecimentos.

A configuração do setor agrícola familiar das microrregiões da região Oeste do Paraná tem especial atenção ao perfil econômico e institucional da produção e suas relações com a dinâmica da agricultura paranaense. Nos municípios que compõem a mesorregião Oeste, com exceção de Foz do Iguaçu, os demais têm sua economia vinculada à agropecuária. Ressalta-se que Toledo e Cascavel estão entre os maiores PIB agropecuários do Paraná, com destaque para o total de estabelecimentos familiares que corresponde a 43.572 unidades (IBGE, 2009).

De acordo com o IBGE (2009), o Censo Agropecuário de 2006 trouxe como complemento um segundo volume com foco exclusivo na agricultura familiar. O documento é resultado da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este documento resumiu-se em separar os produtores rurais brasileiros em dois grandes agrupamentos, denominados familiares e não familiares.

Os dados divulgados apresentam os agricultores familiares como responsáveis por 84,4% do total dos estabelecimentos rurais; sendo assim, pode-se afirmar que é um número significativo para a agricultura familiar, demonstrando que é ator importante na questão econômica e social do país.

Portanto, este capítulo tem como principal objetivo avaliar a caracterização da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná, comparando os principais resultados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 com a participação do Estado do Paraná.

4.1 A Agricultura de base familiar

Na realidade do contexto da agricultura familiar observa-se uma dualidade na exploração das propriedades, visto que existem estabelecimentos que estão numa linha de pobreza na qual não conseguem renda com a exploração do trabalho no estabelecimento, contrastando com produtores que têm a capacidade de se inserir no cenário da agricultura moderna e gerar renda com as atividades exploradas no estabelecimento familiar.

A agricultura familiar tem em sua formação a influência das propostas políticas, econômicas e sociais. Decorre de um processo histórico onde a agricultura familiar teve como ponto de partida a ocupação de terras nas fronteiras agrícolas, iniciado a partir do processo de colonização brasileira.

Diante do exposto, Peixoto (1998) reforça que a grande parcela de agricultores familiares sobrevive explorando pequenos estabelecimentos rurais, sem acesso a novas tecnologias, destinando a produção, em grande parte, ao consumo familiar. Vale ressaltar que esses agricultores também servem como mão de obra para as agroindústrias.

Confirmando esse cenário em um quadro mais amplo, Lamarche (1997, p. 184) afirma que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas

transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

Segundo os dados apresentados pelo IBGE, com base no Censo Agropecuário de 2006, é a agricultura familiar que, em grande medida, produz para compor a alimentação da população brasileira. A agricultura familiar é responsável pelo abastecimento de cerca de 87% dos produtos da cesta básica dos brasileiros. Estes, dentre outros dados revelados pelo IBGE, apontam a agricultura familiar brasileira com destaque no cenário agrícola rural e seu papel como fator socioeconômico gerador de renda.

Nos dados do Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos familiares empregam cerca de 12,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 75,7% da mão de obra no campo.

Existe cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos familiares em todo o Brasil, o que representa 84,4% das propriedades rurais do País, correspondendo a 80,25 milhões de hectares. Cabe ressaltar que o setor agrícola é responsável por 38% do valor bruto da produção de alimentos, o que gerou, em 2006, cerca de R\$ 54 bilhões.

Outro ponto que cabe destacar quando se trata da agricultura familiar é sua diversidade produtiva, que pode ser observada nos dados do Censo. Detendo 24,3% das terras, a agricultura familiar brasileira participa de 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 67% na atividade de leite de cabra, 59% na produção de carne suína, 58% na atividade de leite de vaca, 50% na produção de carne de aves, 46% na cultura do milho, 38% na cultura do café, 34% na produção de arroz, 30% na produção de carne bovina, 21% na atividade do trigo e 16% na produção de soja.

Outro dado importante é a participação na geração de empregos na zona rural. Das 16,5 milhões de pessoas empregadas no meio rural, a agricultura familiar emprega 12,3 milhões (74,4%), com média de 2,6 pessoas com mais de 14 anos por estabelecimento rural.

O cotidiano da agricultura familiar tem enfrentado inúmeras dificuldades nos mais variados cenários. Alguns debates apontam como sendo pouco competitiva para o cenário atual. Porém, mesmo diante de todas as distorções pelas quais a agricultura familiar passa, ela é um fator importante para a produção agrícola e precisa de modernização para se tornar mais eficiente e rentável. Neste contexto, ressalta-se a importância dos programas e fomentos que procuram beneficiar a agricultura familiar de modo a prover melhorias e a visibilidade da mesma.

Também, deve-se realçar o papel da agricultura familiar para a produção de subsistência do País, não somente no quesito de políticas sociais para a categoria, mas

ampliando sua importância devido ao seu potencial de produção dentro de uma estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro. Faz-se necessário instituir nos debates de desenvolvimento regional, políticas públicas adequadas ao perfil dessa categoria, imprescindíveis para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, da infraestrutura e das políticas sociais.

As transformações ocorridas no cenário agrícola, incluindo a agricultura familiar no ambiente de competitividade e eficiência da atualidade impõe a exigência de adaptação dos agricultores em face às novas exigências e anseios da sociedade, visto que buscam se manter eficientes e produtivos.

Como se observa um grande número de pequenos estabelecimentos familiares no contexto agrícola nacional, ressalta-se a importância do papel da agricultura familiar para potencializar o desenvolvimento das regiões agrícolas, incluindo a geração de emprego e a produção de alimentos. Nesse sentido, a agricultura familiar se torna uma estratégia de desenvolvimento rural que pode promover um processo de inovação na indústria e nos serviços, sem piorar as taxas de desemprego no ambiente urbano.

Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país.

Enfim, procurou-se avaliar nesta seção o cenário atual dos estabelecimentos familiares, buscando compreender a importância e o papel da agricultura familiar na atualidade, visto que as transformações ocorridas no meio rural podem exigir dos agricultores a adaptação às novas exigências da sociedade, para se manter ativa, produtiva e eficiente em sua forma de produção.

4.2 Caracterização da Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná

A caracterização da agricultura familiar trabalhada nessa seção procura abranger os elementos que levam a um retrato deste tipo de agricultura na região estudada a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 divulgados pelo IBGE, disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) e organizados a partir do critério de agricultura familiar estabelecido pela Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006.

O setor da agricultura familiar é, portanto, uma forma de produção existente em todo o cenário agrícola mundial, visto que tem em consideração a utilização da mão de obra familiar como uma força de produção agrícola. Desse modo, a gestão da propriedade e a utilização da mão de obra são fatores ligados à família.

De acordo com o relatório do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER,1997), uma característica da agricultura familiares é a fusão que nela existe entre a unidade de produção e a família. Portanto, é imprescindível alavancar produtivamente e economicamente o setor composto pela agricultura familiar, fator que pode proporcionar o desenvolvimento local de onde essas propriedades estão localizadas.

No Estado do Paraná, o setor primário tem grande importância para a economia e parte de sua população tem forte relação econômica com a produção agrícola. Analisar a configuração do espaço rural paranaense é, portanto, buscar os dados para verificar as desigualdades existentes nesses espaços, os quais são a base para o desenvolvimento econômico e social das regiões estudadas.

É de fundamental importância reconhecer, também, as necessidades da população rural, bem como avaliar o grau de dependência do setor primário da economia paranaense. Como instrumento de análise para a caracterização da agricultura familiar, foram adotados critérios que permitem avaliar a participação e a caracterização da agricultura dentro do espaço rural.

Para Schneider (2003), o principal foco da agricultura familiar está em reunir, ao menos, o tripé: gestão, propriedade e trabalho familiar. A junção desses elementos caracteriza que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo e uma unidade de produção e de reprodução social.

É necessário conferir à agricultura familiar o reconhecimento da sua função de produção, destacando as suas demandas e particularidades, visto que ela tem notória importância econômica e social, o que a torna um importante setor na ocupação dos espaços rurais.

A categoria de agricultura familiar não possui nenhum grau de superioridade em relação às não familiares. É destacada apenas com o intuito de diferenciar uma categoria que tem como base a produção com a utilização da mão de obra preferencialmente familiar e que exerce a gestão da propriedade de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção (GUANZIROLI, *et al.*, 2012).

Assim, de acordo com a Lei n. 11.326 de 2006, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e que cumpre os seguintes quesitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar foi caracterizada pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;
- b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.

Portanto, ao analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006, observa-se que no Brasil 84,4% dos estabelecimentos estão na categoria familiares, e que a Região Sul está na média representada por 84,48% de estabelecimentos familiares, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2006.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar		Não familiar		Representatividade Estabelecimentos		Representatividade Área (ha)	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Ag Familiar	Não Familiar	Ag Familiar	Não Familiar
Brasil	4 367 902	80 250 453	807 587	249 690 940	84,40%	15,60%	24,32%	75,68%
Sul	849 997	13 066 591	156 184	28 459 566	84,48%	15,52%	31,47%	68,53%
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652	81,63%	18,37%	27,80%	72,20%
Santa Catarina	168 544	2 645 088	25 119	3 395 047	87,03%	12,97%	43,79%	56,21%
Rio Grande do Sul	378 546	6 171 622	62 921	14 027 867	85,75%	14,25%	30,55%	69,45%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Por outro lado, quando analisado o volume de área, a agricultura familiar perde representatividade para a agricultura não familiar. No Brasil a agricultura familiar ocupa apenas 24,32% dos hectares e na região sul ocupa 31,47% de área. Destaca-se, portanto, com esses dados, que há uma elevada concentração de terras em todo o território nacional. Existem aproximadamente 807 mil grandes imóveis rurais, os quais concentram 75,68% de toda a área brasileira.

Esse resultado mostra que a concentração de terras é uma realidade brasileira. A concentração e a desigualdade regional divulgada pelo IBGE, através do Índice de Gini, da estrutura agrária do País, em que quanto mais próximo o índice está de 1, maior é a concentração.

No Brasil, os dados mostram um agravamento da concentração de terras, pois segundo o censo do IBGE, o índice de Gini foi de 0,872 para a estrutura agrária brasileira; superior aos índices apurados nos anos de 1985, que apontaram como resultado um coeficiente de 0,857, e de 0,856 em 1995.

Ressalta-se que o grau de concentração de terras no país não sofreu grandes alterações desde 1985, período do início da redemocratização brasileira.

A partir dessa caracterização do cenário nacional, observa-se que a realidade do Sul e, no caso específico desse trabalho o Estado do Paraná, não é diferente da brasileira. Tem-se um elevado percentual de representatividade de estabelecimentos familiares distribuídos em um número reduzido de área de produção. Como demonstra a Tabela 7, a agricultura familiar no Estado do Paraná possui aproximadamente 302 mil estabelecimentos agrícolas, ocupando 27,8% do espaço agrícola.

Tabela 7 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar, na Região Sul do país – 2006.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Brasil	4 367 902	80 250 453	807 587	249 690 940
Sul	849 997	13 066 591	156 184	28 459 566
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652
Representatividade PR/Brasil	6,93%	5,30%	8,44%	4,42%
Representatividade PR/Sul	35,64%	32,52%	43,63%	38,78%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Destaca-se que, mesmo com dados positivos da participação da agricultura familiar paranaense na Região Sul, a agricultura não familiar tem superioridade em participação de estabelecimentos e de área, tanto no cenário brasileiro quanto da região, demonstrando um fator de risco para a efetividade e importância da agricultura familiar nos âmbitos econômicos e de produtividade.

A Tabela 8 mostra a participação do Estado do Paraná na distribuição agrícola nacional e na Região Sul. Os resultados demonstram que, do total de agricultura familiar no cenário nacional, o Estado do Paraná representa 6,93% dos estabelecimentos, ocupando 5,3% de área. Já em relação à participação do Estado em relação à Região Sul, a representatividade paranaense é de 35,64% dos estabelecimentos, ocupando 32,52% da área produtiva da grande região.

Tabela 8 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar no Estado do Paraná – 2006.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4 367 902	80 250 453	807 587	249 690 940
Sul	849 997	13 066 591	156 184	28 459 566
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652
Representatividade PR/Brasil	6.93%	5.30%	8.44%	4.42%
Representatividade PR/Sul	35.64%	32.52%	43.63%	38.78%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Quando iniciada a análise da realidade da agricultura familiar na mesorregião Oeste paranaense, vale ressaltar que a formação da pequena produção agrícola familiar dessa mesorregião resulta da forma de colonização através da qual os agricultores foram

organizados para que a produção agrícola e agropecuária fosse diversificada, direcionada para a produção de subsistência, comercializando apenas os excedentes.

Na análise da mesorregião Oeste, verificou-se que esta possui o maior número dos estabelecimentos da agricultura familiar do Estado do Paraná, sendo 43.752 estabelecimentos agrícolas.

A Tabela 9 mostra a participação da agricultura familiar nas mesorregiões do Estado do Paraná. Observou-se que a mesorregião Oeste tem a maior participação no número de estabelecimentos e na quantidade de área familiares. Os dados retratam que, da mesma forma como no cenário brasileiro, no contexto da agricultura familiar paranaense também ocorre um grau de concentração fundiária.

Tabela 9 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar nas mesorregiões do Estado do Paraná – 2006.

Região	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar		Representatividade Estabelecimentos		Representatividade Área (ha)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Ag Familiar	Não Familiar	Ag Familiar	Não Familiar
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652	100%	100%	100%	100%
Noroeste Paranaense	29 323	454 243	8 400	1 768 791	9.68%	12.33%	10.69%	16.03%
Centro Ocidental Paranaense	16 770	274 779	4 540	836 397	5.54%	6.66%	6.47%	7.58%
Norte Central Paranaense	41 407	553 673	12 865	1 836 732	13.67%	18.88%	13.03%	16.64%
Norte Pioneiro Paranaense	23 356	308 934	6 305	1 034 953	7.71%	9.25%	7.27%	9.38%
Centro Oriental Paranaense	14 625	187 392	4 549	1 472 161	4.83%	6.68%	4.41%	13.34%
Oeste Paranaense	43 752	646 986	9 464	1 069 601	14.44%	13.89%	15.22%	9.69%
Sudoeste Paranaense	39 532	566 635	4 947	403 316	13.05%	7.26%	13.33%	3.65%
Centro-Sul Paranaense	33 588	513 993	7 780	1 413 708	11.09%	11.42%	12.09%	12.81%
Sudeste Paranaense	34 665	495 359	4 725	632 843	11.44%	6.93%	11.66%	5.73%
Metropolitana de Curitiba	25 889	247 889	4 569	568 152	8.55%	6.70%	5.83%	5.15%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Na mesorregião Oeste existem aproximadamente 43 mil estabelecimentos familiares, distribuídos em 646 mil hectares. Comparados aos não familiares, que, segundo dados do Censo Agropecuário, representam aproximadamente 9 mil estabelecimentos, distribuídos em mais de um milhão de hectares, a agricultura não familiar representa na mesorregião Oeste do Paraná 21,63% dos estabelecimentos, porém ocupa 62,3% da área agrícola, demonstrando essa disparidade distribuída.

Todos os indicadores da mesorregião Oeste analisados na Tabela 10 encontram-se acima da média paranaense, fortalecendo a importância da agricultura.

O Valor Bruto da Produção advindo dos estabelecimentos familiares foi em 2006 de aproximadamente R\$ 5 bilhões, correspondendo a 39,49% da produção agropecuária total. Esse total é alcançado com 27,63% da área total dos estabelecimentos. Na mesorregião Oeste, o Valor Bruto da Produção familiar correspondeu a 48,32% da produção agropecuária.

Com esses dados apresentados, é possível afirmar que a agricultura familiar tem forte influência econômica e social, sendo um importante recorte de estudo. Ressalta-se o grande número de estabelecimentos familiares, bem como o índice de pessoal ocupado na agricultura familiar, contrastando com os 37,43% de área que pertencem aos agricultores familiares, e na área, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 - Caracterização da participação das principais variáveis da agricultura familiar - Mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Mesorregião	% de estabelecimentos Familiares	% da área dos estabelecimentos familiares	% VBP dos estabelecimentos Familiares	% do pessoal ocupado dos estabelecimentos familiares
Paraná	81,61	27,63	39,49	69,36
Noroeste Paranaense - PR	77,62	20,20	30,81	64,11
Centro Ocidental Paranaense - PR	78,68	24,26	28,19	63,20
Norte Central Paranaense - PR	76,26	23,06	33,55	51,77
Norte Pioneiro Paranaense - PR	78,70	22,82	34,61	58,04
Centro Oriental Paranaense - PR	76,29	11,27	18,26	59,42
Oeste Paranaense - PR	82,21	37,43	48,32	76,81
Sudoeste Paranaense - PR	88,88	58,26	63,83	83,53
Centro-Sul Paranaense - PR	81,20	26,60	33,71	75,72
Sudeste Paranaense - PR	88,00	43,95	59,07	85,52
Metropolitana de Curitiba - PR	84,98	30,15	47,97	77,88

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

O que se faz necessário para que esses agricultores ganhem força de representação é desenvolver uma agricultura competitiva. Para isso, é importante gerenciar a propriedade com ferramentas que possam fazer que estes estabelecimentos adquiram características empresariais para desenvolver uma agricultura moderna, com capacidade de gerar ganhos e terem representatividade no agronegócio difundido na região. O grande desafio é, portanto, dar a esses estabelecimentos alternativas de produção e inserção no mercado sem perder a característica familiar.

A Tabela 11 apresenta a distribuição percentual dos estratos de área (hectares) dos agricultores familiares no Estado do Paraná, o que evidencia um dado não tão positivo, pois, observa-se a existência de certo grau de concentração fundiária. Isso se deve ao fato de existir um pequeno grupo de estabelecimentos familiares, 3,72%, que possuem entre 50 ou mais hectares. Esse grupo concentra um total de 21% das terras pertencentes aos agricultores familiares paranaenses.

Tabela 11 - Distribuição de terras da agricultura familiar (%) - Mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Mesorregião	% nº estabelecimento	% total de área	% nº estabelecimento	% total de área	% nº estabelecimento	% total de área	% nº estabelecimento	% total de área	% nº estabelecimento	% total de área	Produtor sem área
	Menos de 5 ha	De 5 a menos 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	Mais de 100 ha						
Paraná	30,70%	3,86%	43,51%	25,25%	19,42%	29,49%	3,71%	19,66%	0,01%	21,73%	2,64%
Noroeste Paranaense - PR	30,32%	3,61%	43,14%	23,78%	20,58%	29,05%	5,07%	18,26%	0,03%	25,29%	0,84%
Centro Ocidental Paranaense - PR	27,02%	2,66%	43,75%	20,60%	22,31%	27,79%	5,89%	21,40%	0,00%	27,55%	1,03%
Norte Central Paranaense - PR	33,46%	3,78%	44,04%	24,14%	19,28%	28,45%	2,69%	20,63%	0,01%	23,00%	0,52%
Norte Pioneiro Paranaense - PR	32,27%	4,36%	45,91%	27,32%	17,51%	27,54%	3,02%	18,92%	0,00%	21,85%	1,29%
Centro Oriental Paranaense - PR	36,15%	3,96%	35,90%	20,46%	17,56%	25,98%	3,92%	21,76%	0,02%	27,84%	6,45%
Oeste Paranaense - PR	28,35%	3,50%	45,35%	24,32%	21,07%	29,98%	4,03%	20,98%	0,01%	21,21%	1,19%
Sudoeste Paranaense - PR	24,51%	3,91%	50,60%	33,01%	18,92%	31,93%	3,57%	17,86%	0,00%	13,28%	2,40%
Centro-Sul Paranaense - PR	24,66%	2,72%	44,83%	24,51%	20,85%	27,23%	4,48%	18,88%	0,00%	26,66%	5,18%
Sudeste Paranaense - PR	31,17%	4,58%	40,40%	24,54%	21,60%	35,11%	3,64%	20,02%	0,00%	15,74%	3,19%
Metropolitana de Curitiba - PR	45,28%	7,33%	33,53%	27,52%	12,47%	28,52%	1,64%	17,96%	0,07%	18,66%	7,01%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Verifica-se uma distribuição desigual entre os estabelecimentos familiares, com superioridade dos estabelecimentos de estratos de área menores de 50 ha, porém divergindo da predominância fundiária dos estratos de 100 a 500 ha.

A Tabela 12 registra o tipo o valor de produção por estabelecimento no Estado do Paraná. O Censo destaca que a área total dos estabelecimentos familiares no Paraná tem grande diversificação nos tipos de produção, sendo divididos em produção animal, vegetal e agroindustrial.

Tabela 12 - Participação percentual dos estabelecimentos familiares e o valor de produção da agricultura familiar - Estado do Paraná – 2006.

Mesorregião	Tipo de Produção	Estabelecimento			Valor da Produção		
		Total	Não familiar	Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agricultura familiar
Paraná	Total	100,00	18,71	81,29	100,00	60,51	39,49
	Animal	72,29	13,22	59,07	27,86	15,95	11,92
	Vegetal	86,50	15,42	71,09	71,82	44,36	27,46
	Agroindústria	1,36	0,20	1,16	0,03	0,01	0,02
Noroeste Paranaense - PR	Total	100,00	25,53	74,47	100,00	69,19	30,81
	Animal	73,57	19,05	54,52	37,05	26,06	10,99
	Vegetal	63,39	16,13	47,25	62,74	43,01	19,73
	Agroindústria	0,31	0,05	0,26	0,01	0,00	0,01
Centro Ocidental Paranaense - PR	Total	100,00	21,76	78,24	100,00	71,81	28,19
	Animal	59,88	12,61	47,27	14,22	9,07	5,14
	Vegetal	86,14	18,72	67,41	85,63	62,61	23,02
	Agroindústria	0,62	0,08	0,54	0,01	0,00	0,00
Norte Central Paranaense - PR	Total	100,00	24,80	75,20	100,00	66,45	33,55
	Animal	56,22	14,57	41,65	19,53	13,64	5,89
	Vegetal	84,70	20,42	64,28	80,20	52,64	27,56
	Agroindústria	0,75	0,11	0,64	0,02	0,00	0,01
Norte Pioneiro Paranaense - PR	Total	100,00	22,46	77,54	100,00	65,39	34,61
	Animal	62,38	14,53	47,86	24,21	17,49	6,72
	Vegetal	80,76	17,44	63,32	75,49	47,69	27,80
	Agroindústria	0,33	0,07	0,26	0,05	0,03	0,02
Centro Oriental Paranaense - PR	Total	100,00	23,87	76,13	100,00	81,74	18,26
	Animal	77,77	17,93	59,84	23,59	16,77	6,81
	Vegetal	80,29	18,81	61,48	76,05	64,66	11,39
	Agroindústria	0,74	0,18	0,56	0,02	0,01	0,01
Oeste Paranaense - PR	Total	100,00	18,01	81,99	100,00	51,68	48,32
	Animal	68,97	12,23	56,74	41,19	19,70	21,48
	Vegetal	90,30	16,00	74,30	58,22	31,59	26,63
	Agroindústria	1,36	0,27	1,09	0,04	0,01	0,03
Sudoeste Paranaense - PR	Total	100,00	11,18	88,82	100,00	36,17	63,83
	Animal	87,91	9,55	78,36	51,66	20,74	30,92
	Vegetal	93,38	9,83	83,54	48,01	15,30	32,70
	Agroindústria	4,36	0,43	3,93	0,09	0,01	0,08
Centro-Sul Paranaense - PR	Total	100,00	18,62	81,38	100,00	66,29	33,71
	Animal	87,31	15,75	71,56	22,45	12,57	9,88
	Vegetal	92,00	16,38	75,62	77,48	53,69	23,79
	Agroindústria	1,33	0,24	1,10	0,03	0,00	0,03
Sudeste Paranaense - PR	Total	100,00	11,59	88,41	100,00	40,93	59,07
	Animal	74,48	8,68	65,80	10,03	4,26	5,77
	Vegetal	95,47	10,78	84,69	89,82	36,58	53,24
	Agroindústria	1,44	0,21	1,22	0,03	0,01	0,02
Metropolitana de Curitiba - PR	Total	100,00	14,84	85,16	100,00	52,03	47,97
	Animal	70,94	11,09	59,84	17,11	8,97	8,14
	Vegetal	85,59	12,07	73,52	82,44	42,84	39,60
	Agroindústria	0,61	0,13	0,49	0,09	0,06	0,03

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Observa-se uma participação muito pequena na questão da agroindustrialização nos estabelecimentos, pois somente 1,36% deles industrializam algum produto, sendo que 1,16% são estabelecimentos familiares, no que se refere ao Estado do Paraná. Nesta linha, fazem-se necessários estudos para se verificar a importância e a viabilização deste tipo de produção para os agricultores, podendo ser alternativa de renda e agregação de valor à propriedade.

Embora exista diversificação na participação dos estabelecimentos na produção familiar, cabe observar que as não familiares não são tão diversificadas, visto que pela

extensão ganham em produtividade e não em diversificação de produção. Esse fato se comprova quando a participação com os estabelecimentos paranaenses na produção animal, vegetal e agroindustrialização somam apenas 18,71% nos estabelecimentos não familiares. Esse cenário se repete nas demais regiões do Estado, inclusive na mesorregião Oeste do Paraná.

Os dados também mostram uma participação de valor da produção superior na produção de origem vegetal em praticamente todas as regiões do Paraná, em que a média do Estado ficou em 27,86% do valor total de produção. Na mesorregião Oeste verifica-se um equilíbrio, isto porque existe um grande número de indústrias que trabalham com produtos de origem animal, o que incentiva a produção não só de vegetais, mas também alavanca a produção animal.

Essa afirmativa deixa evidente que, comparado ao Estado do Paraná, a mesorregião Oeste aponta um diferencial entre a questão familiar e não familiar. O valor da produção advindo da produção vegetal e animal nos estabelecimentos familiares se destaca. Enquanto no Estado o percentual de participação na produção animal corresponde a 11,92%, na mesorregião Oeste esse índice fica em 21,48%. A produção vegetal também é expressiva. A agricultura familiar contou com uma participação no valor de produção de 27,46%, ao passo que a mesorregião ficou com 26,63%.

Esses resultados podem se refletir tanto na diversificação da produção quanto podem evidenciar uma oportunidade de agregação de valor nas propriedades familiares, o que representa uma forma de produção mais adequada para a geração de renda para os agricultores familiares, os quais possuem, geralmente, pouca terra e disponibilidade de mão de obra.

A tendência de diversificação no contexto de produção da agricultura familiar é confirmada pela Tabela 12, a qual deixa evidente que esses estabelecimentos não têm só um tipo de produção (animal ou vegetal), mas sim trabalham conciliando outros tipos de produção, que visam à subsistência da família, característica importante desses agricultores.

Pode-se afirmar, portanto, que a agricultura familiar tem um grau elevado de importância para a produção do Estado, pois, além de produzir alimentos para a subsistência, participa da produção comercial na cadeia produtiva, fortalecendo o agronegócio.

4.3 O Desenvolvimento da Agricultura Familiar na mesorregião Oeste do Paraná

Esta parte do estudo tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná, utilizando as informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006, concentrando as informações nas características, no valor da produção e das receitas obtidas nas atividades agrícolas familiares.

Como já informado anteriormente, a mesorregião Oeste do Paraná é composta por três microrregiões: Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Essas microrregiões possuem semelhanças e diferenças no que se refere à formação do espaço e nas atividades agropecuárias desenvolvidas. A estrutura agrária da mesorregião sofreu mudanças a partir do processo de modernização agrícola, ocasionando o êxodo rural acentuado e, ao mesmo tempo um incremento para a instalação de cooperativas e agroindústrias responsáveis por grande parte do escoamento da produção da região⁶.

Mesmo com a ocorrência do êxodo rural, somado ao descaso político que ainda considera o setor como menos importante no quesito de produtividade agrícola, muitos agricultores familiares permaneceram no campo e em seus estabelecimentos, e tornaram-se agentes ativos do desenvolvimento da região, demonstrando a importância desta categoria no espaço agrícola.

Vale ressaltar que o processo de colonização desses espaços esteve atrelado às estruturas produtivas familiares e, mesmo com a ocorrência do êxodo rural, os agricultores familiares ainda constituem grande parte dos estabelecimentos rurais da região e se mantêm no espaço rural da mesorregião Oeste do Paraná, divergindo das previsões feitas por Lênin e Kautsky. Os agricultores familiares permanecem ativos e participativos no setor produtivo, fato comprovado pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos da agricultura familiar, na mesorregião Oeste, era de 43.752. Desse total, Toledo possui 20.607 estabelecimentos familiares, Cascavel 14.565, seguido por Foz do Iguaçu com 8.578 estabelecimentos. Este resultado é expressivo para uma região, por estar identificada com a cultura de *commodities* (soja e milho), com tendência para a concentração fundiária. Vale ressaltar que esse resultado tem correlação com o processo de integração entre

⁶ Abordagem do papel das cooperativas e agroindústrias serão analisadas no capítulo 5, a seguir.

avicultores e grandes abatedouros, fator que influenciou na permanência de parte dos produtores nesta região agrícola.

Enquanto no Estado do Paraná 82,21% dos estabelecimentos eram familiares no ano de 2006, em Toledo este percentual foi de 84,16%, em Cascavel de 80,46% e em Foz do Iguaçu de 80,70%, sendo os demais não familiares. Esses dados confirmam a importância da condição do agricultor familiar para o desenvolvimento das microrregiões.

Ao caracterizar a agricultura familiar por condição do produtor, na Tabela 13 constam os estabelecimentos e as áreas dos estabelecimentos agropecuários considerados como familiares dos não familiares. Verifica-se que nas três microrregiões os agricultores familiares são proprietários de mais de 80% de todos os estabelecimentos.

Tabela 13 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná - 2006

Mesorregião e Microrregião Geográfica	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)					Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)				
	Total	Não familiar	Não familiar %	Agricultura familiar	Agricultura familiar %	Total	Não familiar	Não familiar %	Agricultura familiar	Agricultura familiar %
Oeste Paranaense - PR	53217	9467	17,79	43750	82,21	1732389	1083969	62,57	648420	37,43
Toledo - PR	24486	3879	15,84	20607	84,16	720601	403064	55,93	317537	44,07
Cascavel - PR	18102	3537	19,54	14565	80,46	703964	489252	69,50	214711	30,50
Foz do Iguaçu - PR	10629	2051	19,30	8578	80,70	307825	191653	62,26	116172	37,74

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Em relação à área dos estabelecimentos, constata-se que há uma concentração de terras em mãos dos produtores não familiares. Na mesorregião Oeste, 17,79% de agricultores não familiares ocupam 62,57% da área total dos estabelecimentos; em Toledo os 15,84% desta categoria ocupam 55,93% do total da área e em Foz do Iguaçu, os não familiares possuem 62,26% de todo espaço produtivo agrícola. Cascavel é a região com maior concentração entre as duas categorias, mas ainda assim os 19,54% de estabelecimentos não familiares ocupam 69,5% de toda a área destinada à agricultura.

Uma consideração importante em prol da agricultura familiar é a sua capacidade de ocupação de pessoas. A partir de dados disponibilizados pelo IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, e considerando a totalidade de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias na

mesorregião Oeste do Paraná, a Tabela 14 apresenta os valores absolutos e os percentuais comparando o percentual de pessoas ocupadas na agricultura familiar e não familiar.

Tabela 14 - Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias na agricultura na mesorregião Oeste do Estado do Paraná – 2006.

Mesorregião e Microrregião Geográfica	Total	Não familiar	Não familiar %	Agricultura familiar	Agricultura familiar %
Oeste Paranaense - PR	147234	33616	22,83	113618	77,17
Toledo - PR	65788	14627	22,23	51161	77,77
Cascavel - PR	52261	11745	22,47	40516	77,53
Foz do Iguaçu - PR	29185	7244	24,82	21941	75,18

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Destaca-se que os resultados do Censo Agropecuário de 2006 apontam um contingente de 113.618 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários da mesorregião Oeste do Paraná na agricultura familiar, representando 77,17% das pessoas ocupadas na totalidade dos estabelecimentos agrícolas.

Quando analisadas as microrregiões individualmente, observa-se uma uniformidade no percentual de ocupação, tendo em vista a ocupação familiar e não familiar.

Quando avaliada a participação por microrregião no total de ocupação na agricultura familiar, nota-se que a de Toledo tem a maior parcela, pois a agricultura familiar ocupa 45,03% das pessoas nos estabelecimentos familiares, seguida por Cascavel e Foz do Iguaçu (Tabela 15).

Tabela 15 - Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias na agricultura familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná – 2006.

Mesorregião e Microrregião Geográfica	Agricultura familiar	Agricultura familiar %
Oeste Paranaense - PR	113618	100%
Toledo - PR	51161	45.03%
Cascavel - PR	40516	35.66%
Foz do Iguaçu - PR	21941	19.31%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Quanto à distribuição de terras no contexto dos agricultores familiares, a Tabela 16 mostra que as unidades com menos de 5 hectares correspondiam por 28,35% da área total dos estabelecimentos em 2006, abaixo, por exemplo, da participação de Foz do Iguaçu, a qual apresentava um número relativamente alto de pequenas propriedades, 33,74% de estabelecimentos com menos de 5 hectares.

Um dado importante a ser colocado em evidência é a predominância na mesorregião das propriedades de 5 a 20 hectares, perfazendo uma média de 45,35% dos estabelecimentos.

Tabela 16 - Distribuição da terra dos agricultores familiares (%) na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Microrregião	Menos de 5 ha	De 5 a menos 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	Mais de 100 ha	Produtor sem área
Oeste Paranaense - PR	28.35%	45.35%	21.07%	4.03%	0.01%	1.19%
Toledo - PR	25.54%	46.25%	22.74%	4.27%	0.01%	1.19%
Cascavel - PR	29.15%	45.00%	20.47%	4.07%	0.01%	1.30%
Foz do Iguaçu - PR	33.74%	43.77%	18.06%	3.40%	0.01%	1.01%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Em contrapartida, o estrato que incorpora as unidades de mais de 100 hectares não tem representatividade no quesito agricultura familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná.

Na continuidade, a Tabela 17 apresenta as condições dos produtores em relação às terras na agricultura familiar em que atuam.

Tabela 17 - Número e área dos estabelecimentos agrícolas, por condição do produtor em relação às terras, na agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Mesorregião	Agricultura	Total	Proprietário	Assentado			Ocupante	Produtor sem área
				sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro		
Paraná	Não familiar	18,39	15,52	0,31	1,22	0,34	0,78	0,22
	Agricultura familiar	81,61	64,77	3,08	5,70	1,78	4,11	2,16
Oeste Paranaense - PR	Não familiar	17,79	14,53	0,18	1,19	0,45	1,29	0,14
	Agricultura familiar	82,21	66,12	2,17	6,42	2,72	3,81	0,98
Toledo - PR	Não familiar	15,84	13,43	0,09	1,07	0,65	0,51	0,09
	Agricultura familiar	84,16	69,55	0,71	6,67	4,15	2,07	1,00
Cascavel - PR	Não familiar	19,54	15,01	0,37	1,19	0,24	2,46	0,25
	Agricultura familiar	80,46	61,55	3,29	6,91	1,13	6,54	1,04
Foz do Iguaçu - PR	Não familiar	19,30	16,25	0,08	1,45	0,37	1,09	0,06
	Agricultura familiar	80,70	65,99	3,61	5,01	2,12	3,15	0,82

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Observa-se que a expressiva maioria dos produtores são proprietários dos estabelecimentos, representando no Estado do Paraná 64,77%, enquanto na mesorregião Oeste 66,12% são estabelecimentos próprios (Tabela 17).

Em relação ao total da área dos estabelecimentos agropecuários existentes nas microrregiões do Oeste do Estado do Paraná, vale salientar que 37,43% pertencem aos agricultores familiares. Na microrregião de Toledo, este percentual é de 44,07%, em Cascavel 30,5% e em Foz do Iguaçu 37,74% (Tabela 13).

Como a grande maioria dos estabelecimentos da mesorregião Oeste do Paraná pertencem aos agricultores familiares, procurou-se verificar as formas de aquisição dos mesmos à suas propriedades, bem como há quanto tempo atuam no estabelecimento. Os resultados estão demonstrados na Tabela 18.

Tabela 18 - Forma de obtenção das terras na agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Forma de obtenção das terras	Oeste Paranaense - PR		Toledo - PR		Cascavel - PR		Foz do Iguaçu - PR	
	Agricultura familiar	Agricultura familiar %	Agricultura familiar	Agricultura familiar %	Agricultura familiar	Agricultura familiar %	Agricultura familiar	Agricultura familiar %
Total	36343	82,27	17204	83,86	11739	80,82	7400	81,00
Compra de particular	27065	61,27	13288	64,78	8632	59,43	5145	56,32
Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	613	1,39	192	0,94	123	0,85	298	3,26
Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	1481	3,35	207	1,01	796	5,48	478	5,23
Herança	8775	19,86	4725	23,03	2275	15,66	1775	19,43
Doação particular	668	1,51	387	1,89	98	0,67	183	2,00
Usucapião	78	0,18	23	0,11	40	0,28	15	0,16
Outra forma	555	1,26	193	0,94	293	2,02	69	0,76

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

De acordo com os dados informados pelo Censo Agropecuário de 2006, as principais formas de acesso à terra, por parte dos agricultores familiares, são a compra de particulares e a herança. É interessante observar como o crédito fundiário e as opções de reforma agrária ou reassentamento correspondem a percentuais pequenos, com pouca representatividade no que concerne à forma de obtenção das terras.

Diante do fato de que grande parcela dos agricultores familiares na mesorregião Oeste do Paraná adquiriram as terras dos estabelecimentos em que atuam por meio da compra ou herança, torna-se relevante verificar a quanto tempo estes estabelecimentos estão sob a direção desses agricultores familiares, o que é demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19 - Tempo em que o estabelecimento familiar está sob a direção do produtor na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Produtores na direção dos trabalhos	Oeste Paranaense - PR	Toledo - PR	Cascavel - PR	Foz do Iguaçu - PR
Total	82,21	84,16	80,46	80,70
Menos de 1 ano	1,98	1,55	1,78	3,29
De 1 a menos de 5 anos	15,07	14,24	16,29	14,93
De 5 a menos de 10 anos	15,09	13,49	16,89	15,72
De 10 anos a mais	50,07	54,88	45,50	46,76

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

A maior parte dos agricultores familiares está na direção do estabelecimento há mais de 10 anos, sendo que, na microrregião de Toledo, há o maior percentual de agricultores nessas condições, se comparados os números das demais microrregiões (Tabela 19).

Na análise da caracterização dos agricultores familiares da mesorregião Oeste do Estado do Paraná em relação às atividades agropecuárias praticadas, fica evidente que, entre as possibilidades de produção existentes no estabelecimento, a produção vegetal tem maior representatividade percentual em comparação à animal e agroindustrial.

Pelos dados analisados, cabe ressaltar que na mesorregião Oeste do Paraná a produção vegetal da agricultura familiar é destaque. Tem uma participação de valor de produção correspondente a 26,63% na mesorregião, com destaque para a microrregião de Toledo e Foz do Iguaçu, conforme mostra a Tabela 20. Vale ressaltar que a agricultura não familiar é a responsável pelo restante do valor produzido.

Tabela 20 - Participação percentual dos estabelecimentos agropecuários e valor de produção nos tipos de produção na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Mesorregião e Microrregião Geográfica	Tipo de Produção	% Estabelecimento	% Valor da Produção
Oeste Paranaense - PR	Total	81,99	48,32
	Animal	56,74	21,48
	Vegetal	74,30	26,63
	Agroindústria	1,09	0,03
Toledo - PR	Total	84,04	53,19
	Animal	53,93	25,70
	Vegetal	77,32	27,34
	Agroindústria	1,19	0,02
Cascavel - PR	Total	80,12	41,77
	Animal	57,72	16,39
	Vegetal	71,57	25,17
	Agroindústria	0,71	0,02
Foz do Iguaçu - PR	Total	80,35	46,25
	Animal	61,67	18,70
	Vegetal	71,83	27,22
	Agroindústria	1,50	0,05

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Em relação à agroindustrialização na agricultura familiar, percebe-se um percentual de participação muito baixo, o que reflete baixíssima participação no valor de produção, isso no contexto de legalização. Na comparação entre as três microrregiões, Foz do Iguaçu apresenta o maior percentual de participação (1,5% dos estabelecimentos e 0,05% do valor da produção total), enquanto em Toledo e Cascavel o valor de produção corresponde à 0,02%.

Esses valores permitem entender que os agricultores familiares não têm agregado valor aos seus produtos via agroindustrialização ou não formalizaram esta atividade, mesmo tendo grande diversificação nas propriedades rurais.

A produção vegetal na mesorregião Oeste paranaense é responsável pelo maior volume da produção agropecuária; está distribuída em lavouras permanentes, lavouras temporárias, horticultura, silvicultura ou floricultura e extração vegetal (Tabela 21).

Pelos resultados dos valores da produção vegetal por tipo de produção desagregada, infere-se que é nas atividades de lavoura temporária que os agricultores familiares auferem o maior valor da produção.

Tabela 21 - Participação percentual da produção de origem vegetal nas atividades agropecuárias da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Tipo de produção	Oeste Paranaense - PR		Toledo - PR		Cascavel - PR		Foz do Iguaçu - PR	
	% estab.	% Valor da Produção	% estab.	% Valor da Produção	% estab.	% Valor da Produção	% estab.	% Valor da Produção
Vegetal	74,30	26,63	77,32	27,34	71,57	25,17	71,83	27,22
Vegetal - lavouras permanentes	3,34	1,22	3,70	1,24	3,54	1,75	2,16	0,22
Vegetal - lavouras temporárias	66,21	24,38	69,97	25,75	63,28	21,64	62,35	25,39
Vegetal - horticultura	35,87	0,90	33,83	0,30	35,07	1,61	42,00	1,36
Vegetal - floricultura	0,14	0,04	0,09	0,01	0,23	0,04	0,12	0,10
Vegetal - silvicultura	2,17	0,07	1,20	0,04	3,28	0,09	2,57	0,14
Vegetal - extração vegetal	0,60	0,02	0,25	0,00	1,38	0,04	0,14	0,01

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Com os dados apresentados, ressalta-se que as lavouras temporárias constituem uma importante variável nas atividades exercidas na agricultura familiar, onde o milho e a soja em grãos compõem o maior valor de produção.

Das culturas analisadas, além do milho e soja, também fazem parte da produção agrícola familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná: arroz, cana-de-açúcar, feijão preto, fumo, mandioca e trigo em grão (Tabela 22).

Tabela 22 - Participação percentual do valor de produção de produtos da lavoura temporária da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Produtos da lavoura temporária	Oeste Paranaense - PR	Toledo - PR	Cascavel - PR	Foz do Iguaçu - PR
Arroz em casca	0,03	0,02	0,06	0,01
Cana-de-açúcar	0,09	0,02	0,15	0,20
Feijão preto em grão	0,15	0,03	0,39	0,07
Fumo em folha seca	1,87	1,14	2,29	3,07
Mandioca (aipim, macaxeira)	1,51	1,60	0,95	2,14
Milho em grão	11,79	13,29	9,86	10,96
Soja em grão	19,19	20,17	19,07	16,85
Trigo em grão	1,62	1,96	1,30	1,23

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Em relação ao Valor Bruto da Produção Animal (VBA), entre as três microrregiões avaliadas, a de Toledo concentra a maior participação da produção animal no valor total da produção agropecuária da agricultura familiar; Cascavel tem a menor participação no valor dessa produção (Tabela 23).

Tabela 23 - Distribuição do valor da produção de origem animal, nas atividades agropecuárias praticadas pela agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Tipo de produção	Oeste Paranaense - PR		Toledo - PR		Cascavel - PR		Foz do Iguaçu - PR	
	% estab.	% Valor da Produção	% estab.	% Valor da Produção	% estab.	% Valor da Produção	% estab.	% Valor da Produção
Animal	56,74	21,48	53,93	25,70	57,72	16,39	61,67	18,70
Animal - de grande porte	45,70	6,73	43,98	6,84	44,56	5,98	51,64	7,76
Animal - de médio porte	25,53	6,68	26,25	9,97	23,33	3,14	27,56	3,72
Animal - aves	39,13	7,69	38,15	8,63	37,78	6,89	43,69	6,44
Animal - pequenos animais	5,84	0,39	6,09	0,26	5,11	0,38	6,50	0,78

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

A mesorregião Oeste do Paraná tem nos animais de grande porte uma participação elevada junto aos estabelecimentos familiares, visto que 45,7% das propriedades possuem animal de grande porte. O segundo maior percentual representativo é com atividades relacionadas às aves, seguido da produção de animais de médio porte, com destaque à suinocultura (Tabela 23).

Porém, quando avaliado em participação no valor de produção, as aves têm destaque na mesorregião Oeste (7,69%), onde a microrregião de Toledo apresenta o melhor indicador (8,63%). O animal de médio porte é destaque também na microrregião de Toledo.

Em suma, a mesorregião Oeste tem a melhor participação no valor de produção com as aves. Toledo se destaca na criação de animais de médio porte, no caso, a suinocultura. Cascavel se destaca na produção de aves, e Foz do Iguaçu representa com o valor advindo da produção de animais de grande porte, com destaque na produção de gado leiteiro.

4.4 Tecnologia e Produtividade nos Estabelecimentos Familiares na Mesorregião Oeste do Paraná

Com o advento da modernização agrícola, a utilização de tecnologias⁷ se tornou forte aliado do setor agropecuário em termos de produtividade agrícola, alavancando também os estabelecimentos familiares.

A partir da década de 1960, inicia-se o processo de modernização da agricultura brasileira, tendo como base um pacote tecnológico voltado para a produção de grãos, especialmente soja, trigo e milho, o que interferiu diretamente na forma de produção das propriedades agrícolas.

Nesse sentido, avaliar como a tecnologia interferiu nos estabelecimentos familiares irá trazer uma visão de como essa interferência afetou o modo de produção agrícola dos produtores rurais, até mesmo porque a tecnologia é diretamente proporcional ao nível de produtividade na agricultura.

Relacionando a tecnologia com a produtividade, pode-se dizer que, mesmo que os agricultores familiares tenham menor área de terra e com isso menor capacidade de produção, a tecnologia concorre para potencializar a utilização da área e para torna-los competitivos e gerar maior renda para o estabelecimento, visto que, “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferentes técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUSTSKY, 1986, p. 87).

Portanto, o objetivo desta seção é verificar a adoção de tecnológicas incorporadas nos estabelecimentos familiares, bem como a produtividade das propriedades agrícolas familiares da mesorregião Oeste do Paraná.

A capacidade de adaptação à inserção de tecnologias na agricultura familiar tem como característica, segundo Guanzioli *et al.* (2012, p. 16-17) o fato de que “os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente, podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial”.

⁷ “Tecnologia é um termo utilizado para englobar uma ampla variedade de mudanças técnicas e nos modelos de produção” (VASCONCELOS; GARCIA, 2005, p.12).

A seguir serão apresentados valores representativos referentes à utilização de tecnologia nos estabelecimentos familiares.

Os dados da Tabela 24 mostram a proporção de estabelecimentos familiares que utilizam itens relacionados à modernização da agricultura, aqui elencados como assistência técnica, estabelecimentos associados às cooperativas, a utilização de energia elétrica, uso de força animal, mecânica ou manual, bem como o uso de irrigação, além de adubos e corretivos.

Tabela 24 - Percentual dos estabelecimentos familiares que utilizam componentes relativos à modernização da agricultura na Mesorregião Oeste – 2006.

Variável	Paraná	Oeste Paranaense - PR	Toledo - PR	Cascavel - PR	Foz do Iguaçu - PR
Utilização de Assistência Técnica	17,70	30,93	34,33	28,78	26,77
Associado à Cooperativa	33,66	42,34	49,13	34,90	39,36
Utilização de Energia Elétrica	81,61	82,21	84,16	80,46	80,70
Uso de Força Animal	16,10	5,15	2,74	8,84	4,42
Uso de Força Mecânica	28,45	50,56	60,66	40,24	44,90
Uso de Força Manual	25,28	17,86	13,23	22,02	21,42
Usa irrigação	77,83	78,06	80,63	79,15	74,07
Usa adubos e Corretivos	48,23	59,45	66,54	52,17	55,52

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

A adoção de tecnologias na mesorregião Oeste é expressiva nos estabelecimentos familiares. Os índices demonstram como a mesorregião é avançada neste quesito, visto que todos os indicadores, salvo a utilização de força animal e manual, são maiores que a média do Estado do Paraná. Um dado muito interessante está relacionado à utilização de energia elétrica e ao uso de força mecânica nos estabelecimentos, demonstrando excelentes níveis de tecnologia. Ressalta-se que a Tabela 24 apresenta os indicadores dos estabelecimentos familiares.

Outro dado interessante a ser analisado é a variável generalizada “associado à cooperativa”. A mesorregião Oeste, que é destaque no agronegócio do Estado do Paraná, tem nas cooperativas agropecuárias e agroindustriais as grandes responsáveis pela comercialização da produção. Destaca-se a microrregião de Toledo, a qual tem mais de 49% dos produtores familiares associados a cooperativas.

Os dados apresentados na Tabela 25 mostram que a agricultura familiar, ao somar o valor de todos os produtos que produz numa certa área (VBP/área total do estabelecimento), obtém, em média, um VBP por hectare de R\$ 1,55, valor maior que o não familiar, R\$ 0,91, dados do censo de 2006.

Com esse resultado pode-se afirmar que os agricultores familiares fazem uso intensivo da terra, podendo explorar com eficiência o estabelecimento que possuem.

Tabela 25 - Produtividade (R\$) por hectare entre familiares e não familiares na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Valor Bruto/Área Familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Paraná	1,09	0,91	1,55
Oeste Paranaense - PR	1,63	1,35	2,11
Toledo - PR	1,97	1,65	2,38
Cascavel - PR	1,28	1,07	1,75
Foz do Iguaçu - PR	1,65	1,42	2,02

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

O fator limitador aos agricultores não familiares é a questão da disponibilização da mão de obra, que por conta disso é utilizada de forma mais intensiva (Tabela 26). Os dados do censo agropecuário mostram que os rendimentos extraídos em termos de valor da produção por pessoa ocupada na agricultura confere aos agricultores não familiares um resultado relativamente maior que dos familiares no Estado do Paraná; a mesorregião Oeste do Paraná assemelha-se a este dado, com exceção de Cascavel que apresenta aproximadamente cinco vezes o valor (não familiar R\$ 44,6 e familiar R\$ 9,27).

Tabela 26 - Produtividade por total de pessoas ocupadas entre familiares e não familiares na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Valor Bruto/Pessoal Ocupado	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Paraná	14,98	30,39	8,43
Oeste Paranaense - PR	19,22	43,50	12,03
Toledo - PR	21,63	45,54	14,79
Cascavel - PR	17,21	44,60	9,27
Foz do Iguaçu - PR	17,36	37,59	10,68

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Outro ponto importante a ser verificado é o desempenho de cada categoria em relação ao uso do capital, ilustrado na Tabela 27.

Tabela 27 - Percentual de financiamento total recebido entre familiares e não familiares na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento (Percentual)	Paraná			Oeste Paranaense - PR			Toledo - PR			Cascavel - PR			Foz do Iguaçu - PR		
	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar
Total	100	17,81	82,19	100	18,68	81,32	100	18,41	81,59	100	19,08	80,92	100	18,7	81,3
Investimento	24,7	4,13	20,57	20,19	3,27	16,92	17,17	2,7	14,47	23,8	4,2	19,6	21,83	3,22	18,61
Custeio	80,17	14,61	65,56	84,2	16,29	67,91	86,16	16,3	69,86	81,93	16,05	65,88	83,04	16,63	66,41
Comercialização	0,49	0,14	0,35	0,62	0,07	0,55	0,18	0,07	0,1	0,26	0,11	0,15	2,19	0,02	2,17
Manutenção do estabelecimento	3,24	0,67	2,57	2,88	0,51	2,37	2,72	0,43	2,29	2,89	0,52	2,37	3,27	0,69	2,58

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Um fato que os dados apontam é que, indiscutivelmente, os estabelecimentos familiares utilizam mais financiamentos do que os estabelecimentos não familiares. A maior parte desses recursos é utilizada para custeio e em menor proporção para investimento. Esse dado mostra a importância dos programas sociais destinados ao agricultor familiar.

Quando avaliado o percentual de receitas obtidas nos estabelecimentos familiares (Tabela 28), verifica-se que as vindas de produtos de origem vegetal é mais relevante que a da animal. Destaca-se a participação da prestação de serviços para empresas integradoras.

Tabela 28 - Percentual de receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares e não familiares na Mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

% receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano	Produtos vegetais			Animais e seus produtos			Produtos da agroindústria			Prestação de serviço para empresas integradoras		
	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar	Total	Agr. não familiar	Agricultura familiar
Paraná	70,52	45,9	24,62	19,97	12,5	7,47	0,4	0,19	0,21	8,55	4,17	4,38
Oeste Paranaense - PR	56,19	31,62	24,57	21,29	11,41	9,88	0,26	0,06	0,2	21,38	9,05	12,33
Toledo - PR	55,03	29,26	25,77	21,14	11,3	9,84	0,22	0,06	0,16	22,77	6,16	16,6
Cascavel - PR	54,22	32,03	22,19	20,12	10,51	9,62	0,16	0,03	0,12	24,63	17,06	7,57
Foz do Iguaçu - PR	63,04	37,77	25,27	23,82	13,32	10,5	0,58	0,1	0,48	11,57	3,27	8,3

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

A microrregião de Toledo tem a maior representatividade de estabelecimentos familiares que prestam serviços para empresas integradoras, visto a força da produção animal (frango) na microrregião. Cascavel tem a menor representatividade, porém se destaca na produção vegetal.

Em suma, as análises apresentadas nesse capítulo sobre a agricultura familiar da mesorregião Oeste do Paraná procuraram apontar para a importância que a categoria tem no processo produtivo do Estado. Mesmo os estabelecimentos familiares apresentando dados de produção relevante, muitas vezes são alvos de críticas negativas subestimando-os diante dos grandes produtores. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam, no entanto, para uma resistência e manutenção de relevante participação efetiva da agricultura familiar nas atividades agropecuárias da região (IBGE, 2009).

Essa importância se torna mais evidente quando analisados e comprovados os percentuais de estabelecimentos que estão em mãos dos agricultores familiares bem como o percentual de pessoas ocupadas na agricultura familiar. São elementos que lhes asseguram o papel de agentes importantes na promoção do desenvolvimento rural.

5 SISTEMA DE INTEGRAÇÃO COOPERATIVO E POBREZA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA MESORREGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ

O cooperativismo serve como um modelo organizado que busca viabilizar o escoamento e a realização comercial da produção dos seus associados. É uma ferramenta essencial para viabilizar a manutenção dos agricultores familiares no sistema produtivo do país, inserindo-os nas principais cadeias produtivas e valorizando a produção dos estabelecimentos familiares.

Esse modelo tem como característica a inserção dos agricultores nos meios econômicos. Para Frantz (1999, p. 59), o cooperativismo “é algo construído, inacabado, dinâmico, submetido a interesses. É um espaço entrecruzado de poder técnico e de poder político, no qual atuam os seus agentes e que é produzido a partir do conhecimento dessa dupla dimensão e relação”.

Portanto, fazem parte de uma organização cooperativa questões sociais, políticas e culturais, originando a caracterização associativa.

Frantz (2006, p. 12) aponta que o cooperativismo moderno é constituído com base nas reações que surgem diante das dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, diante do dinamismo e regras impostas pelo mercado, ou seja, segundo o autor “frente à lógica da acumulação do capital”.

Essas reações que resultam da necessidade de organização cooperativa dos agricultores impulsionam o desenvolvimento local da região, visto que visam seu fortalecimento através da busca pelos objetivos e resultados, almejando a eficiência econômica (FRANTZ, 2003).

Dessa forma, um papel que torna o cooperativismo uma referência para a agricultura familiar é enfrentar as adversidades que os agricultores encontram, bem como fortalecer as práticas comerciais e melhorar as atividades produtivas, sempre com foco na eficiência financeira do estabelecimento.

Isso porque a ideologia do contexto cooperativo tem como foco unir as forças e buscar benefícios a todos os envolvidos, oportunizando ao agricultor a inserção de sua produção no mercado.

A estrutura de uma cooperativa é regida por uma legislação específica, a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, o que a diferencia dos demais tipos de sociedades.

De acordo com o art. 4º da Lei Federal Nº 5.764/71, as características do cooperativismo são:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I. Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II. Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III. Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV. Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V. Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI. Quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII. Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII. Indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX. Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X. Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI. Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A própria Lei 5.764/71, em seu art. 79, define atos cooperativos: “são praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais”.

Portanto, o conceito legal, conforme divulgado pela OCEPAR (2016), é que o cooperativismo é um tipo de sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, sem receita própria, regulada por lei especial e que se destina unicamente à prestação direta de serviços aos

associados, em cujo âmbito o cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário do “empreendimento”.

Outro benefício da organização cooperativa que vale ser destacado é o da vantagem de propiciar melhor coordenação de todo um sistema agroindustrial diante do cenário competitivo atual do mercado. Segundo Farina (1997, p. 158):

(...) a competitividade ganhou o centro das atenções devido à crescente integração dos mercados. Neste contexto, a regulamentação dos negócios privados e as políticas de concorrência passam a ter um novo papel: promover a cooperação e, ao mesmo tempo, estimular a concorrência. As proposições normativas para regulamentação continuam a se basear na presença de falhas de mercado que podem levar a um nível de competitividade inferior quando comparado a uma solução cooperativa.

Vale destacar que, no Brasil, dos mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais familiares, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), 34%, ou 1.793.026, foram identificados como associados à cooperativas, demonstrando a importância desse sistema para o agricultor familiar. Porém não se pode colocar o cooperativismo como a única forma de viabilização e manutenção do agricultor familiar no meio rural. É, no entanto, uma das formas mais eficientes para que a agricultura familiar participe com competência do sistema de produção do país.

Diante dessa importância do cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar, o presente capítulo pretende avaliar a participação das cooperativas na mesorregião Oeste do Estado do Paraná, passando pelo contexto histórico do cooperativismo, bem como o seu desenvolvimento nesta região, para assim avaliar o processo de seleção do cooperativismo junto ao agricultor familiar.

Com base a premissa da importância do cooperativismo para à agricultura familiar, é pertinente caracterizar a evolução do cooperativismo e sua relação com o desenvolvimento da mesorregião Oeste do Paraná. Isto dará sustentação para verificar a seleção desse processo para essa modalidade agrícola. Para tal fim foram utilizados dados do Censo Agropecuário de 2006, divulgado pelo IBGE em 2009. Também foram consultados dados da OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná) e IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

5.1 Evolução do cooperativismo

O cooperativismo foi um movimento que surgiu com o objetivo de defender os trabalhadores da precarização das relações de trabalho ocasionadas pelo modo de produção capitalista. O cooperativismo é constituído em base ao conceito que estabelece correlação entre as definições do capital humano, social e empresarial, que são esteios fundamentais para a promoção do desenvolvimento.

Nesse contexto histórico mais amplo, o movimento cooperativista surgiu em 1844, derivado de um movimento organizado por um grupo de tecelões ingleses do distrito de Lancashire, fundou-se uma cooperativa de consumo denominada *Rochdale Society of Equitable Pionners*, cujo objetivo fundamental era melhorar as condições de vida dos seus filiados (PINHO, 1982).

Segundo Pinho (1982, p. 23):

(...)o movimento surge em oposição às consequências do liberalismo econômico, decorrentes da Revolução Industrial, ambiente este que inspirou os socialistas utópicos franceses e ingleses, (...) nasceram, simultaneamente, da utopia e do desejo da massa trabalhadora de superar a miséria pelos próprios meios.

Atualmente um dos pontos que se destaca no sistema cooperativo é ser um sistema que viabiliza a organização da produção e da comercialização que propõe a valorização da produção dos estabelecimentos, através da utilização e do emprego da mão de obra disponível de seus associados. Esse sistema busca a melhor alternativa para viabilizar os recursos produtivos disponíveis nos estabelecimentos, incluindo aqui os agricultores familiares. Portanto, o cooperativismo pode ser considerado como um fator de estratégia competitiva que trará as alternativas de viabilização e permanência dos estabelecimentos familiares nos mercados estruturados.

Confirmando a força do cooperativismo, tem-se na atualidade uma forte atuação cooperativista na produção e distribuição de mercadorias. Em sua natureza as cooperativas podem ser classificadas como: agropecuária, consumo, crédito, transporte, educação, bancos, seguros, habitação, pesca e toda ordem de serviços. É um sistema permitido e respeitado pela esfera pública, não encontrando nenhuma barreira ideológica, pois, não há questionamentos

sobre sua contribuição para auxiliar o desenvolvimento social. Com base nisso, afirma-se, categoricamente, que existem cooperativas em todo o cenário mundial.

Portanto, uma das razões da existência do sistema cooperativo é a viabilidade econômica e financeira dos estabelecimentos dos seus associados, não necessariamente da empresa cooperativa, a qual serve como instrumento para inserção das atividades produtivas junto ao mercado.

O benefício atribuído pela cooperação surge de uma ação econômica advinda de uma metodologia eficiente de organização empresarial e econômica, contra as externalidades, proporcionando ganhos aparentes, principalmente no bem-estar dos indivíduos ou grupos em determinadas situações no mercado, consolidando-se por meio de relações estáveis de associações de diversos graus (BIALOSKORSKI NETO, 2012, p. 15).

Ressalta-se que o cooperativismo é um sistema de organização de pessoas com fins econômicos e sociais. Schallenberger (2008) afirma que os migrantes do sul do Brasil já eram portadores de uma cultura e de um capital social associativista/cooperativista.

Para o autor “os imigrantes foram acompanhados por alguns religiosos, que desenvolveram junto a eles uma ação social, da qual resultou a organização de comunidades, associações, cooperativas e entidades assistenciais” (SCHALLENBERGER, 2008, p. 213).

Portanto, diante das dificuldades de comercialização dos seus produtos e em função da precariedade da infraestrutura para a produção, comercialização e aquisição de bens móveis e imóveis, os imigrantes viram-se forçados a unir esforços, estimular a poupança para poderem garantir a subsistência e fazer qualquer investimento, seja privado ou comunitário.

Em suma, o autor aponta as formas que podem ser entendidas num processo de associativismo:

(...) a necessidade da inserção social e da continuidade enquanto sujeito e grupo social, o que implicava a ação prospectiva de construção, de defesa e de valorização do espaço econômico; a necessidade de busca de pertencimento a uma unidade de referência sociocultural, na qual as representações e as práticas culturais pudessem se alimentar de sentido; a necessidade da ajuda mútua e da autoproteção enquanto grupo étnico, o que implicava atividades assistenciais e ações políticas de representação e de autodefesa (SCHALLENBERGER, 2009, p. 212).

Vieira (2005) acrescenta a informação de que a imigração de europeus e japoneses, entre as grandes guerras do século passado, contribuiu para o desenvolvimento de cooperativas no centro-sul do Brasil em razão da experiência dos imigrantes neste tipo de organização. Este fato pode explicar a representatividade do número de cooperativas no Sudeste e Sul (60%) em relação ao restante do país.

Em suma, o sistema cooperativo pode ser um importante instrumento para promover melhores condições de geração de renda que tornam os estabelecimentos rurais viáveis. Inegavelmente, esse sistema pode ser um agente promotor de melhores condições de vida para seus associados, potencializando o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas, visto que o sistema cooperativista agroindustrial está relacionado diretamente com a produção e o desenvolvimento dos estabelecimentos locais.

De acordo com Singer (1998, p.39), o caráter coletivo do cooperativismo “fortalece os processos de construção do poder comunitário, uma vez que os efeitos das iniciativas econômicas populares podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política”.

A cooperativa pode estabelecer um ambiente marcado e definido pelas afinidades e interesses dos cooperados. Esses interesses podem tornar a cooperativa um importante instrumento propiciador do desenvolvimento local e, em consequência, contribuir para a eficiência e o desenvolvimento das regiões, tanto na esfera econômica quanto social.

5.2 Cooperativismo e Desenvolvimento na Mesorregião Oeste do Paraná

De acordo com a OCEPAR (2004), ocorreram muitos movimentos cooperativos dos mais diversos ramos no Estado do Paraná. O cooperativismo surgiu no Estado também sob a influência de imigrantes europeus. Estes organizavam estruturas de compra e venda em comum, que serviram também para suprir as necessidades de lazer e educação.

Vale ressaltar o fato de que o Estado do Paraná apresenta percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos do Brasil e da região Sul, ambos com 84,4%.

A constituição dos segmentos industriais, principalmente a jusante do setor e através de organizações de cooperativas, bem como a importância das exportações

primárias, definiram a dinâmica da economia regional e sua articulação às economias estadual, nacional e mundial (IPARDES, 2004, p. 69).

Com o investimento do governo junto à agricultura, via crédito subsidiado, potencializou-se o processo de inserção de tecnologia nos espaços rurais, modernizando a agricultura e impulsionando a geração das agroindústrias e cooperativas na região Oeste paranaense.

Diante desse cenário, pode-se afirmar que o Estado do Paraná tem um papel de destaque no cenário nacional do cooperativismo. Além de ser o maior empregador, com 79.241 empregos diretos e mais de 2,2 milhões de postos de trabalho indiretos em 2014, o Estado está entre os que possuem maior número de cooperados, com 1,08 milhão (OCEPAR, 2015).

Outro fator relevante, de acordo com a OCEPAR (2015), é que o Estado apresentou o maior crescimento econômico dentro do cooperativismo nacional, visto que em 2009 obteve uma movimentação econômica na ordem de R\$ 25,06 bilhões e, em 2014, chegou a R\$ 50,51 bilhões, ou seja, um crescimento de 100% em um período de cinco anos. Desse volume, mais de 85% é de responsabilidade do cooperativismo agropecuário.

Em relação à região Oeste do Paraná, segundo dados da OCEPAR (2015) as cooperativas agropecuárias caminharam na contramão de outros setores da economia, uma vez que as quatorze cooperativas agropecuárias da região apresentaram crescimento de 19,5% em 2015 com perspectiva de crescimento na faixa de 10% para o ano de 2016. O faturamento total, em 2015, foi de R\$ 18,6 bilhões, segundo dados OCEPAR (2015), ou seja, juntas essas cooperativas representam 48% do Produto Interno Bruto (PIB) do cooperativismo paranaense e 50% dos postos de trabalho regionais.

Mesmo com esse desempenho das cooperativas no Estado do Paraná, há que se destacar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores em relação a técnicas e aumento da produção para viabilizar a sua propriedade.

O pequeno produtor rural tem a opção de comercializar sua produção ao preço estabelecido pelos comerciantes ou pelas cooperativas. Se a comercialização do produto for feita através de um sistema cooperativista, a tendência de se conseguir um preço melhor é notória, além de que não haverá intermediários. Por esta razão, o cooperativismo fortalece a permanência dos produtores no campo.

Nesse sentido, se é possível afirmar que a cooperativa é um importante instrumentos para a geração de riqueza no cenário agrícola, com toda a produção de riquezas que

representa, o cooperativismo é o caminho para dar suporte ao produtor para a comercialização da produção, ainda os estabelecimentos familiares têm pouca representatividade no sistema.

Mesmo que o empreendimento cooperativista seja considerado uma forma organizacional que propicia uma série de vantagens, tanto para produtores rurais como para a sociedade em que o mesmo se localiza, não se pode generalizar esses efeitos se considerado o resultado em número de estabelecimentos associados. De acordo com os dados apresentados na Tabela 29, a mesorregião Oeste, uma das principais referências do agronegócio no Estado, possui apenas 40,70% dos estabelecimentos familiares associados à cooperativas, sendo que a microrregião de Toledo tem um indicador maior, com 50,16%, e a microrregião de Cascavel, com apenas, 28,62% .

Tabela 29 - Cooperativas agropecuárias e estabelecimentos familiares associados em cooperativas na mesorregião Oeste do Estado do Paraná – 2006.

Região	Quantidade Cooperativas	%	Estabelecimentos familiares associados	%
Paraná	74	33,64%	54333	17,52
Oeste do Paraná	14	18,92%	17808	38,31
Toledo	6	42,86%	10337	47,57
Cascavel	5	35,71%	4169	26,46
Foz do Iguaçu	3	21,43%	3302	36,67

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006 e OCEPAR, 2015.

Essa participação pode ser evidenciada a partir de alguns fatores, como: o tamanho das propriedades e a concorrência de grandes empresas agroindustriais que trabalham de forma integrada com os pequenos produtores. Mesmo assim, se analisado o papel do cooperativismo como instituição fundamental para os produtores, é baixa a participação dos estabelecimentos, fator de interesse nessa pesquisa.

Os dados da Tabela 30 apresentam a comparação entre estabelecimentos familiares e não familiares associados às cooperativas. Do total de estabelecimentos familiares no Oeste Paranaense, 17,94% são associados. Porém um dado bem relevante é a participação da mesorregião que ultrapassa a média do Estado, pois 40,7% dos estabelecimentos familiares

são associados. Todos os indicadores de participação mostram que a agricultura familiar se utiliza mais do cooperativismo do que os estabelecimentos não familiares, visto que a média dos estabelecimentos não familiares associados na mesorregião Oeste é de 24,66%.

Tabela 30 - Estabelecimentos familiares e não familiares associados a cooperativas na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Região	Estabelecimentos não familiares		Estabelecimentos familiares		Estabelecimentos não familiares associados		Estabelecimentos familiares associados	
Paraná	68235	18,39%	302828	81,61%	11782	17,27%	54333	17,94%
Oeste do Paraná	9467	17,79%	43750	82,21%	2335	24,66%	17808	40,70%
Toledo	3879	15,84%	20607	84,16%	1217	31,37%	10337	50,16%
Cascavel	3537	19,54%	14565	80,46%	675	19,08%	4169	28,62%
Foz do Iguaçu	2051	19,30%	8578	80,70%	443	21,60%	3302	38,49%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

A participação dos agricultores em associações, cooperativas e outras entidades é apresentada na Tabela 31. A organização dos agricultores familiares por meio dessas instituições atinge 57,83% dos estabelecimentos da mesorregião Oeste. Mesmo assim, tem-se um elevado número de estabelecimentos não associados, os quais somam 42,17%, conforme apontam os dados.

Tabela 31 - Estabelecimentos familiares associados a cooperativas, entidades de classes, associações e sindicatos na mesorregião Oeste do Paraná - 2006.

Região	Associado: cooperativa, entidades de classes, associações, sindicatos	Estabelecimentos familiares		Estabelecimentos não familiares	
		Quant.	%	Quant.	%
Paraná	Associado	124888	41,24	33127	48,55
	Não associado	177940	58,76	35108	51,45
Oeste Paranaense - PR	Associado	22533	51,5	5475	57,83
	Não associado	21217	48,5	3992	42,17
Toledo - PR	Associado	12031	58,38	2516	64,86
	Não associado	8576	41,62	1363	35,14
Cascavel - PR	Associado	6318	43,38	1844	52,13
	Não associado	8247	56,62	1693	47,87
Foz do Iguaçu - PR	Associado	4184	48,78	1115	54,36
	Não associado	4394	51,22	936	45,64

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Com base nos dados apresentados surge o problema em questão: como os setores cooperativista ou associativista podem ser fatores de importância para os produtores familiares, uma vez que existe uma parte significativa, 59,3%, dos estabelecimentos familiares da mesorregião Oeste que não têm esse mecanismo como referência?

Esse desinteresse pode ser evidenciado pelos objetivos puramente econômicos e empresariais, os quais, muitas vezes, podem afastar produtores familiares, o que já foi constatado por Rios (1989, p. 125):

(...) a relação entre cooperativa e agricultores se configura unicamente como intermediadora entre plantio e comercialização, limitando a sua importância apenas nas chances de obtenção de maiores lucros que as cooperativas possibilitam aos produtores rurais, seja no momento da colocação dos produtos da agricultura no mercado, seja na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços.

Vale ressaltar a importância das entidades representativas dos agricultores familiares para o fortalecimento das propriedades, visto que grande parte das políticas públicas em prol

da agricultura estão atreladas às ações proporcionadas pelas cooperativas, associações e entidades, as quais auxiliam no desenvolvimento e sustentação desses estabelecimentos.

A cooperativa é um agente ativo no processo de integração do setor produtivo junto ao mercado, visto que a mesma tem possibilidades de desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico através da mediação e articulação que exerce entre os diferentes agentes econômicos. Assim, teoricamente, contribuem para a sustentação da cooperação e da solidariedade os pressupostos básicos de sua formação. Além do mais, representam a construção de referências, de encontros de interesse dos sujeitos sociais e das organizações sociais e produtivas.

Nesse cenário, entra o cooperativismo, movimento que deve propiciar aos estabelecimentos a melhor oportunidade de mercado para potencializar a geração de renda para os produtores familiares, uma vez que seus associados são os proprietários da cooperativa.

Nesse sentido, indicadores relacionados ao grau de especialização e inserção no mercado são essenciais para se analisar e compreender as estratégias e perspectivas de sustentabilidade, bem como a evolução dos estabelecimentos familiares. Esses dados auxiliam os agricultores a enfrentarem as adversidades junto ao cenário agrícola em que estão inseridos.

Os agricultores familiares têm como aspiração reduzir os riscos econômicos e alimentares, valorizando a busca de sistemas diversificados para alocar seus recursos produtivos. Como exemplo disso é a produção de parte dos alimentos que consomem ou da matéria-prima utilizada no próprio estabelecimento. A diversificação e a produção para o autoconsumo são características históricas da agricultura familiar, pois significam garantia de subsistência da família.

Porém, a partir da modernização agrícola, o processo de produção dos estabelecimentos foi se ajustando a sua inserção no mercado, buscando melhorar as condições de escoamento do excesso de produção. Com este fato, as propriedades tiveram como opção potencializar o valor agregado e elevar o grau de especialização da produção. Isto alterou a dinâmica funcional da propriedade e contribuiu para a redução do empobrecimento em curso dos agricultores familiares.

Mesmo assim, 11,64% dos estabelecimentos familiares da mesorregião Oeste do Paraná figuram como pouco integrados ao mercado (Tabela 32). Porém, é importante salientar que mais de 80% dos associados consideram-se integrados ou muito integrados com o mercado, ratificando a importância da cooperativa para esses estabelecimentos. Conclui-se,

através desses índices, quem com um nível elevado de integração, possibilita-se uma significativa elevação na geração de renda.

Tabela 32 - Estabelecimentos familiares associados a cooperativas, segundo sua integração com o mercado na mesorregião Oeste do Paraná - 2006.

Região	Paraná		Oeste Paranaense		Toledo		Cascavel		Foz do Iguaçu	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
Muito integrado	36064	66,38%	11428	64,17%	6812	65,90%	2757	66,13%	1859	56,30%
Integrado	11965	22,02%	3994	22,43%	2265	21,91%	779	18,69%	950	28,77%
Pouco integrado	4926	9,07%	2073	11,64%	1077	10,42%	544	13,05%	452	13,69%
Não identificado	1378	2,54%	313	1,76%	183	1,77%	89	2,13%	41	1,24%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Nesse cenário, as cooperativas, destacando a do ramo agropecuário, tiveram um papel expressivo no processo de modernização do espaço agrícola na região analisada nesse trabalho.

Vale ressaltar que o Estado brasileiro desenvolveu e estabeleceu condições favoráveis para que o processo de tecnificação e industrialização da agricultura ocorresse em todo território nacional. Com a abertura e a ampliação do mercado nacional e o aumento da produtividade agrícola, os interesses das grandes indústrias ligadas ao setor agrícola passaram a ditar as regras de mercado, impondo uma dinâmica mais intensa à produção agrícola, inclusive nos estabelecimentos familiares.

Quando se analisa o grau de especialização e inserção junto ao mercado dentro do contexto da agricultura familiar, vale ressaltar que se deve levar em consideração não apenas a estratégia de reprodução desses agricultores, mas também as perspectivas de sustentabilidade e evolução. Para Souza Filho *et al.* (2004, p. 4) o grau de especialização e inserção no mercado reflete “a estratégia de reprodução dos agricultores familiares e também

o conjunto de restrições tanto micro como meso e macro com as quais se defrontam os agricultores, e que sem dúvida rebatem nas estratégias adotadas”.

Assim, ao analisar o grau de especialização dos estabelecimentos familiares associados às cooperativas, verifica-se que os agricultores familiares adotam a estratégia de diversificação em graus variados. Na mesorregião Oeste, apenas 12,22% dos estabelecimentos foram classificados como muito especializados, e 34,18% como especializados. Por outro lado, quando somados os indicadores especializado e diversificado juntos, atinge-se 83,83% dos estabelecimentos.

Tabela 33 - Especialização dos estabelecimentos familiares associados a cooperativas na mesorregião Oeste do Paraná - 2006

Região	Paraná		Oeste Paranaense		Toledo		Cascavel		Foz do Iguaçu	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
Diversificado	22591	41,6%	8841	49,65%	5179	50,10%	1707	40,95%	1955	59,21%
Especializado	19239	35,4%	6086	34,18%	3567	34,51%	1538	36,89%	981	29,71%
Muito diversificado	1098	2,0%	391	2,20%	219	2,12%	16	0,38%	109	3,30%
Muito especializado	10027	18,5%	2177	12,22%	1189	11,50%	63	1,51%	216	6,54%
Não identificado	1378	2,5%	313	1,76%	183	1,77%	845	20,27%	41	1,24%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

No que tange a minimização dos riscos, a diversificação representa um fator relevante na economia, principalmente para os produtores rurais que enfrentam as variações climáticas e as oscilações dos mercados, aumentadas quando o grau de especialização é excessivo. No entanto, certo grau de especialização é importante para viabilizar as propriedades, visto que se a diversificação for excessiva, há uma tendência de elevação nos custos unitários e marginais da produção. Nessa análise, não se leva em consideração o tamanho das áreas das propriedades caracterizadas como agricultura familiar.

Como são propriedades pequenas, vale ressaltar que a diversificação de produção vem como uma alternativa de ocupar todos os espaços disponíveis para produção. Fator que pode gerar uma autossuficiência na produção de alimentos para a família.

Na mesorregião Oeste do Paraná um pouco mais de 50% dos estabelecimentos são associados a cooperativas ou outro modo de associação para se relacionar com o mercado (Tabela 34). A microrregião de Toledo é destaque nesse cenário.

Esses resultados demonstram a relevância da atuação das cooperativas junto aos estabelecimentos familiares. Pode ser a estratégia mais correta para a viabilização das propriedades familiares, contribuindo com a potencialização da vocação de produção regional e permitindo, assim, um maior grau de especialização desses estabelecimentos.

Tabela 34 - Estabelecimentos familiares associados a cooperativas ou outras associações na mesorregião Oeste do Paraná – 2006.

Região	Estabelecimentos Familiares	Associados Cooperativas		Outras associações	
Paraná	302828	54333	17,94%	70555	23,30%
Oeste do Paraná	43750	17808	40,70%	4725	10,80%
Toledo	20607	10337	50,16%	1694	8,22%
Cascavel	14565	4169	28,62%	2149	14,75%
Foz do Iguaçu	8578	3302	38,49%	882	10,28%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Os dados apresentados são positivos para os associados. Este cenário pode ser resultado de uma série de fatores, como um maior nível de investimentos do cooperado, bem como pela diversificação do risco da cultura que anteriormente era somente de plantio ou ainda pela alteração do fluxo de renda do cooperado/produtor, conforme os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006. Sob esse olhar, as cooperativas podem fomentar evolução da agricultura de subsistência para a agricultura incorporada às demandas do mercado, visto que possuem meios para atrelar produção, comercialização e industrialização.

Com a integração dos produtores, as cooperativas têm como organizar e dinamizar a produção e, com isso, reduzir os intermediários da comercialização. Dessa forma, a eficiência dos mecanismos comercialização e agregação de valor à produção dos estabelecimentos familiares podem ser maximizadas.

As cooperativas têm condição de incrementar à atividade agropecuária através de bases dinâmicas e inovadoras, capazes de manter os estabelecimentos familiares ativos e eficientes no setor econômico, propiciando um retorno maior aos agricultores, e possibilitando seu reinvestimento no processo produtivo.

A partir dos dados analisados, confirma-se a importância do cooperativismo para o desenvolvimento das atividades agrícolas na mesorregião Oeste Paranaense, sobretudo às relacionadas aos pequenos produtores. A representatividade do número de pequenos proprietários, aliada ao aumento do número de cooperativas e de seus cooperados, pode ser creditada pela participação destes no mercado. É importante destacar a aplicação de tecnologias de ponta para a produção, a orientação técnica, o acesso a insumos, assim como a armazenagem, o crédito, além do desenvolvimento e participação social possibilitado pela organização cooperativista. Porque então ainda existem agricultores familiares que não usam a ferramenta do cooperativismo ou outras formas de associações para se inserirem no mercado? O que exclui ou inibe a atuação desses estabelecimentos junto a esses sujeitos?

5.3 Pobreza e os processos de integração na agricultura familiar

O perfil socioeconômico e histórico que formam as características do agricultor familiar é responsável por grande parcela do comportamento desse produtor diante do dinamismo do mercado. Característica como tradição e experiência são importantes pois vão estar ligadas diretamente na forma de gestão do estabelecimento familiar; inclui-se aqui a forma a utilização das tecnologia e da interação com o mercado.

Esse processo de formação também leva a avaliação do grau de pobreza e que ferramentas esses agricultores possuem para se integrar ao mercado e escoar sua produção, sempre buscando a geração de renda.

Pobreza não é uma característica observada na mesorregião Oeste Paranaense, visto sua importância na produção agrícola nacional. A região tem um agronegócio que é

referência, cooperativas agroindustriais que movimentam a economia nesse espaço e potencializam a produção nas pequenas propriedades, muitas delas classificadas dentro do contexto da agricultura familiar.

Mesmo assim, tem-se nessa mesorregião alguns municípios que não conseguem seguir os mesmos passos da grande maioria, ou seja, apresentam agricultores que não conseguem gerar renda de forma eficiente para tornar a propriedade atrativa financeiramente.

Sendo assim, o próximo passo é investigar onde estão localizados esses municípios e avaliar como é a caracterização desses agricultores familiares que estão localizados nas regiões mais pobres.

5.3.1 Caracterização da pobreza na agricultura familiar na mesorregião Oeste do Estado do Paraná

A mesorregião Oeste do Paraná tem localização privilegiada no contexto da tríplice fronteira Brasil/Argentina/Paraguai. Comporta um complexo agroindustrial com polos que exercem forte atração e integração da cadeia produtiva, o que tem reflexos sobre o desenvolvimento de todos os municípios que a compõe. Mesmo apresentando essas características positivas, existe nesse espaço um nicho de pobreza evidenciado na agricultura familiar da mesorregião, que contrasta com a riqueza potencializada pelo desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Desenvolver potencialidades locais ou regionais, aliadas ao perfil dos estabelecimentos, que na mesorregião Oeste, em sua maioria, são familiares, constitui-se num desafio para que esse desenvolvimento atinja a todos. Vale ressaltar com Hirschmann (1977, p. 36) que “o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte”.

Os desequilíbrios e a desproporcionalidade são evidenciados quando na análise de um mesmo espaço regional têm-se municípios com índices de desenvolvimento excelentes, enquanto em outros os indicadores ressaltam a pobreza, distanciando-os do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido observa-se que numa mesma região existem disparidades no espaço agrícola. Em relação aos agricultores familiares, pode-se apontar que muitas das diferenciações têm relação com o processo de herança cultural, a disponibilidade de recursos

e a localização geográfica das propriedades que podem potencializar ou não a capacidade de gerar recursos financeiros.

Se a agricultura familiar resultou em sólidas instituições, em infraestrutura e logística, exercendo papel importante no processo de desenvolvimento agrícola e agroindustrial da mesorregião Oeste do Paraná, por que ainda há agricultores familiares que não estão inseridos nesse desenvolvimento?

No caso da presente pesquisa, para avaliar o perfil dos estabelecimentos familiares nos municípios mais pobres da mesorregião Oeste do Paraná, foram considerados, primeiramente, os indicadores de desenvolvimento dessa mesorregião. Para isso, foram utilizados os dados divulgados pelo IPARDES relativos a 2010, do IDH-M, PIB per capita, Grau de Urbanização e Taxa de Pobreza. Esses indicadores serviram de diagnóstico para selecionar os municípios com possibilidade de maior problema relacionado à pobreza, e, a partir daí, selecionar o número de amostra para aplicação da pesquisa de campo.

Dentre os objetivos da presente pesquisa consta: avaliar como os agricultores familiares localizados nos municípios mais pobres conseguem se integrar no mercado; verificar se o setor cooperativo estava presente no cotidiano desses estabelecimentos, visto que é um setor forte na mesorregião Oeste paranaense. Portanto, investigar como os agricultores mais pobres estão conseguindo se manter com a agricultura justificaram as visitas in loco.

As três microrregiões que compõe a mesorregião Oeste são constituídas como estratos homogêneos quando relacionadas à participação da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que o IDH foi criado em 1998 com a pretensão de ser uma medida do desenvolvimento humano e o IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, publicado a partir dos resultados dos Censos Demográficos (IDH, 2012). O IDH é mensurado a partir das dimensões Renda, Educação e Saúde, sendo o cálculo de cada dimensão efetuado pelos critérios apresentados a seguir, segundo a PNUD (2013):

a) a renda indica o padrão de vida da população medido pela renda nacional bruta per capita calculada em poder de paridade de compra em dólar;

b) a saúde é medida pela expectativa de vida, do quanto essa população consegue ter uma vida longa e saudável;

c) a educação, por sua vez, é medida pela combinação entre a média de anos de estudo de adultos (maiores de 25 anos) e expectativa de anos de escolaridade das crianças que iniciam a vida escolar.

A Tabela 35 evidencia que existem diferenças nos municípios que fazem parte dos mesmos estratos.

Tabela 35: Avaliação dos indicadores sociais na mesorregião Oeste do Paraná – 2010.

Microrregião	Município	IDH_M	PIB Per Capita	Grau de Urbanização	Taxa de Pobreza
Microrregião de Toledo - PR	Assis Chateaubriand	0,729	16.869	87,85	6,34
	Diamante D'Oeste	0,644	10.195	50,94	20,44
	Entre Rios do Oeste	0,761	20.922	67,29	3,07
	Formosa do Oeste	0,723	13.967	65,91	7,28
	Guaira	0,724	12.774	91,86	11,7
	Iracema do Oeste	0,707	14.472	77,66	10,28
	Jesuítas	0,705	14.374	67,44	9,58
	Marechal Cândido Rondon	0,774	21.101	83,61	2,15
	Maripá	0,758	26.941	57,39	2,11
	Mercedes	0,740	16.902	48,34	7,41
	Nova Santa Rosa	0,731	18.647	69,7	2,94
	Ouro Verde do Oeste	0,709	13.640	70,96	5,51
	Palotina	0,768	28.012	85,93	2,85
	Pato Bragado	0,747	13.723	62,07	0,84
	Quatro Pontes	0,791	20.251	64,08	0,93
	Santa Helena	0,744	17.611	53,76	6,48
	São José das Palmeiras	0,713	10.131	62,95	8,35
	São Pedro do Iguaçu	0,683	13.203	62,47	9,55
	Terra Roxa	0,714	19.297	73,68	7,33
	Toledo	0,768	20.514	90,74	2,88
Tupãssi	0,730	18.137	78,6	4,17	
Microrregião de Cascavel- PR	Anahy	0,695	12.954	73,35	6,21
	Boa Vista da Aparecida	0,670	7.622	61,94	16,41
	Braganey	0,701	13.698	59,58	11,99
	Cafelândia	0,748	33.380	84,22	2,7
	Campo Bonito	0,681	17.254	58,54	11,89
	Capitão Leônidas Marques	0,716	52.108	76,75	7,2
	Cascavel	0,782	18.672	94,36	3,27
	Catanduvas	0,678	13.368	52,36	16,54
	Corbélia	0,738	18.029	85,68	4,6
	Diamante do Sul	0,608	12.133	40,03	27,14
	Guaraniaçu	0,677	12.133	53,52	16,23
	Ibema	0,685	11.579	81,45	11,07
	Iguatu	0,703	17.563	64,37	12,85
	Lindoeste	0,666	15.152	44,47	16,43
	Nova Aurora	0,733	17.262	76,18	8,4
	Santa Lúcia	0,687	14.152	64,61	10,05
Santa Tereza do Oeste	0,705	15.824	77,77	8,81	
Três Barras do Paraná	0,681	13.539	51,55	16,43	
Microrregião de Foz do Iguaçu - PR	Céu Azul	0,732	24.334	76,02	3,26
	Foz do Iguaçu	0,751	25.396	99,17	7,37
	Itaipulândia	0,738	15.051	52,53	5,62
	Matelândia	0,725	15.962	72,23	7,4
	Medianeira	0,763	18.054	89,41	3,93
	Missal	0,711	17.386	51,75	8,1
	Ramilândia	0,630	11.805	49,42	21,21
	Santa Terezinha de Itaipu	0,738	11.653	90,38	6,48
	São Miguel do Iguaçu	0,704	21.133	63,97	10,86
Serranópolis do Iguaçu	0,762	22.712	50,83	1,68	
Vera Cruz do Oeste	0,699	12.360	76,49	14,51	

Neste sentido, o foco da análise deste capítulo é verificar, dentre os municípios com indicadores menores (selecionando um município por microrregião), a configuração dos estabelecimentos familiares localizados nesse espaço, que até então é caracterizado como referência nos estudos de desenvolvimento dos espaços rurais.

De acordo com o IPARDES (2016), o PIB per capita é calculado do total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período de tempo (geralmente de um ano) em um espaço geográfico (país, região, estado ou município). O PIB per capita corresponde ao valor do PIB global, dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, Estado ou município.

O grau de urbanização é a porcentagem da população da área urbana em relação à população total e a taxa de pobreza, calculada diante da proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, valores de referência em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Portanto, após avaliar o processo histórico e a caracterização da agricultura familiar da mesorregião Oeste do Paraná, buscou-se identificar como se caracterizam os estabelecimentos familiares que estão localizados nos espaços rurais que apresentam o menor IDH-M e a maior taxa de pobreza, visto que existe um contraste na realidade vivenciada na mesorregião Oeste do Paraná. Outra parte importante é avaliar como o sistema cooperativo atua junto à esses produtores rurais, que estão localizados nas regiões mais pobres do Oeste paranaense.

Utilizou-se, para tal, a pesquisa de campo, que, de acordo com Rodrigues (2007), tem como objetivo a busca por fontes primárias em acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, sob um procedimento baseado na observação do objeto estudado. Durante a pesquisa de campo utilizou-se a aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice 1).

O questionário foi aplicado em uma amostra de estabelecimentos familiares a fim de obter a representação dessa população nos municípios de Diamante do Oeste, Diamante do Sul e Ramilândia; esses municípios aparecem com os piores resultados de IDH-M e taxa de pobreza, em cada uma das microrregiões.

A amostra foi calculada a partir da técnica de “Amostragem para uma Estimativa de uma Proporção da População”, descrita em Anderson *et al.* (2011), demonstrado pela equação 1. Para o cálculo, utiliza-se o nível de confiança e a margem de erro desejável, que, segundo os autores referidos, na maioria dos casos, é um valor de 90%, ou mais, e 10%, ou

menos, respectivamente, e a proporção de uma característica da população que se quer amostrar.

Equação 1:

$$n = \frac{Z^2 \times p \times q}{e^2}$$

Onde: n = amostra; z = nível de confiança; p = proporção de uma característica da população a ser amostrada; q = (1 - p); ε = margem de erro.

No caso proposto, a característica da população usada no cálculo da amostra foi o número de estabelecimento, que são caracterizados como estabelecimentos familiares junto ao censo agropecuário de 2006 e que somados nos municípios de Diamante do Oeste, Diamante do Sul e Ramilândia, perfazem um total de 2.048 estabelecimentos (IBGE, 2006).

Para o cálculo da amostragem, foi utilizado um nível de confiança de 90% (Z=1,64), uma margem de erro de 10% e uma proporção da amostra de 30%, devido ao custo operacional para a aplicação dos questionários. Assim, o cálculo resultou em uma amostra calculada de 56 estabelecimentos para a aplicação da pesquisa no montante dos três municípios. Durante a pesquisa de campo não foi possível estender a aplicação de questionários muito acima da quantidade amostral, visto que a dificuldade de acesso ao município de Diamante do Sul impossibilitou um número maior de visitas aos estabelecimentos, ficando, assim, com 63 questionários respondidos nos municípios avaliados. Dos 63 questionários, 21 foram aplicados em Diamante do Oeste, 26 no município de Ramilândia e 16 em Diamante do Sul que devido à dificuldade de acesso, ficou com menor aplicação.

A aplicação dos questionários nos municípios elencados foi realizada de julho a outubro de 2016, através de contato pessoal nos estabelecimentos familiares.

O questionário teve como pretensão caracterizar o perfil produtivo dos produtores, em termos de área de propriedade e tipos de produção do estabelecimento. Avaliou-se ainda se o estabelecimento participa de associação ou cooperativas, a forma de escoamento da produção, bem como a participação em algum processo ou incentivo de políticas públicas.

Após a pesquisa de campo, os dados foram organizados e tabulados para caracterizar a produção e o perfil dos estabelecimentos que se localizam nesses municípios através da estatística descritiva.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa ficou evidenciado que uma das origens da situação de pobreza de alguns estabelecimentos vem do processo de aquisição dessas propriedades, visto que em Ramilândia e Diamante d'Oeste verifica-se um processo derivado de assentamento, originado do Movimento dos Sem Terra (MST). Outro ponto diagnosticado é a questão indígena presente na realidade dos municípios de Diamante d'Oeste e Diamante do Sul com o estabelecimento de aldeias.

Assim, cabe destacar que em todos os estabelecimentos visitados nenhum faz parte de processo de sistemas de integração⁸ junto às cooperativas ou agroindústrias, porém as cooperativas estão ativas junto a esses produtores, sendo esse também um fator identificado durante as visitas e conversas com os responsáveis pelo estabelecimento. Um aspecto também observado em grande parte dos casos são as atividades de campo ainda feitas de forma manual.

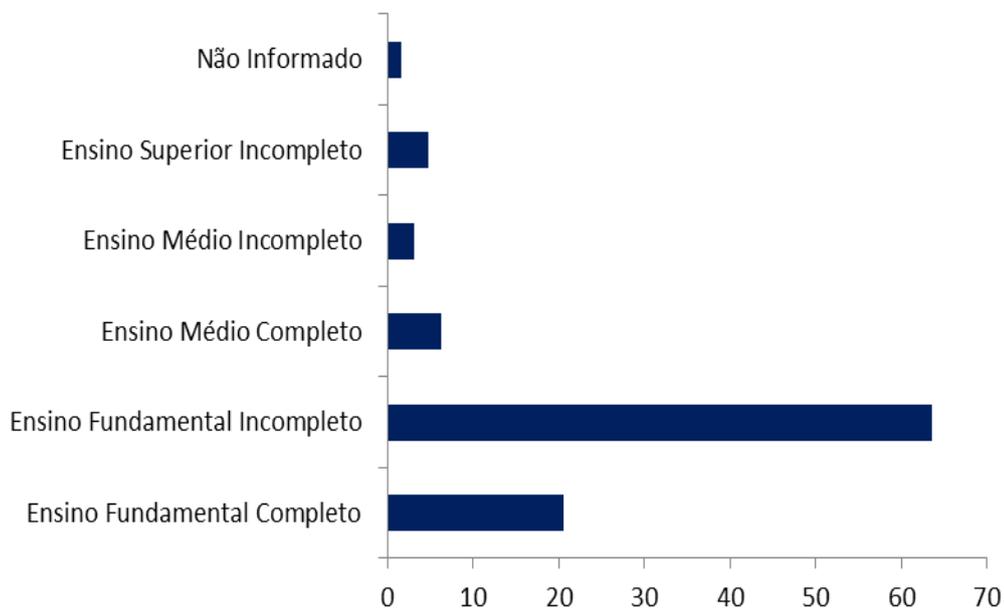
Perante os dados analisados, evidenciou-se que há uma variação significativa em relação ao número de pessoas residentes no estabelecimento familiar; tem-se um número médio de 3,65 pessoas na composição familiar, diante de estabelecimentos compostos por uma pessoa até os que comportam dez pessoas. A média de área dos estabelecimentos visitados foi de 12,16 ha.

O nível de escolaridade dos agricultores pode ser um dos fatores que influenciam no desenvolvimento das atividades agrícolas, visto que, aliado à questão da experiência dos produtores, formam as características pessoais que orientam as decisões sobre o desenvolvimento da propriedade (SOUZA FILHO *et al.*, 2004).

O perfil dos responsáveis pela gestão do estabelecimento familiar (Figura 13) é predominantemente de indivíduos com menos de 8 anos de estudo, o que equivale ao ensino fundamental incompleto, ou seja, o nível de instrução escolar é precário. Observa-se inexpressiva participação de pessoas com níveis superiores de educação, por exemplo, apenas 4,8% iniciaram o ensino superior, sem conclusão até a data da visita.

⁸ Aqui refere-se à sistema de integração via parceria, ou contratos de integração com produção pré determinada.

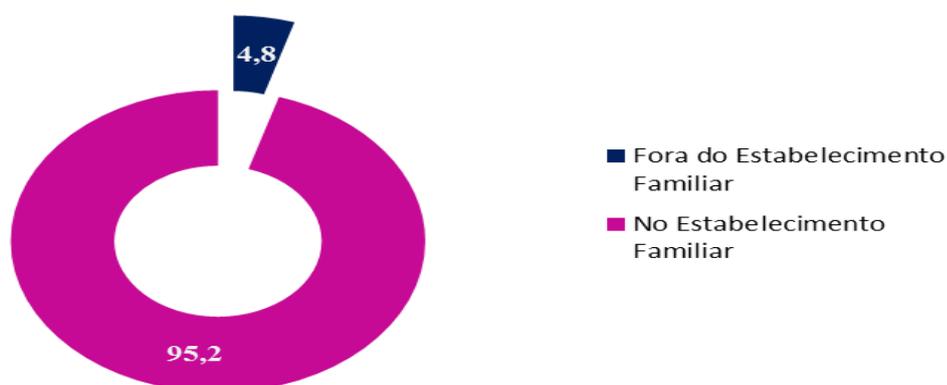
Figura 13 - Escolaridade dos gestores do Estabelecimento Familiar



Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Esse fator é preocupante até porque ficou evidente que a grande maioria (95,2%) tem como atividade principal o trabalho exercido na propriedade familiar; uma minoria (4,8%) exerce atividades fora do estabelecimento (Figura 14).

Figura 14 –Principal atividade gerada no estabelecimento familiar

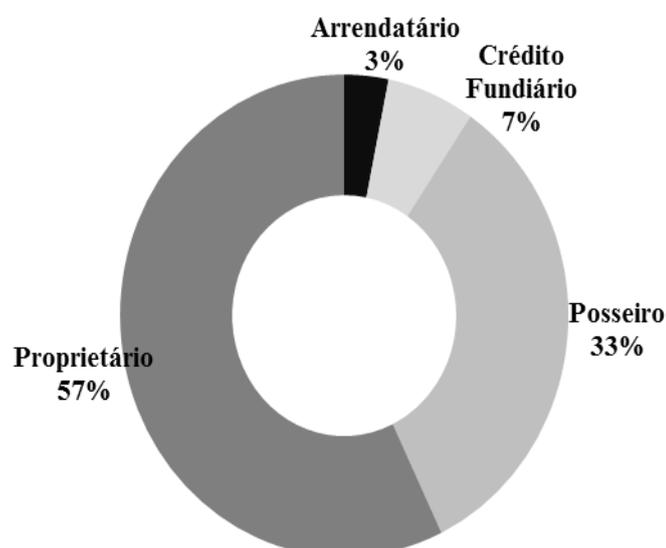


Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Portanto, apresenta-se, assim, a importância da viabilização das atividades produtivas para a geração de renda e sustentabilidade das famílias. Explorar o estabelecimento com eficiência, com tecnologias apropriadas e produtos que agregam valor é fator básico para manter essas famílias no campo.

Um dos aspectos que contribui para o entendimento desses indicadores é o contexto de criação e posse dessas propriedades, visto que, a grande maioria tem vinculação com a luta pela aquisição do direito à propriedade; é o caso dos posseiros (Figura 15).

Figura 15 - Caracterização dos estabelecimentos familiares



Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

A questão social originada nesses locais (assentamento) apresenta 33,3% como posseiros e 57,1% como proprietários legais do estabelecimento. Apenas 3,2% são arrendatários e 6,3% conseguiram o estabelecimento via crédito fundiário.

Segundo Souza Filho *et al.* (2004), o grau de organização e participação dos produtores familiares em organizações sociais, do tipo cooperativa e associações de produtores, tem impacto direto tanto sobre a capacidade de produção como sobre a eficiência do uso dos recursos.

Nesse sentido, buscou-se observar outro traço característico dos estabelecimentos familiares nesses municípios: a cooperação. Uma parcela expressiva dos agricultores familiares está organizada em associações e/ou cooperativas. Em relação aos estabelecimentos que participam de alguma forma de cooperação ou associações, 66,7% dos estabelecimentos estão associados e utilizam esse mecanismo para escoar sua produção (Figura 16). Apesar do dado positivo, cabe ressaltar que mesmos associados, nenhum estabelecimento dessa pesquisa tem contrato de integração.

Portanto, para os produtores que estão associados à cooperativa, essa participação se torna um importante mecanismo para estarem inseridos nos programas sociais e comercializarem a produção, porém sem seguir as regras que são regidas pelos contratos de integração.

Figura 16 - Associados a cooperativas.



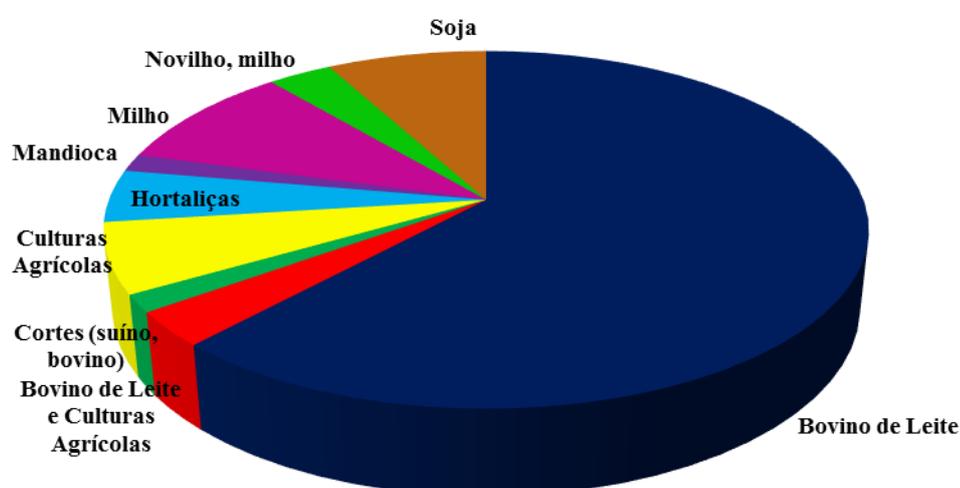
Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Cabe salientar que a adesão a uma cooperativa ou uma associação é uma das formas de agregação de valor ao que é produzido pelo estabelecimento. No que diz respeito à assiduidade e à frequência nas reuniões organizadas pelas associações e cooperativas, os produtores associados não se consideraram ativos, mas veem a cooperativa e as associações apenas como meio de conseguir crédito rural ou escoar a produção.

Já foi mencionada a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos básicos para a sociedade, tais como leite, aves, suínos, milho, feijão e mandioca. Observa-se,

porém, que dentre os estabelecimentos familiares visitados, também se encontram a soja e os cortes (bovino e suíno), atividades que tradicionalmente são produzidas sob modelo patronal de agricultura. No processo produtivo dos estabelecimentos avaliados destaca-se a produção do leite como atividade principal (Figura 17).

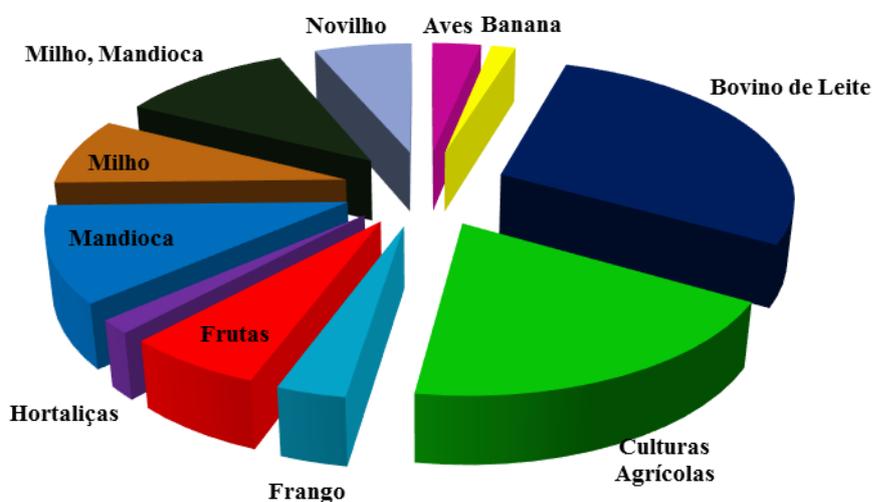
Figura 17 - Principais atividades de produção nos estabelecimentos familiares.



Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Contudo, aliada à atividade principal, verifica-se uma produção diversificada, ou seja, além da produção para consumo próprio, comercializam alguns produtos como atividades secundárias. O destaque é para a produção de leite e as culturas agrícolas diversas (Figura 18).

Figura 18 - Atividades secundárias de produção nos estabelecimentos familiares.



Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

A diversificação nos estabelecimentos reduz o risco de se ter apenas uma atividade como principal fonte de renda e manutenção familiar, bem como amplia as opções de entrada de recursos.

Mesmo que sejam estabelecimentos com baixa tecnologia, as propriedades apresentam diversificação de produção. Isso porque são obrigadas a criar formas alternativas de agregação de valor ao que pode ser produzido.

Outro ponto importante é o papel da cooperativa como canal de comercialização dos estabelecimentos. “Em relação à inserção da produção no mercado, via cooperativa, agroindústria, intermediário tradicional etc., essas têm forte impacto tanto sobre a eficiência na utilização dos recursos quanto na capacidade de geração e retenção de renda” (SOUZA FILHO, 2004, p. 11).

A utilização da cooperativa como canal de comercialização traz ao agricultor familiar a maneira mais eficiente de interagir com o mercado, podendo assim, permitir uma melhor eficiência financeira para o estabelecimento.

Caso não tenha a cooperativa para interagir junto ao agricultor, esse produtor teria que buscar outras alternativas de comercialização, porém, muitas das vezes as dificuldades em levar seu produto até o mercado consumidor resultam na dificuldade de comercialização direta.

A produção dos estabelecimentos familiares tem vários canais de comercialização, vários destinos, sendo a cooperativa o mais representativo, conforme mostra a Figura 19. Nesse sentido, cabe afirmar que a cooperativa exerce o papel fomentador do desenvolvimento econômico, visto que tem capacidades de articular e mediar as transações comerciais entre os estabelecimentos familiares e o mercado.

A venda direta também surpreendeu nos resultados, uma vez que aproximadamente 49,31% dos estabelecimentos utilizam esse mecanismo, e próximo a 20% utilizam-se dos programas sociais para comercializar sua produção.

Figura 19 - Canais de comercialização da produção dos estabelecimentos familiares.



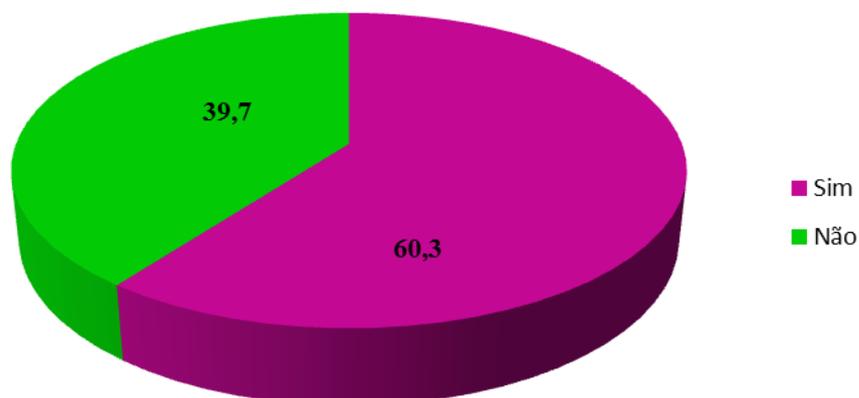
Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Nesse sentido, o cooperativismo se faz presente nessas articulações e na construção desse espaço agrícola dos municípios de Ramilândia, Diamante d'Oeste e Diamante do Sul. Poderia, entretanto, evoluir e trazer maior renda aos estabelecimentos, em se considerando que são municípios com áreas produtivas e com potencial de produção. Faltam gestão e investimento em infraestrutura nos estabelecimentos, pois prevalece a noção de que só se produz o que é necessário para sobreviver, sem visão de ter a propriedade como uma empresa rural, fato constatado nas visitas através da observação.

É importante salientar que na utilização de crédito rural, tanto para custeio como para investimento, 60,3% dos estabelecimentos o utilizaram somente para custeio, visto que o valor disponibilizado, segundo os produtores, não permite fazer os investimentos necessários.

A Figura 20 mostra a participação dos estabelecimentos na aquisição do crédito rural para a produção dos estabelecimentos.

Figura 20 - Utilização de crédito rural para a produção nos estabelecimentos familiares.



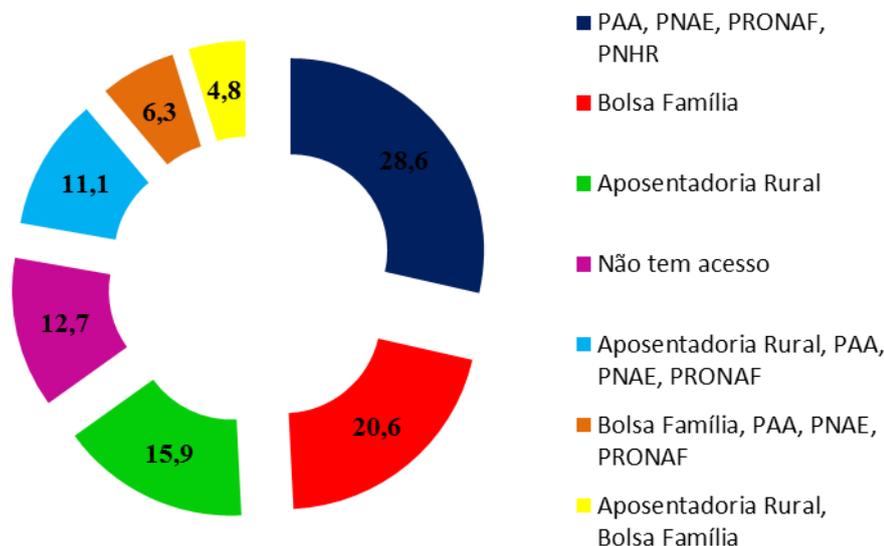
Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

As políticas públicas como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) integram a vida desses agricultores familiares e complementam a renda necessária para as famílias. Assim, verifica-se que a grande maioria tem acesso a estas políticas.

Vale ressaltar que os agricultores familiares que estão enquadrados na linha de pobreza têm o direito de acesso às políticas públicas.

Muitas famílias são contempladas pelo Programa Bolsa Família e aposentadoria rural, que se constituem em importantes fontes de complementação da renda (Figura 21).

Figura 21 - Políticas públicas utilizadas nos estabelecimentos familiares.



Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Esses produtores, que se utilizam das políticas públicas, relatam a importância desse recurso para compor a renda familiar, e melhorar sua qualidade de vida. Como as propriedades estão em desenvolvimento e esses agricultores não têm a intenção de deixar a propriedade, esse valor mensal estimula a permanência desses na agricultura.

Observou-se que os produtores têm um apego ao seu estabelecimento rural, que gostam e estão na propriedade por opção de vida. Dos mais idosos, observou-se que teriam grande satisfação que a propriedade permanecesse com sua família, visto o amor que têm pela terra adquirida.

Assim a importância da utilização das políticas públicas para compor a renda ficou muito evidente nos estabelecimentos visitados, até porque ascende uma preocupação da importância que a renda não agrícola tem para o sustento das famílias. Os dados apontam que, na estrutura rural de produção, a condição de desvantagem da atividade agrícola em relação a não-agrícola é uma realidade nos municípios com alta taxa de pobreza. O deslocamento da mão de obra agrícola para setores não agrícolas revela de certa forma a fragilização da atividade agrícola, o que se reflete sobre a eficiência do estabelecimento familiar.

A renda dos estabelecimentos é baixa e, nesse sentido, cabem políticas de atenção para fortalecer esses estabelecimentos e melhorar os indicadores ali apresentados (Tabela 36).

Tabela 36 - Média de renda agrícola e não agrícola mensal nos estabelecimentos familiares.

Estabelecimento	Renda Agrícola Mensal (R\$)	Renda Não Agrícola Mensal (R\$)	Total Renda Estabelecimento Mensal(R\$)
Média por estabelecimento	747,62	584,92	1332,54
Média per capita	217,05	169,82	386,87

Fonte: Dados pesquisa de campo, 2016.

Como demonstra a Tabela 36, a renda média mensal das famílias dos municípios Diamante do Oeste, Diamante do Sul e Ramilândia, somada a renda agrícola e não agrícola, é de R\$ 1.332,54 por estabelecimento; a renda *per capita* não chega à R\$ 400,00.

Dos estabelecimentos visitados, apenas 7,94% informaram ter composição da renda apenas com as atividades agrícolas; os demais possuem outra fonte de renda para compor o sustento familiar.

Quando comparado com os resultados dos estabelecimentos médios apresentados na mesorregião Oeste, destaca-se a preocupação da sobrevivência dos estabelecimentos familiares localizadas nos municípios apresentados, visto a o menor desempenho em relação à média apresentada pela mesorregião. A Tabela 37 evidencia essa realidade.

Tabela 37 - Comparação renda média agrícola e não agrícola mensal nos estabelecimentos familiares.

Estabelecimentos	Receitas Agrícolas Mensal (R\$)	Outras Receitas Mensal (R\$)	Receita Média Total (R\$)
Média Mesorregião*	5.149,35	1.144,73	6.173,71
Média Pesquisa de campo	747,62	584,92	1332,54

*Valores corrigidos pela Variação do índice IGP-M - Índ. Geral de Preços do Mercado entre 30-Novembro-2006 e 30-Junho-2016 - Em percentual: 86,7426% - Em fator de multiplicação: 1,867426

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE- Censo Agropecuário 2006 e Dados Pesquisa de Campo

Em suma, a realidade observada na visita a essas propriedades é de que há uma alta utilização de programas sociais para compor a renda familiar dos estabelecimentos familiares nos municípios de Diamante do Oeste, Diamante do Sul e Ramilândia,

Cabe evidenciar que nas visitas aos municípios observou-se o predomínio da atividade leiteira como geradora de renda. As famílias dos posseiros, principalmente no município de Ramilândia, são compostas em média por cinco pessoas. Em Diamante d'Oeste a aposentadoria rural se apresenta como fonte de sustentação importante e há, em média, duas pessoas vivendo no estabelecimento.

Nessa pesquisa ficou evidente que a mesorregião Oeste paranaense é um espaço onde o desenvolvimento rural é referência. Porém esse mesmo espaço vivencia uma dualidade, onde alguns municípios têm em sua área rural um nicho de pobreza dentre os estabelecimentos familiares.

Esses estabelecimentos utilizam os programas sociais e o cooperativismo como forma de compor a renda e a comercialização de sua produção. Portanto, o cooperativismo, não no formato de integração via contrato mas como meio de aquisição da produção, é uma das ferramentas mais importantes para esses produtores rurais.

Mesmo sendo uma referência para os produtores, o cooperativismo tem seu processo de seleção, visto que, em virtude da modernização, busca produtos que possam agregar valor, estimulando investimentos nas propriedades para que assim possam maximizar e agregar maior valor à produção. O problema é que esses agricultores visitados *in loco* se encontram descapitalizados e muitos sem alternativa para buscar crédito, pois os investimentos, segundo eles, custam caro.

Nesse sentido, vale analisar como é o processo de seleção e exclusão das cooperativas junto à agricultura familiar dos produtores da mesorregião Oeste.

5.4 Cooperativismo e seu processo de seleção

As cooperativas agroindustriais estão atreladas à expansão do setor agropecuário, visto que estimulam os investimentos em tecnologias e difundem a característica empresarial entre os estabelecimentos agrícolas.

Os dados, até aqui apresentados, comprovam que a agricultura da mesorregião Oeste do Paraná tem indicadores de produção significativos. No entanto, mesmo com todos os aspectos positivos quanto ao papel do cooperativismo no implemento da eficiência dos

estabelecimentos familiares, existe um processo concentrador que exclui boa parte da população do campo.

Portanto, a relação entre cooperativismo e agricultura familiar deveria ser a referência para todos os estabelecimentos, visto que a região analisada está num ambiente viciado pela forte competitividade, inserida, inclusive, no mercado internacional.

Essa organização na forma de produção e as exigências dos modelos agroindustriais geram um cooperativismo empresarial. Esse cooperativismo empresarial, interessado em ser competitivo no mercado, é prioridade no sistema cooperativista atual e, mesmo que busque explorar a vocação das pequenas propriedades, é um cooperativismo que se afasta de seus princípios e se organiza a favor do capital.

Nesse sentido, as cooperativas da mesorregião do Oeste Paranaense serviram de mediadoras para a introdução da modernização na agricultura, alteraram a prática agrícola dos estabelecimentos associados e seu espaço geográfico, territorializando novos agentes sociais no espaço rural, sendo que, a maior parte de seus estabelecimentos ficou fora desses mecanismos de sobrevivência competitiva.

A modernização, como base técnica de produção, foi importante, pois houve um aumento de produtividade e de eficiência dos estabelecimentos rurais, o que contribuiu, inclusive, para o fortalecimento da agricultura familiar. Ocorre, no entanto, que o processo de seleção promove a exclusão de muitos estabelecimentos.

Os dados são positivos para o cenário agrícola familiar. Existe uma importância em relação ao fortalecimento desses estabelecimentos, porém não são eles que ditam as regras; estão sim, a mercê do mercado, ou seja, são gerenciados pelos objetivos de mercado das cooperativas. Esse fator deixa de fora do processo parte dos agricultores familiares que não conseguem seguir essas regras e controles, excluindo-os dessa forma de inserção. Esses agricultores são relegados à sorte de sobrevivência, ou num cenário mais otimista, apenas produzindo para sua subsistência, sem possibilidade de gerar agregação de valor a sua produção, podendo caracterizar o cenário de pobreza na agricultura familiar.

A origem e concepção das cooperativas agrícolas na mesorregião Oeste do Paraná, em sua perspectiva histórica, está diretamente relacionada ao processo de modernização agrícola ocorrido no espaço brasileiro. Esse também é um fator para justificar o modelo cooperativo voltado estritamente para o mercado e à produtividade. Observa-se que parte dos agricultores familiares está em busca de alternativas, pois não está associado e atua de forma isolada ao cooperativismo.

Schneider (1984) faz uma crítica ao cooperativismo, quando alega que há por parte da assistência técnica das cooperativas uma aceitação incondicional do pacote tecnológico com vistas ao aumento da produção e da produtividade. Portanto, as cooperativas estão sujeitas ao modelo agrícola oficial de modernização tecnológica indiscriminada, forçando o produtor associado a aceitar os pacotes e desconsiderando a metodologia de produção já há muito utilizada por ele.

Com isso, quem está sendo prejudicado é o pequeno produtor, o qual é descapitalizado; endivida-se transferindo, aos poucos, seu capital e sua poupança às indústrias de insumos e de equipamentos. Os produtores que não concordam ou que não conseguem se inserir nesse contexto, não são inseridos no mercado agroindustrial, ocasionando, desta forma, a pobreza rural.

Destarte, a integração dos pequenos produtores familiares na cadeia produtiva tem como objetivo contribuir com a inclusão social e econômica deste segmento no mercado nacional e internacional. O cooperativismo é uma das ferramentas importantes para esta inserção. Para tal, faz-se necessária, além dos recursos econômicos e sociais, uma visão empreendedora e eficiente das formas de gestão das propriedades, com o objetivo de torna-las economicamente viáveis.

O dinamismo do mercado e a busca pela competitividade exigem dos agricultores recursos para se adequarem a essas questões econômicas e estruturais, para que consigam se inserir no sistema.

Enquanto a mesorregião Oeste do Paraná vem se destacando no cenário do agronegócio brasileiro, existe nesse espaço uma parcela de agricultores familiares com dificuldades de se manterem com a renda oriunda da propriedade rural.

Nessa situação de pobreza, evidencia-se a importância do auxílio do Estado, através do crédito, da assistência técnica, do incentivo à organização e da sua inserção produtiva, sem o que esses produtores ficam reféns dos atravessadores, sendo impossível serem agentes ativos para competirem e comercializarem seus produtos no mercado dominado por grandes agroindústrias. Nos municípios avaliados na mesorregião estudada, o sistema de integração é um forte fator de sobrevivência e geração de renda para as pequenas propriedades.

Como a região tem grandes cooperativas e agroindústrias, verificaram-se que há mecanismos utilizados para o processo de seleção dos produtores a serem integrados. São realizados contratos pelos quais a responsabilidade de captar os recursos para o investimento em infraestrutura é dos produtores.

Como esses agricultores encontram-se na linha de pobreza, não conseguem recursos ou crédito para se inserirem nesse complexo agroindustrial. Essa restrição afeta uma boa parcela de propriedades familiares, que não alcançam na renda gerada pelo estabelecimento o patamar mínimo de capitalização necessário para viabilizar essa propriedade. Essa falta de capital financeiro faz com que essas famílias se reproduzam num ciclo de pobreza, com renda insuficiente e incapacidade de acumulação. Nesse sentido, ficam excluídos do processo de produção e comercialização do excedente produtivo.

Portanto, um dos fatores de exclusão dos agricultores familiares junto ao sistema agroindustrial é a falta de crédito. Outro fator é a exigência por parte das integradoras das especificidades técnicas e tecnológicas, em face da necessidade de adequarem os sistemas de produção às exigências do mercado. São fatores que incorrem em custos elevados para se inserir às regras do mercado, ou seja, para fazer parte da cadeia agroindustrial.

Dessa forma, os agricultores familiares enfrentam sérias desvantagens para permanecer no ambiente rural. A forma de inserção nos sistemas cooperativos e nos complexos agroindustriais poderia lhes oportunizar a possibilidade de garantia de comercialização da produção para a geração de mais renda, reduzir os custos de transação e de gestão, aumentar a produtividade do trabalho familiar, mesmo que operem com resultados líquidos reduzidos e sua produção seja regida pelas regras pré-estabelecidas em contratos de interação. Em suma, a integração teria como proporcionar renda planejada, que é indispensável às famílias rurais.

Essa garantia de comercialização é uma segurança para ambas as partes, para o produtor e para as cooperativas ou indústrias. Farina (1997) assevera que, a integração entre indústria e agricultores é uma alternativa utilizada por várias empresas agroindustriais, cujo objetivo é garantir uma parcela da matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento.

Nesse sentido, o sistema de integração é uma importante ferramenta de sobrevivência e permanência do pequeno agricultor no processo produtivo agrícola, pois é um fator que potencializa a produção agroindustrial, uma vez que tem regulamentações e normas que são estabelecidas via contrato de integração.

Com isso, os contratos são instrumentos largamente utilizados no processo de integração, devido as suas características específicas e suas vantagens para o aumento e melhoria da qualidade da produção de matérias primas para a agroindústria, ou seja, estabelece possibilidades de garantias específicas quanto às especificidades do produto a ser produzido.

Sendo assim, um sistema de integração pode ser conhecido como um modelo de parceria, regido pela agroindústria, onde se inicia com um acordo entre a indústria e produtores rurais familiares, cujo objetivo é a efetivação da garantia de comercialização da produção por parte do produtor. Essa é a segurança que o agricultor familiar tem ao firmar um contrato de integração. Do ponto de vista da integradora, tem-se a garantia de que, através do contrato, os agricultores seguirão as orientações técnicas estabelecidas, como forma de garantir a padronização ou qualidade da produção a ser comercializada.

Particularmente na mesorregião Oeste Paranaense, existe uma forma intensa de produção integrada junto às pequenas propriedades, muito em função da modernização e da constituição das grandes empresas industriais que atuam nesse espaço rural.

Essas exigências têm como consequência a dependência das propriedades rurais diante das agroindústrias; elas perdem sua autossuficiência, tornando-se especializadas em apenas uma atividade, ou seja, as propriedades rurais familiares ficam subordinadas às especificações das indústrias.

Graziano da Silva (1999) apontou que a subordinação da pequena produção em relação às agroindústrias se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica. Fato que geraria no pequeno produtor um grau de dependência que o força a adotar novas tecnologias e a se inserir num canal de comercialização da produção caracterizado como monopólio⁹ de matéria prima agrícola.

Outro ponto observado é que o produtor não tem capacidade de decisão sobre a produção, mesmo que seja dele o risco (custos com equipamentos, manutenção, mão de obra, perda de animais, entre outros). A empresa integradora tem um envolvimento direto com a produção, estabelecendo todas as regras, as exigências e os cuidados para com os animais, para que assim possa ter um produto com qualidade, deixando ao produtor o trabalho da criação. Nesse sentido, as agroindústrias coordenam toda a atividade de produção.

Essas regras e exigências vêm, portanto, caracterizando fortes barreiras à entrada e a inserção dos agricultores familiares descapitalizados nos sistemas de integração agroindustrial, deixando-os à margem do sistema de produção, sendo necessário assisti-los com políticas públicas. Claro que o sistema de integração não é a única opção para viabilizar a

⁹ Monopólio: Estrutura de mercado caracterizada por um único comprador de bens e serviços, e diversos vendedores. Em termos de preço, o comprador dita as regras.

produção familiar, porém é um mecanismo muito forte que tem capacidade de inserir no mercado um grande número de estabelecimentos.

O funcionamento e os resultados apresentados pela agricultura familiar necessitam de um conjunto de condicionantes que vão desde a disponibilidade de recursos, a sua inclusão social e econômica, a localização geográfica do estabelecimento rural, as oportunidades econômicas e os valores culturais da família e do espaço em que estão inseridos.

Aliado a essas características, ressalta-se a importância dos incentivos que os produtores têm para investir e produzir: a disponibilidade de recursos, como terra, mão de obra e capital, que vão determinar o potencial de produção e de inserção no mercado. São esses fatores quem terão influência na capacidade de produção e como se comportam diante das regras de mercado, no caso aqui, às regras impostas pelo processo de integração com a agroindústria.

Como o processo de integração com a agroindústria não consegue integrar todos os agricultores familiares devido às exigências impostas, excluindo os produtores descapitalizados e conceituados como pobres, as políticas públicas direcionadas no sentido de integrá-los no processo de desenvolvimento rural constituem ferramenta importante.

Ficou evidente que no sistema de integração só permanece quem segue as regras e as exigências das agroindústrias, isso se alcança níveis de exigência da produção prescritos por elas. Esse sistema de integração ocorre através da dependência de financiamento bancário, deixando muitas vezes, a propriedade como garantia de pagamento. Os produtores rurais que não conseguem o financiamento para o investimento, obviamente, são descartados do sistema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as características da agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná, evidenciando os municípios que apresentam baixos indicadores de IDH e taxa de pobreza. Para isso, foi avaliada a trajetória histórica, econômica e institucional da agricultura familiar, contextualizando a importância do cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade desses estabelecimentos.

A observação dessas condições foi efetuada a partir de variáveis inseridas nas dimensões demográfica, social e econômica, observando os resultados dos Censos Demográficos, dados da RAIS e do Censo Agropecuário de 2006. Pretendeu-se, portanto, uma contribuição aplicada ao entendimento das organizações de integração na agropecuária brasileira, visando contribuir para a análise e recomendação quanto às relações e às estratégias organizacionais direcionadas aos agricultores familiares da região estudada.

O argumento utilizado é de que os agricultores familiares precisam de mecanismos que os auxiliem a ter eficiência produtiva para se manterem sustentáveis no sistema de mercado; um deles, fortemente defendido, é o cooperativismo, o qual é referência na região analisada.

O objeto da categoria agricultura familiar decorre do interesse em conhecer as influências que essa modalidade exerce sobre o desenvolvimento das regiões com predominância da agricultura, uma vez que têm ocorrido muitas divergências nas análises desse setor, classificando-o como pobre e enfraquecido. Porém, cabe salientar que, mesmo com todas as mudanças ocorridas no cenário agrícola, esses estabelecimentos são integrados ao sistema capitalista, divergindo de muitas teorias, pois são agentes ativos no sistema produtivo.

Portanto, considerou-se como familiar o estabelecimento cuja atuação é conjunta da família na gestão e a renda é predominantemente oriunda de atividades agropecuárias. No que tange ao espaço, suas dimensões de área são delimitadas pela Lei 11326/06.

Em relação à construção teórica da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento, a tendência de desaparecimento, apontada pelas bases clássicas apresentadas no texto, representa um risco real, pois ainda existe uma boa parcela de estabelecimentos que não estão integrados a nenhum processo de associação ou cooperação. Nesse sentido, faz-se necessária a adoção de políticas públicas com maior nível de eficiência a

favor dos agricultores familiares, no intuito de possibilitar a inserção ativa desses no cenário agrícola.

Toda essa preocupação se deve ao papel relevante que os agricultores familiares desempenham no que tange à segurança alimentar e à evolução das variáveis de desenvolvimento. Assim, a discussão da existência da agricultura familiar se torna primordial, visto que ela é essencial para o processo produtivo, sendo necessário avaliar a sua organização, bem como os mecanismos utilizados pela mesma para se manter na atual conjuntura do setor agrícola.

Portanto, a base teórica, aqui analisada, serviu de sustentação para o entendimento de formação, sobrevivência e dinamismo do setor, bem como para analisar a sua reação e verificar ajustes ocorridos devido às mudanças verificadas no meio agrícola e que exigiram dos pequenos produtores adequação para se sustentar no meio rural.

Os autores clássicos aqui trabalhados partem da introdução do modo de produção capitalista no campo, bem como suas consequências para o campesinato europeu, reflexos que deram suporte para o entendimento do comportamento do pequeno produtor e agricultor familiar na atualidade, visto que Lênin, Kautsky e Chayanov trataram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura de forma diferenciada.

Lênin demonstrou que o término ou declínio dos camponeses era uma consequência necessária ao processo de instalação e evolução do capitalismo. Kautsky debateu a dominação do grande estabelecimento agrícola sobre o pequeno agricultor, enquanto Chayanov defendeu que a economia camponesa deveria ser tratada como um sistema econômico próprio, como um sistema não-capitalista.

Pelas transformações ocorridas, entende-se que todos esses autores e suas respectivas teorias fizeram uma leitura relevante desse quadro, pois já vislumbravam que os pequenos produtores estariam sujeitos às regras de mercado, cabendo a eles a adaptação ou não, para conseguirem a obtenção da eficiência produtiva necessária no intuito de agregar valor ao seu estabelecimento.

Já dentre os debates contemporâneos, foram considerados os trabalhos de Sérgio Schneider, Susan Mann e James M. Dickinson, David Goodman et al., Claude Servolin, Harriet Friedmann e Henry Mendras. Susan Mann aponta que o campesinato não é restringido apenas a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado, sendo portanto, mais amplo.

Goodman trata da incapacidade de converter a agricultura num ramo da indústria. Servolin relaciona a agricultura com a produção mercantil, porém integrada ao modo de

produção capitalista. Friedman avalia as relações de parentesco nas unidades familiares, e Mendras, por sua vez, afirma que a sociedade camponesa é um conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga. O campesinato não se restringe apenas a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado.

Partindo dos pressupostos teóricos, pôde-se entender que a construção e a caracterização do processo histórico da mesorregião Oeste do Paraná, a qual foi colonizada após a década de 1940, é algo recente. Antes disso, essa região encontrava-se à margem da economia e da própria sociedade brasileira.

A mesorregião Oeste do Paraná tem uma forte base de estabelecimentos familiares, que mesmo com pequenas áreas, é responsável por grande parte da produção e do desenvolvimento da região.

As taxas de crescimento e urbanização da mesorregião Oeste do Paraná evoluíram bastante entre 1960 e 2010, período em que a população total, de acordo com os respectivos Censos Demográficos, passou de 135.677 para 1.219.558 pessoas.

Com a modernização agrícola que estava ocorrendo no Brasil em meados da década de 1970, a criação de cooperativas fortaleceu os complexos agroindustriais e os processos de integração surgiram para potencializar e oportunizar os estabelecimentos familiares à agregação de renda e sua permanência no mercado.

Em suma, o modelo de colonização do Oeste, pautado nas pequenas propriedades, atrelado à absorção de tecnologias e disponibilidade de matéria-prima, contribuiu para a formação da agroindústria na região por meio do cooperativismo. Com isso, o sistema de integração via contratos se tornou referência para a agregação de renda nos estabelecimentos familiares. Nesse sentido, vale reforçar que a produção agrícola no Oeste do Paraná apresentou efetividade e importância maior a partir das transformações ocorridas no espaço, derivadas do processo de modernização da agricultura.

A mesorregião Oeste apresenta, dentre as regiões do Estado, uma grande força competitiva no processo de produção agrícola, visto que a constituição dos seus segmentos industriais, sobretudo as cooperativas, definiram em grande parte a dinâmica da economia regional e sua articulação às economias estadual, nacional e mundial.

Observa-se, a partir dos dados, que o cenário da agricultura familiar paranaense possui semelhanças com o nacional, no que concerne ao seu contexto. Tem-se, na região analisada, uma forte concentração fundiária e um número elevado de estabelecimentos familiares, sendo que a maioria destes é de áreas com até 20 hectares.

Quando avaliado o processo de utilização das tecnologias na mesorregião Oeste, observam-se dados positivos, pois os mesmos demonstraram como a mesorregião é avançada em relação ao Estado do Paraná, visto que todos os indicadores, salvo a utilização de força animal e manual, são maiores que a média do Estado. Vale destacar a utilização de energia elétrica e o uso de força mecânica nos estabelecimentos.

Portanto, avaliar o papel do cooperativismo na mesorregião Oeste do Paraná e sua relação com o desenvolvimento regional e, particularmente com a agricultura familiar, bem como as relações entre a agricultura familiar e seu processo de seleção, tornou-se extremamente importante para se compreender o processo produtivo neste espaço. Uma questão que merece ênfase diz respeito ao porque em uma região tão rica, com dados tão positivos, ainda se tem estabelecimentos familiares que não estão integrados a um sistema cooperativista, entendido como fundamental para a sua sobrevivência e sustentação no mercado.

A partir dessa inquietude, observou-se que na mesorregião Oeste, uma das principais referências do agronegócio no Estado, apenas 40,70% dos estabelecimentos familiares são associados à cooperativas. Esse dado poderia ser mais expressivo, se levada em consideração a importância do agronegócio para o desenvolvimento da região.

Nesse espaço de desenvolvimento das propriedades rurais, existe um nicho de pobreza localizado nos estabelecimentos familiares da mesorregião Oeste, contrastando com a riqueza potencializada pelo desenvolvimento do Oeste do Paraná. As propriedades em questão, localizadas em Diamante d'Oeste, Diamante do Sul e Ramilândia, serviram para análise da pesquisa de campo utilizadas nesse trabalho.

Constatou-se, ao menos na região estudada, que o cooperativismo, ainda que solução para a pobreza no campo, constitui-se em um sistema excludente que torna parte considerável dos estabelecimentos familiares da mesorregião Oeste do Paraná dependentes de políticas sociais assistencialistas do Estado (governo federal) para a sua sobrevivência.

Os agricultores familiares consideram a cooperativa um forte aliado para a comercialização da produção, porém para se inserir num processo de integração via contrato, as exigências que lhe são impostas pelas cooperativas, inviabiliza a inserção dos produtores pobres em função dos altos custos de investimentos. Sendo assim, destacou-se que nenhum dos estabelecimentos visitados faz parte de processo de integração junto às cooperativas ou agroindústrias via contrato.

Em comparação com as médias apresentadas pela mesorregião Oeste, a renda dos estabelecimentos familiares localizadas nos municípios analisados é baixa e, nesse sentido,

questiona-se a sobrevivência dos estabelecimentos familiares localizados nos municípios apresentados, visto o baixo desempenho em relação a média apresentada pela mesorregião.

Ficou evidente que esse formato exclui parte dos agricultores familiares do processo produtivo, em função do custo de instalação exigido pelas integradoras, que é de responsabilidade do produtor.

Portanto, os agricultores familiares não possuem força de ação, caso não se organizem conjuntamente. Existe claramente um processo de seleção dos pequenos produtores no sistema produtivo da mesorregião Oeste do Paraná. As regras são ditadas pelas grandes cooperativas e agroindústrias e cabe ao agricultor familiar adequar seu estabelecimento para ser aceito nesse contexto.

A inquietação persiste, pois dentre as teorias, a que poderia trazer a oportunidade aos estabelecimentos familiares de permanecer e ser eficiente em seu processo produtivo é o cooperativismo. Mas, como observado, os princípios do cooperativismo foram parcialmente corrompidos e, ao invés de integrar os produtores e alavancar suas especializações regionais, promoveram um processo de seleção que não consegue abranger todo o contingente de agricultores que teriam interesse ou até mesmo, a necessidade desse sistema para se manter de forma sustentável no mercado.

Se faz necessário explorar muitas lacunas que não foram possíveis de serem abrangidas nessa pesquisa, visto que, um ponto que os produtores relataram é o valor do investimento para ser integrado agroindustrial, e o grau de endividamento que isso gera nos estabelecimentos em função da alta rotatividade das tecnologias exigidas via contrato. Outro ponto a ser investigado é a exigência da capacidade de produção, caso o produtor se torne um integrado à cooperativa.

Em suma, verificou-se que ainda existem estabelecimentos que necessitam de políticas públicas e projetos voltados para o desenvolvimento e fortalecimento do agricultor familiar no cenário agrícola paranaense, e, desse modo, tornam-se pertinentes outras investigações com maior abrangência e pesquisas de campo, justamente para ter uma noção mais precisa do comportamento desses agricultores junto ao mercado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. Anais do seminário nacional de assistência técnica e extensão Rural. 1997.

ALVES, Lucir Reinaldo. Indicadores de Localização, Especialização e Estruturação Regional. . In: **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba, Pr: Camões, 2012.

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J. & WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada a administração economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ARAUJO, T.B.de; et all. Política Nacional de desenvolvimento regional: uma proposta para discussão In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org). **Brasil Século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p.28-53.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no IBGE, 2006: uma análise sobre a situação regional e setorial dos recursos**. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set./dez. 2011.

BECKER, B. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org). **Brasil Século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p.11-27.

BIALOSKORSKI NETO, S.. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da educação. **Resolução/CD/FNDE Nº38**, de 16 de julho de 2009, 2009.

CARVALHEIRO, E. M. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36384/000817135.pdf?sequence=1>>. Acesso em nov. 2016.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEMENTE , Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2002.

CLEMENTE, Ademir. **Economia e Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COLODEL, José Augusto. Obrages e companhias colonizadoras. Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. **O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego de Renda no Estado do Ceará.** RESR, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan./mar. 2011.

DELGADO, A.; GODINHO, I. Medidas de localização das atividades de especialização regional. In: Costa, J. (coord). **Compêndio de economia regional.** Lisboa, APDR, 2002, p. 723-742.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Agricultura familiar e desenvolvimento local:** municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas, 1997.

DIAS, L.c. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org). **Brasil Século XXI por uma nova regionalização:** agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p.161-172.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos. **Estudo Setorial da Construção 2011.**, nº 56. Abril de 2011.

ESTADO DO PARANÁ. **Mapa Mesorregião Oeste 2016.** Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/arquivos/Image/plano_de_governo/mapa15.gif>. Acesso em: mar 2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Ano Internacional da Agricultura Familiar:** o que é agricultura familiar. Brasília, 2014. Disponível em: <www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

FAO/ INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

FARINA, E. M. M. Q. Abordagem Sistêmica dos Negócios Agroindustriais e a Economia dos Custos de Transação. In: FARINA, E. M. M. Q. et al. (1997). **Competitividade:** Mercado, Estado e Organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FERREIRA C. H. **Sistema de Integração de Aves Como Modelo de Produção Para Acesso de Pequenos E Médios Produtores.** VII Seminário de Aves e Suínos – Aves Sui Regiões 2007, III Seminário de Aqüicultura, Maricultura e Pesca Conjuntural 10, 11 e 12 de abril de 2007 – Belo Horizonte, MG.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional:** l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX siècle. Québec: Université du Québec, thèse de doctorat, DSH. 2004.

FRANTZ, W. Razões do cooperativismo moderno. In: **O INTERIOR**, ano 32, nº 963, março de 2006, página 12. Porto Alegre: COOTRAEL – Cooperativa de Trabalhos Técnicos Especializados.

FRANTZ, Walter. **A organização cooperativa:** Campo de educação e espaço de poder. In: IV Jornada de pesquisa. Livro de resumos, Novembro. Ijuí: Editora Unijuí, 1999, p.59-60.

FRANTZ, Walter. **Caminhos para o Desenvolvimento pelo Cooperativismo.** Ijuí: Unijuí, 2003.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras Perigosas:** migração e brasilidade no extremo-Oeste paranaense (1937-1945). Cascavel: EduniOeste , 2001.

FRIEDMANN, Harriet. **Household production and the national economy:** concepts for de analysis of agrarian formations. The Journal of Peasant Studies. London: Frank Cass & Co. Ltd, vol 7, nº 2, enero de 1980, pp. 158-184.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável.** Sociologias, Jan./Junho 2004, nº 11, p. 20-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S1517>. Acesso em: abr. 2016.

GOMES, P.C.da C. **Conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, I. E. de; et all (org). Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-77.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias:** Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EduniOeste , 2002.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. **Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil:** (1996 e 2006). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do Território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento:** Diferentes abordagens. Francisco Beltrão:UniOeste , 2004.

HIRSCHMAN, A. **Transmissão Inter-regional do Crescimento Econômico.** In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). Economia Regional: Textos Escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 2)

IBGE - Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar.** Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Demográfico 2010, 2000, 1991 e 1970. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: abr-nov. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <www.sidra.IBGE.gov.br>. Acesso em: jul. 2016.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Indicadores Sociais. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=2>. Acesso em maio 2016.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais** : Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Curitiba : IPARDES : BRDE, 2003.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste Paranaense**: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades. Curitiba: IPARDES, 2008.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**. Curitiba, 2004.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**. Mapas: Base física e política: relação dos municípios por microrregiões e mesorregiões geográficas - Paraná. 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>. Acesso em: jan.2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: Ipea, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, Hughes. **A Agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord.) **A agricultura familiar comparação internacional**. Vol. II do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

LEI 11326. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: mar. 2016

LEI 5764. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: mar. 2016

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, A.N. da C.; SIMÕES, R.F. **Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica**: O caso do Brasil. Rde - Revista De Desenvolvimento Econômico, Ano XII, Nº 21, 2010 Salvador, BA. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ana_Carolina_Da_Cruz_Lima2/publication/283697841_Teorias_classicas_do_desenvolvimento_regional_e_suas_implicacoes_de_politica_economica_o_caso_do_Brasil/links/56434fce08aef646e6c69b1d.pdf?inViewer=0&pdfJsDownload=0&origin=publication_detail>. Acesso em: out. 2016

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org). **Brasil Século XXI por uma nova regionalização** – agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p.54-66.

MAARA/CONTAG. **Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor**. Brasília, 1994 (Relatório da Comissão Técnica MAARA/CONTAG, Portarias MAARA 692, de 30/11/93 e 42, de 24/01/94).

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2003.

MANN, S. A; DICKINSON, James M. **Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista**. Literatura Econômica. Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA. v.9, n.1, p. 7-25, fev. 1987.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINE, G. A **redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Textos para Discussão 329. Brasília: IPEA, 1994. 43p.

MENDES, C.C. Rede Urbana, Território e Desenvolvimento Regional. IPEA. Regional, Urbano e Ambiental. Dez, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5495/1/BRU_n3_rede_urbana.pdf>. Acesso em: 05/01/2017.

MENDRAS, Henry. **As sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OCEPAR - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ. **Notas sobre Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/>>. Acesso em maio 2016.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: Seed, 2001.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Teoria, Métodos e Técnicas de pesquisas**. São Paulo, Independente, 1994.

PEIXOTO, S. E. **Histórico da agricultura familiar no Brasil**. Revista Bahia Agrícola, v.2. 1998.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In. SCWHATZMANN, J. (Org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p.145-156.

PFLUCK, L.D. **Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano: Marechal Cândido Rondon-PR/1950-1997**. Cascavel: EduniOeste, 2002, 128p

PIAIA, Vander. **A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 5 ed. Brasília, BCB, 2008.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PRADO, Caio Jr. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense. 1979.

PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Fundação João Pinheiro - FJV. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro: Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. PNUD Brasil, 2013.

RAIS - **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm>. Acesso em mai.2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Regionalização: fato e ferramenta**. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p. 194-212.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, novembro de 2005.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial: um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba (PR), 1995.

RODRIGUES, W. C.. **Metodologia Científica**. 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 13/01/2017.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. **Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil**. Toledo: UniOeste – Facitol, 1994.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração do Prata no sistema colonial: Colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá**. Cascavel-Pr. EduniOeste , 2º ed. 2015.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Catolicismo social e redes de cooperação no sul do Brasil**. In: ARENDT, Isabel Cristina; GRÜTZMANN, Imgart; SIDEKUM, Antônio (Org.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história**. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 212-233.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário – imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil / Erneldo Schallenger**. Cascavel: EduniOeste , 2009, p. 499.

SCHNEIDER, J. O. **Problemas do cooperativismo agrícola brasileiro**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v.19, n.43, p.9-20, jun. 1984. (Série Cooperativismo,13).

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editora da UFRGS,1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122 , fev. 2003.

SCHNEIDER. Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRS, 2009.

SERVOLIN, Claude. **L'agriculture moderne**. Paris: Seuil, 1989.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 2a ed. São Paulo: Editora Contexto. 1998.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA FILHO, H. M. et al. **Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos**. [S.l.: s.n], [2004]. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>. Acesso em: 04/01/2017.

STADUTO, J. A. R. et al. **Análise locacional das ocupações nas regiões metropolitanas e não metropolitanas do estado do Paraná**. Revista de Economia . Curitiba, v. 34,n. 2, p. 117-139, maio/ago. 2008.

STOFEL, Jaime Antonio e COLOGNESE, Silvio Antonio. **Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná: potencialidades e obstáculos**. In Cadernos de Economia, pg. 24-52. Chapecó: Argos, 2005, Ano 9, nº 16, jan/jul.

SUZIGAN, W. et al.. **Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas**. Revista de Economia Política. São Paulo: Centro de Economia Política, v. 24, n. 4, p. 543-562, out./dez. 2004

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.;GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo, Saraiva, 2005.

VEIGA, J. E. ; FAVARETO, A. ; AZEVEDO, C.M.A. ;BITTENCOURT, G. ; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R. ; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA(MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em:<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>>. Acesso nov. 2015.

VEIGA, J. Ely da. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: Editora USP/HUCITEC, 1991.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VIEIRA, A C. M. **Cooperativismo de trabalho**: alternativa de geração de trabalho e renda. Taubaté/ SP. (Dissertação de mestrado) Universidade de Taubaté, 2005.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, Mensus e Colonos**: História do Oeste Paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

WANDERLEY, M. de N.B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?, p. 27-31. In: **A agricultura familiar: comparação internacional II do mito à realidade**. LAMARCHE, H. (coord.); tradução: BAZIN, F. Campinas, SP: UNICAMP, 348 p. , 1998.

ZAAR, M.H. (2001) **A migração rural no Oeste paranaense/Brasil**: a trajetória dos “brasiguaios”. Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 94 (88) 13p. . Disponível em: < www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>. Acesso em jul. 2015.

APÊNDICE

Roteiro para Pesquisa de Campo Caracterização Agricultura Familiar Daliane Rahmeier
Data de preenchimento:
PRODUTOR:
Município:
Endereço:

Identificação familiar

Nome Completo	Parentesco	Sexo F/M	Data Nascimento	Escolaridade

Forma de Acesso à terra	
<small>1Forma de acesso à terra: (1) própria, (2) posse, (3) arrendamento, (4) meação, (5) parceria, (6) cessão, (7) comodato, (8) direito de uso, (9) uso comunitário, (10) crédito fundiário (11) assentamento reforma agrária (12) outros</small>	
Tamanho da área (ha)	

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Destino das Produções					
Produto	Consumo familiar	Cooperativa	Programas sociais	Venda direta ao consumidor e feira	Outros

Políticas Públicas

Acesso ao crédito rural	
Linha de financiamento	Modalidade de acesso Custeio (C); Investimento (I)

Linha de Financiamento: (1) Pronaf (especificar a linha); (2) Outros programas públicos (especificar); (3) Fundos Rotativos; (4) Outros
Uso dos Recursos: Custeio (adubos químicos, sementes, agrotóxicos, medicamentos veterinários, ração, adubos orgânicos, etc...); Investimento (detalhar equipamentos e/ou infraestruturas financiadas).

Renda e Participação de políticas públicas	
PRONAF	
Aposentadoria rural	
Bolsa família	
Garantia Safra	
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabal. Rural	
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural	
PNCF – Crédito Fundiário	
Outros: _____	

Composição da renda familiar anual

Fontes de receitas	Valor em R\$
Agrícola	
Não agrícola	
Programas Sociais	
Outros	
TOTAL	

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE /Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Rahmeier, Daliane

R147a Agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná :
cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos
estabelecimentos familiares / Daliane Rahmeier.-- Toledo, PR : [s. n.], 2016.
157 f. : il. (algumas color.), figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná.

Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Agricultura familiar - Oeste Paranaense (PR : Mesorregião) 2. Pequena
produção agrícola familiar 3. Formas de organização produtiva 4. Cooperativismo -
Oeste Paranaense (PR : Mesorregião) 5. Desenvolvimento sustentável I.
Schallenberger, Erneldo, orient. II. T.

CDD 20. ed. 334.683